



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 - 5ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura - Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Antônio José Vieira, diretor-presidente da Higident do Brasil Indústria e Comércio Ltda., do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais

### 2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATAS



## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 30/4/2015

#### Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Falta de Quórum - Ordem do dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Hely Tarquínio - Anselmo José Domingos - Antônio Jorge - Arlen Santiago - Cabo Júlio - Cristiano Silveira - Cristina Corrêa - Douglas Melo - Doutor Jean Freire - Elismar Prado - Fábio Cherem - Fred Costa - Geraldo Pimenta - Inácio Franco - Ione Pinheiro - Iran Barbosa - Isauro Calais - João Magalhães - Léo Portela - Marília Campos - Roberto Andrade - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Vanderlei Miranda.

#### Falta de Quórum

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Às 14h1min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 5 de maio, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 5/5/2015.).

### ATA DA 5ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015

#### Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Exibição de Vídeo - Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Entrega de Título - Palavras do Sr. Antônio José Vieira - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Hely Tarquínio - Ulysses Gomes - Dalmo Ribeiro Silva.

#### Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.



### **Destinação da Reunião**

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Antônio José Vieira, diretor-presidente da Higident do Brasil Indústria e Comércio Ltda., do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido, a requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva, pelo governador do Estado, por meio do Decreto NE nº 320, de 25/6/2014.

### **Composição da Mesa**

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Antônio José Vieira, diretor-presidente da Higident do Brasil Indústria e Comércio; desembargador Octavio Augusto De Nigris Bocalini; Edwaldo Almada de Abreu, presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg; Rodrigo Imar Martinez Riera, prefeito municipal de Itajubá; e deputados Ulysses Gomes, 1º-secretário desta Casa, e Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem e à concessão do título.

### **Registro de Presença**

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Elivelto Carvalho, prefeito municipal de Turvolândia; Sebastião Dailton de Lima e Jaime Sevilho Barbedo, vereadores de Pedralva; Augusto Hart Ferreira e Ronaldo Laurindo, respectivamente prefeito e vice-prefeito municipais de São Sebastião da Bela Vista; Valdir Giovani Rosa, vereador de Wenceslau Braz; Martinho Mendes Barbosa, vereador de São José do Alegre; José Maria Silva, vereador de Itajubá; Geraldo Magela Elói, prefeito municipal de Wenceslau Braz; José Fernando Coura, prefeito municipal de Delfim Moreira; Joel Silva, prefeito municipal de Pedralva; e Wilson Marins, vereador de Itajubá. Gostaríamos de destacar também a presença, neste evento, do deputado federal Bilac Pinto, ex-secretário de Estado e ex-deputado desta Casa.

Gostaríamos de dar ciência ao público presente, bem como aos telespectadores que nos acompanham neste momento pela TV Assembleia, de mensagem que nos foi enviada pelo Exmo. Sr. Odair Cunha, secretário de Estado de Governo de Minas Gerais. (- Lê:)

“Belo Horizonte, 29 de abril de 2015. À Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Manifesto as minhas sinceras congratulações ao Sr. Antônio José Vieira, diretor-presidente da Higident do Brasil, pelo título de cidadão honorário que lhe está sendo entregue pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais na noite de hoje.”

Mensagens no mesmo teor também nos foram enviadas pelo Sr. Délio Malheiros, vice-prefeito e secretário municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, e também pelo Sr. Sebastião José Bustamante, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Pedralva.

### **Execução do Hino Nacional**

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo grupo Bombeiro Instrumental Orquestra Show - Bios -, sob a coordenação do Subten. Buenos Aires.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

### **Exibição de Vídeo**

O locutor - Neste momento, convidamos os presentes para assistir a um vídeo.

- Procede-se à exibição do vídeo.

### **Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva**

Boa noite. “Mesmo que tu tenhas feito uma longa caminhada, há sempre um caminho a fazer.” Essas são as palavras de Santo Agostinho. Início saudando, com muita alegria, o deputado Hely Tarquínio, caríssimo amigo, 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e o caro amigo Antônio José Vieira, nosso homenageado. Cumprimento, com muita alegria e honra, o desembargador Otávio Augusto De Nigris Bocalini, amigo do homenageado, ex-juiz de direito de Itajubá. Com satisfação, cumprimento o caríssimo deputado Ulysses Gomes, 1º-secretário da Mesa, e o Dr. Edvaldo Almada de Abreu, representando o presidente da Fiemg, a quem agradeço a honrosa presença. Cumprimento e agradeço a presença do Exmo. Sr. Rodrigo Vieira, prefeito de Itajubá. Na pessoa de V. Exa., saúdo todos os prefeitos aqui presentes e já nominados. Cumprimento, ainda, os ilustres vereadores do Sul de Minas que nos honram com sua valorosa presença. Cumprimento os funcionários e empresários da Higident, agradecendo-lhes, e também os funcionários do meu gabinete, meu querido filho Felipe e os demais participantes deste evento. Agradeço à orquestra do Corpo de Bombeiros, mais uma vez conosco. É uma honra tê-los nesta Casa. Cumprimento, ainda, os filhos do homenageado, os meus queridos amigos, Lincoln e Roger. Manifesto nossa imensa satisfação em recebê-los para acompanhar esse bonito momento da vida de nosso querido homenageado.

Tenho certeza de que estamos vivendo um momento único e muito especial para o nosso homenageado, como também para o Parlamento mineiro, nesta memorável noite. Do alto desta tribuna, tenho a honra e a enorme satisfação de anunciar o mais novo cidadão mineiro, o engenheiro Antônio José Vieira, que recebe essa honrosa outorga em atendimento ao nosso pleito, que foi aprovado por esta Casa, à qual muito agradeço. A concessão de uma cidadania honorária traduz, por si só, o reconhecimento da trajetória de um cidadão probo que tem feito de sua vida um verdadeiro legado de dedicação e seriedade, buscando sempre o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, que o acolheu há 32 anos.

Meus senhores e minhas senhoras, testemunhamos aqui nesta noite, a comemoração solene de mais uma bela página da vida de um novo mineiro, que, para nossa alegria, exatamente hoje completa mais um ano de vida. Parabéns. Muitas felicidades ao nosso homenageado. Quero, também, apresentar a sua querida esposa, D. Lourdes, companheira inseparável, seus diletos filhos Fabiana, Lincoln, Rogers e Robson, e seus netos, além de tantos outros familiares, amigos queridos e funcionários que puderam ao longo da sua trajetória desfrutar a amizade sincera desse novo filho de Minas.

O nosso homenageado, meus amigos, além de todas as suas qualidades, tem um diferencial especialíssimo: é um homem bom, religioso, devoto fervoroso da padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, exemplar chefe de família, cumpridor de seus deveres, e participante ativo de vários movimentos sociais da sua querida Itajubá, como também em todo o Sul de Minas. Prova dessa assertiva é que aqui se encontram os prefeitos da nossa região.



Tenho a certeza de que o exemplo desse grande cidadão, agora mineiro, já está fortemente gravado no coração e na alma de todos aqueles que tiveram, como eu, a honra de conhecê-lo: a sua pessoa, a sua vida e o seu amor para com o próximo. O nosso homenageado por si só, pelo seu currículo e pela sua vida, soube, ao longo de três décadas, construir ao lado da sua família uma das mais respeitadas indústrias, transformando-se em um grupo, AJV, que gera cerca de quatro mil empregos, sendo mil de forma direta em Itajubá e em toda a região Sul de Minas.

Caríssimo Antônio, afirmo com muita tranquilidade e alegria que o seu trabalho contribuiu e contribui de forma inestimável e incalculável para o desenvolvimento social do nosso querido Sul de Minas, do Brasil, e também no exterior, em que V.Sa. tem uma participação ativa em decorrência dos seus produtos. Como resultado dessa feliz e maravilhosa trajetória há na sua sala na Higident, onde sempre estou, o registro de tantas e tantas homenagens, troféus, diplomas de consagração, todas, todas ao lado da foto de inauguração de seu complexo industrial, à época, com a presença do saudoso Tancredo Neves.

A trajetória profissional do homenageado da noite lhe permitiu, ainda, ser agraciado com o título de Industrial do Ano pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais em 2014, numa belíssima festa preparada pela Fiemg, com a presença de todos os empresários do Estado de Minas Gerais, que vieram prestigiar o empresário do ano.

Entretanto, entendia necessário apresentar aquele que, com certeza, seria o título esperado como cidadão. Veio da cidade de Monte Aprazível para receber o título cidadão mineiro pelas suas qualidades excepcionais de vida, de honradez e de amor ao próximo. Quis Deus e o destino, meus amigos e minhas amigas, que o grande privilégio de conceder essa grande honraria fosse por meio de requerimento de minha autoria, com o apoio de toda a nossa Assembleia.

Como é bom, muito bom mesmo, homenagear um amigo do coração, que guardo a sete chaves em meu coração e no coração da minha família, em decorrência de duas décadas da nossa mais pura amizade como verdadeiros irmãos. Tenho por esse grande homenageado uma amizade fraternal. Por ser meu conselheiro e irmão, a quem, com certeza, tanto admiro, gostaria de render-lhe essa justa homenagem em nome do povo mineiro.

Hoje, meu querido Toninho, homenageado, seu nome passa a figurar na galeria dos homens reconhecidamente não indispensáveis, mas imprescindíveis para o nosso estado. Assim, ao descer desta tribuna, bastante emocionado, quero abraçá-lo, e farei isso duplamente, pelo seu aniversário natalício na data de hoje. O que estamos fazendo nesta noite é dar um título àquele que, tenho certeza, sente-se, há décadas, um filho de Minas por tudo que tem feito para a geração de emprego e para a construção extraordinária da sua vida e também da sua vida religiosa.

Encerro minhas palavras com uma citação enviada por um amigo em comum de Itajubá, Silem de Tarso. Além de fazer um comentário sobre a sua ausência, ele traz uma menção importante, que quero compartilhar com vocês. Vi que o seu coração e o meu estão irmanados no sentimento maior da alegria extraordinária de ver um amigo querido do coração ser recebido e homenageado no Plenário maior desta Casa. “Tudo que for fazer faça com amor, fê e dedicação. O reconhecimento virá com o tempo, não para fortalecer o seu ego, mas sim para que as pessoas notem que você é uma pessoa cheia de luz e que Deus o usa de uma forma única.”

Essas são as nossas palavras nesta homenagem tão sincera e modesta que tenho orgulho de fazer a um grande amigo, a um amigo do coração. Quero agradecer a participação e a presença de vocês, amigos que vieram de longe, nossos prefeitos e nossas autoridades, para compartilhar este momento tão importante para a vida de um cidadão honrado, que ama a sua querida Itajubá e que ama o nosso Estado. E, com certeza, o Estado de Minas Gerais lhe devolve essa honraria, pois, há 32 anos, ele se encontra em nosso chão mineiro, abraçando-o e dando-lhe o mais novo título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais.

Parabéns, querido amigo. Parabéns a todos. Muito obrigado por esse importante momento. Para mim, com certeza, há uma reserva muito especial, pois vejo um amigo de tantas décadas no alto da tribuna, para receber essa homenagem, e vocês testemunhando essa página tão bonita da história de um amigo extraordinário e exemplar. Muito obrigado a todos.

#### **Entrega de Título**

O locutor - Neste momento, o deputado Hely Tarquínio, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Antônio José Vieira, diretor-presidente da Higident do Brasil Indústria e Comércio Ltda., passando-lhe às mãos o diploma. O título a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O governador do Estado de Minas Gerais, atendendo a requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, nos termos do Decreto de 25 de junho de 2014, concede ao Sr. Antônio José Vieira o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento a sua relevante contribuição para o desenvolvimento do setor industrial do Estado e do País”.

O presidente - Convidamos o deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento, para se postar à frente, com este presidente, para partilhar este tão honroso título de Cidadão Honorário de Minas Gerais.

- Procede-se à entrega do título.

#### **Palavras do Sr. Antônio José Vieira**

Exmo. Sr. Deputado Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. desembargador Octávio Augusto De Nigris Boccalini; Sr. Edwaldo Almada de Abreu, presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg; Exmo. Sr. Rodrigo Imar Martinez Riera, prefeito de Itajubá; Exmo. Sr. Deputado Ulysses Gomes, 1º-secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que solicitou a concessão do título ao homenageado; a minha vida empresarial começou na década de 1970 como diretor-geral da Wamper, indústria de máquinas, moldes e ferramentas para as indústrias em geral. Foi nessa época que iniciei o meu relacionamento pessoal com as grandes empresas de sabonete e cosméticas instaladas no Brasil. Em São Paulo, com oito funcionários, a Higident do Brasil foi fundada com a finalidade de fabricar escova dental descartável, o que deu origem ao nome Higident, higiene dos dentes. Depois passamos a fabricar pequenos sabonetes para hotéis, hospitais e as companhias aéreas.

No final de 1982, resolvi sair de São Paulo e buscar novo ambiente em que pudesse instalar e desenvolver a minha empresa e, ao mesmo tempo, encontrar melhor qualidade de vida para a minha família. Passei por algumas cidades antes de visitar Minas Gerais.



Comecei e terminei minha viagem pela cidade de Itajubá. Eu e minha esposa, Lourdes, nos encantamos com as montanhas do local; com a rede hospitalar, formada por cinco hospitais; com ampla rede de ensinos fundamental e médio; com o polo de ensino superior de excelência, formado por cinco faculdades - hoje são seis -; com a excelente localização da cidade, próxima aos centros consumidores do País e com mão de obra qualificada disponível; e com o diversificado parque industrial da microrregião. Todas essas qualidades nos indicavam que em Itajubá encontraríamos excelente qualidade de vida, como, de fato, encontramos. A cidade sempre teve um dos melhores índices de desenvolvimento humano de Minas Gerais. Em 1998, Itajubá levou a taça, conquistando o melhor IDH do Estado. Também nos encantamos com o povo mineiro acolhedor, carinhoso e atencioso. Não tínhamos dúvida de que em Itajubá encontraríamos o porto seguro que procurávamos.

No início de 1983, as atividades da empresa foram transferidas de São Paulo para Itajubá, no Sul de Minas. Conseguimos os primeiros incentivos com a Prefeitura de Itajubá, cujo prefeito na época era Ambrósio Pinto, ex-deputado estadual, que tão bem representou o Sul de Minas nesta Casa. Também conseguimos novos incentivos oferecidos pelo governo do Estado. Aproveitei esta oportunidade para agradecer, mais uma vez, ao governo de Minas a confiança depositada no projeto Higident. Em 19/3/1983, o ilustre e saudoso Dr. Tancredo de Almeida Neves, como governador de Minas Gerais, inaugurou as instalações industriais da Higident, o que muito me honrou. A empresa iniciou suas atividades em Itajubá com 60 funcionários, produzindo 300 mil sabonetes em barra por mês, em um pequeno imóvel cedido pela prefeitura.

Ao longo dos anos, a Higident foi-se expandindo com o apoio importante da Prefeitura de Itajubá, da Fiemg e, principalmente, do governo do Estado de Minas. Em 1985 demos início à construção das instalações próprias da empresa no Distrito Industrial de Itajubá com o apoio do BDMG e das instituições financeiras parceiras. Hoje a empresa ocupa uma área de 76.000m<sup>2</sup>, uma área construída de 40.000m<sup>2</sup>. A nossa capacidade de produção passou para 720 milhões de sabonetes por ano. Chegamos a gerar 1.600 empregos diretos e 6 mil indiretos. A Higident é hoje a maior empresa do Brasil em terceirização de sabonete em barra e a única empresa desse setor em Minas Gerais.

A qualidade dos nossos produtos é atestada pelos nossos principais clientes, como Avon, Bombril, Boticário, Carrefour, Via Brasil, Disney Company, Extra, Hypermarcas, Jequití, Johnson & Johnson, Natura, Nivea, Pão de açúcar, Walmart, entre outros. Em 2012, recebemos do Walmart Brasil o prêmio de melhor fornecedor da marca própria. Em Itajubá encontramos realmente um porto seguro para minha família e para minha empresa, onde pudemos diversificar e expandir os nossos negócios.

Fundamos a Higident Distribuidora para cuidar da logística da empresa, que hoje fornece produtos para o Brasil e o exterior. Em 2009 adquirimos a empresa Água Mineral Serra da Mantiqueira, localizada no Município de Delfim Moreira. A água, muito pura, proveniente de fontes localizadas no coração da Serra da Mantiqueira, conquistou dois selos de qualidade: o Ecocert, baseado em normas europeias, e o IBD Sócio Ambiental, baseado em normas americanas.

Nas Fazendas AJV, localizadas nos municípios vizinhos de Itajubá, investimos na produção de café, milho, feijão, além dos hortifrutigranjeiros, e também na criação de gado de leite e de corte. As Fazendas AJV produzem todas as verduras e legumes livres de agrotóxicos, que são servidas diariamente nas refeições dos colaboradores da Higident. Hoje me sinto realizado, na medida em que vejo o crescimento das empresas, conduzido pelos colaboradores mais humildes até os seus diretores. E nos orgulhamos muito da nossa condição de ser um grupo de empresas 100% mineiro, que gera emprego e renda para muitos mineiros e, principalmente, para muitas mineiras, já que as mulheres têm uma maior participação no quadro de nossos colaboradores. As empresas do grupo AJV empregam hoje 1.600 colaboradores, mas já chegamos a gerar 2.600 empregos diretos, com pessoas de Itajubá e cidades vizinhas.

Em Minas Gerais, sempre encontrei um ombro amigo, seja para aprimorar os projetos da Higident, seja para contornar as dificuldades que constantemente são colocadas no caminho dos empresários. Dessa forma, sempre nos sentimos encorajados e motivados a superar as dificuldades e persistir em nossos objetivos. A trajetória dos nossos negócios, nestes anos de labor diário, foi quase sempre debruçada sobre barreiras e dificuldades, numa conjuntura que exige permanentemente esforços redobrados para ultrapassá-las. Mas a vida do empresário segue sempre o ritmo de uma senóide, que intercala ciclos positivos e negativos. Há um provérbio que nos ensina que não há bem que sempre dure nem mal que nunca acabe.

Compartilhei com vocês esta minha história de vida para mostrar como fui feliz, ao escolher Minas Gerais, há 32 anos. O Brasil deve muito a Minas Gerais, que são muitas e todas elas belas. Temos a Minas Gerais de Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira; temos a Minas Gerais dos presidentes da República - Afonso Pena; Artur Bernardes; Venceslau Brás; Delfim Moreira; Juscelino Kubitschek; Tancredo Neves; Itamar Franco, que era baiano de nascimento, mas mineiro de coração; temos a Minas Gerais de outros grandes políticos, como Pedro Aleixo; Silviano Brandão; José Maria Alkmin; Israel Pinheiro; Rondon Pacheco; Francelino Pereira, piauiense de nascimento, mas mineiro de coração; Aureliano Chaves; José Alencar e tantos outros; temos a Minas Gerais de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho; de Carlos Drummond de Andrade; de Guimarães Rosa; de Ary Barroso; do Dr. Carlos Chagas; de Alberto Santos Dumont; e de Edson Arantes do Nascimento, Pelé. Entre tantos outros mineiros que engrandeceram o nosso estado, agora, com muita honra, recebo esse título que me permitirá dizer que também sou mineiro desta Minas Gerais que deu ao nosso país essas ilustres personalidades que ajudaram a escrever belas histórias de Minas e do Brasil. Vejo essa homenagem como sinal de aprovação ao meu empenho em promover o bem, em buscar fazer o melhor dentro das condições vigentes e colaborar com o desenvolvimento do nosso estado, gerando emprego e renda para centenas de famílias mineiras.

Posso afirmar que esse reconhecimento se estende a todos aqueles que estiveram ao meu lado em todos os momentos da minha carreira, minha esposa, Lourdes, meus filhos, meus parceiros e meus colaboradores, fornecedores e clientes, os quais ajudaram a concretizar sonhos e projetos. Estou convicto de que os resultados foram e sempre serão fruto do trabalho de equipe. Não me sinto no direito de me envaidecer pelas conquistas. O homem tem obrigação de agir pelo bem comum em prol da sociedade. Devemos lembrar que somos apenas administradores das coisas de Deus.

Sinto-me extremamente honrado com esse título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais. Estejam certos, presidente Adalclever Lopes, deputadas e deputados, minhas senhoras e meus senhores, de que saberei honrar esse título que acabo de receber. A partir de hoje, sinto-me mineiro de fato e de direito. Continuarei pautando minha vida no mesmo caminho que segui até aqui, mas



agora mais enriquecida com o título que acabo de receber. Esse título me motiva e incentiva a manter-me digno do povo mineiro e poder contribuir com renovado empenho para o progresso e o engrandecimento de Minas Gerais.

É grande a emoção neste momento, em que vejo aqui minha família, amigos, colaboradores, instituições parceiras, fornecedores, clientes, lideranças políticas de Itajubá e região. Agradeço a Deus por me permitir viver este momento e a minha esposa e família pelo apoio com que sempre me encorajaram. Ao encerrar, quero citar o pensamento do poeta francês Nicolas Chamfort: “A estima vale mais do que a celebridade, a consideração mais do que a fama, e a honra mais do que a glória”.

Ao deputado estadual Dalmo Ribeiro Silva, a minha estima e os meus agradecimentos por indicar o meu nome para receber essa homenagem. Agradeço ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, aqui representado pelo deputado Hely Tarquínio. Finalmente, agradeço ao Estado de Minas Gerais, na pessoa do governador Pimentel, a honra de me acolher como seu mais novo cidadão. Muito obrigado, Minas Gerais. Quem te conhece não esquece jamais.

#### **Palavras do Presidente**

Exmos. Srs. Antônio José Vieira, diretor-presidente da Higident do Brasil Indústria e Comércio; desembargador Octávio Augusto De Nigris Boccalini; Edwaldo Almada de Abreu, presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg; Exmo. Sr. Rodrigo Imar Martinez Riera, prefeito de Itajubá; deputado Ulysses Gomes, 1º-secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, filho de Itajubá; Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que solicitou a concessão do título ao homenageado, dessa feliz ideia, boa noite.

Um cidadão honorário é aquele indivíduo reconhecido pela grande identificação com uma comunidade onde não nasceu, na qual se tornou altamente respeitado pela admiração despertada por seu trabalho e suas atitudes em prol da sociedade que o acolheu.

Tenho a felicidade, em nome da Assembleia Legislativa, de presidir a solenidade que torna Antônio José Vieira, brilhante empresário nascido na cidade paulista de Monte Aprazível, oficialmente mineiro, referendando o desejo do povo representado nesta casa. Físico e matemático de formação, nosso homenageado, que se tornou presidente de uma das mais importantes indústrias sul-mineiras, é também produtor rural e criador de gado de corte, impulsionando diversos setores da economia, gerando riqueza e postos de trabalho para nossa população. Defendendo sua classe, numa demonstração de alto espírito colaborativo, dirigiu a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá e a Câmara de Dirigentes Lojistas dessa cidade, além de ter sido considerado, entre muitas outras distinções, o industrial do ano em nosso estado em 2014.

A Higident do Brasil, fundada em São Paulo, foi transferida para Itajubá, onde atua há três décadas, sendo a maior empresa nacional no ramo da terceirização, produzindo para as maiores fábricas do mercado e exibindo uma qualidade garantida pela capacidade logística que permite enfrentar as naturais dificuldades de distribuição não só no País, como no exterior. O quadro inicial de 60 funcionários em Minas passou para mais de 1.600 - e atualmente esse número é maior, como ele explicou no seu pronunciamento -, sendo altamente competente não só na produção industrial, como nas práticas socioambientais.

Ações junto à população carente, especialmente os moradores de asilos, são desenvolvidas pela empresa, com a ativa participação de seus funcionários. Aqui está também a marca do humanismo, o que é muito importante. Não só Itajubá, como todo o Estado tem se beneficiado da força da Higident, comandada por um homem preocupado com o nosso crescimento e com um melhor equilíbrio social, cuidando ainda das prementes questões ambientais.

Pesquisa, inovação e alta tecnologia têm sido a grande característica mercadológica da indústria por ele comandada, exemplo para novos empreendedores, que possam, como Antônio José Vieira, gerar para todos nós um futuro de esperança e, sobretudo, de dignidade, num momento em que tanto precisamos de inspiração para que o País supere suas crises. Sua parceria com entidades como a Fiemg, o Senai, o Sesc e o Sesi mostram uma capacidade de aglutinação e um espírito de união, que tem, como decorrência, formado colaboradores capacitados a produzir itens ligados à higiene e à cosmética cada vez melhores.

Minas Gerais, aqui representada pelo conjunto de seus deputados, abraça, portanto, um mineiro de coração, que se tornou mais um motivo de orgulho de toda a nossa gente de Minas. Em nome de todos os parlamentares desta Casa Legislativa, de todos os funcionários, enfim, de todos os mineiros, também quero abraçar o nosso Antônio José Vieira, parabenizando-o pelo seu aniversário, hoje. Que Deus ilumine seu caminho e que seu exemplo seja sempre seguido por todos aqueles que desejam uma vida digna para todos, com justiça social e com muito trabalho! Muito obrigado.

#### **Apresentação Musical**

O locutor - Convidamos os presentes a apreciar neste instante o talento do grupo Bombeiro Instrumental Orquestra Show - Bios -, que, sob a coordenação do Subten. Buenos Aires, apresentará as músicas *O happy day*, de Philip Doddridge, e *Sing, sing, sing*, de Louis Prima.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - Não sei se é possível, mas vamos quebrar o protocolo e, quem sabe?, ouvir aí o *Parabéns a você*.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - Depois desta noite feliz para Minas Gerais, a presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença.

#### **Encerramento**

O presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando os deputados para a ordinária de amanhã, dia 30, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015**

#### **Presidência do Deputado Adalclever Lopes**

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos deputados João Leite, Durval Ângelo e Sargento Rodrigues; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº



8/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno; Declarações de Voto; Questões de Ordem; Declarações de Voto; Questão de Ordem; Declaração de Voto; Questão de Ordem - Registro de Presença - Discurso do deputado Rogério Correia - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Hely Tarquínio - Ulysses Gomes - Alencar da Silveira Jr. - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Jorge - Arlen Santiago - Arlete Magalhães - Arnaldo Silva - Bosco - Cássio Soares - Celise Laviola - Cristiano Silveira - Cristina Corrêa - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Dilzon Melo - Dirceu Ribeiro - Doutor Jean Freire - Durval Ângelo - Elismar Prado - Emidinho Madeira - Felipe Attiê - Geisa Teixeira - Geraldo Pimenta - Gil Pereira - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ione Pinheiro - Iran Barbosa - Isauro Calais - Ivair Nogueira - João Alberto - João Leite - João Magalhães - Léo Portela - Luiz Humberto Carneiro - Marília Campos - Noraldino Júnior - Nozinho - Paulo Lamac - Professor Neivaldo - Ricardo Faria - Roberto Andrade - Rogério Correia - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Thiago Cota - Tiago Ulisses - Tito Torres - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

### Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### Ata

- O deputado Wander Borges, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado João Leite.

O deputado João Leite - Obrigado, presidente. O deputado Wander Borges leu a ata, que registra que a reunião se encerrou por falta de quórum. Efetivamente, presidente, a reunião se encerrou após pedido do PT para que fosse suspensa. Não é mais possível a oposição aceitar essa pressão, especialmente do deputado Rogério Correia, contra a Mesa da Assembleia. Ontem vimos o deputado Rogério Correia pressionando sua assessoria, vimos o deputado Rogério Correia pressionando o deputado Hely Tarquínio. Ontem houve uma manifestação natural, que sempre acontece na Assembleia Legislativa. Por várias vezes o PT encheu estas galerias. Eles nos xingavam; em legislatura passada, jogaram moeda na deputada Lúcia Pacífico, que desmaiou neste Plenário. Ontem, por uma manifestação popular, o PT se insurgiu. Agora, temos um deputado que acha que mandará na Assembleia Legislativa. Ele irá pressionar os assessores, na Mesa da Assembleia, e irá encerrar a reunião. Ontem havia colegas da oposição inscritos para falar, e o deputado Rogério Correia, por duas vezes, foi buscar V. Exa. Ele queria que o deputado Adalclever Lopes impedisse a oposição de falar. Esse é o Bloco Minas sem Censura, que agora tem outro nome: Bloco Minas com Censura. Deputado Durval Ângelo, permita que eu discuta a ata. Eles não querem deixar que falemos. Por 12 anos, ficamos aqui ouvindo o PT falar, encher as galerias. Tomei garrafada nesta Assembleia. Agora, querem cassar a palavra da oposição. Não vamos aceitar, presidente. Não vamos aceitar deputados pressionando seus assessores. Eles não falarão nada. Nós estamos vendo. Estamos vendo o deputado Rogério Correia insistir para que o senhor venha ao Plenário e tire o deputado Hely Tarquínio da presidência dos trabalhos. Não aceitamos. O deputado Hely Tarquínio foi eleito por este Plenário. Ninguém tem autoridade para tirá-lo da presidência dos trabalhos. É lamentável a atuação do PT, da base desse governo, na Assembleia Legislativa. Não aceitaremos. O povo de Minas Gerais nos colocou na oposição, e iremos denunciar. Sr. Presidente, quero uma correção na ata. A reunião ordinária de ontem se encerrou por insistência e desrespeito do deputado do PT Rogério Correia, que pressionou. Havia 28 deputados, quórum suficiente para os inscritos para o Grande Expediente continuarem sua fala. Fomos impedidos de maneira arrogante, o que é próprio dele. Estão com dificuldades? Quem está com dificuldades é o povo pobre de Minas Gerais. Vem aumento na tarifa social da água e 40% de aumento na luz. E os servidores estão querendo 4,5% de reposição, mas o PT não dá. Terão de ouvir, porque prometeram tudo para os servidores públicos, prometeram o paraíso para os servidores públicos. Sr. Presidente, quero uma correção nessa ata. Foi o deputado Rogério Correia que, desde o início, fez pressão para o encerramento da reunião, porque não aguentou a manifestação das galerias, que reclamavam da medalha do João Pedro Stédile. V. Exa. suspendeu a reunião, mas ainda havia oradores da oposição inscritos para o Grande Expediente. Presidente Adalclever Lopes, gostaria que V. Exa. garantisse a autoridade da Mesa da Assembleia. Ontem o deputado Hely Tarquínio foi desrespeitado, bem como os seus assessores. Agora há um deputado que quer mandar na Assembleia. Não votamos nele nem escolhemos seus assessores. Votamos em V. Exa., votamos na Mesa da Assembleia, e não nesse deputado que quer mandar na Assembleia. Não vamos aceitar isso. Peço a correção da ata. Muito obrigado.

O presidente - Com a palavra, para discutir, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo - Em relação à ata de ontem, concordo com o deputado João Leite. Temos de fazer correções sim, mas vamos fazer as correções corretas. Proponho que se corrija na ata um desagravo ao deputado Rogério Correia, que foi agredido não na sua condição política, mas na sua honra pessoal. Os manifestantes o chamaram de cheirador, de usuário de cocaína e, se quiséssemos repetir da mesma forma, diríamos que, nas redes sociais, fala-se com muita força que seriam outros, até com histórias de helicóptero. Mas não quero entrar nisso; quero apenas dizer que já houve muitos embates aqui, mas não em relação à honra pessoal. Assim, gostaria que a presidência estendesse esse desagravo e constasse na ata que um deputado avançou sobre o Cristiano Silveira, um jovem e brilhante deputado que preside a Comissão de Direitos Humanos, e lhe tomou o microfone, agredindo-o. Como não quis entrar na polêmica, disse ao presidente Hely Tarquínio que deveria tê-lo defendido, porque ninguém poderia ter tomado o microfone do Cristiano Silveira tão violentamente como o deputado do PSDB quis fazer. Foi um absurdo aquilo. Quase que o deputado foi agredido. Ainda bem que pegou um deputado calmo, tranquilo, fleumático. Imaginem se fosse um de nós, que nos exasperamos um pouco mais, somos mais sanguíneos? Ainda bem que isso ocorreu com ele. Na correção, o deputado João Leite agrediu o presidente desta Casa. Ele disse - as palavras são textuais - que o deputado Rogério Correia o está manipulando, que a presidência está sendo manipulada. Ao contrário, de jeito nenhum, acho que a presidência se esforça em buscar a ordem, a conciliação. Quero dizer ao



deputado João Leite que não tentei interrompê-lo, pois tenho como princípio ouvir, exercer o poder obediencial. Ouvir é fundamental na democracia; a democracia é uma arte mais de ouvir do que de falar. Então respeito profundamente isso, tanto que perdi eleições aqui. Durante cinco anos nesta Casa nunca fiz 3º, 4º e 5º turnos. Em cinco eleições que perdi, respeitei a vontade soberana do povo de Minas Gerais. O que vivemos hoje é que estão querendo fazer 2º, 3º, 4º e 5º turnos. O governador Fernando Pimentel tem consciência das suas tarefas, mas tem muito mais consciência da herança maldita do Estado. Acho que o deputado João Leite, com espírito construtivo, deveria, no mínimo, repudiar os incidentes dos dois lados. Essa é a postura correta. Se tivermos que restabelecer o clima, que seja exigido dos dois lados, e não nesse clima de confronto. Assim, acabamos trazendo problemas para dentro do Legislativo - e isso deve constar na ata, Sr. Presidente -, criando um clima de animosidade que não existia no passado. Meu apelo, como líder de governo, é pela conciliação. Acho que o deputado João Leite tem razão. É preciso constar na ata que a polêmica criada, todos com a forca no pescoço, foi por causa da medalha concedida a João Pedro Stédile, que não tem nenhuma condenação. Acho que deveriam ser incluídos nesta ata os nomes de Efraim Morais, que recebeu a medalha em 2007, campeão do nepotismo no Senado, com três condenações em segunda instância; Roseana Sarney, com duas condenações de primeira instância e uma no Supremo, que está a caminho; Heráclito Fortes, em 2006, expoente da bancada de Dantas, no Congresso; Severino Cavalcanti, que recebeu a medalha em 2005 e, no mesmo ano que recebeu a medalha aqui, três meses depois, renunciou. Também Edemar Cid Ferreira, do Banco Santos, que recebeu a medalha em 2004, ano em que foi preso. Eles, sim, são bandidos, são criminosos. Solicito que o nome de todos eles conste na ata.

O presidente - Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, vamos votar favoravelmente. Sr. Presidente, queria fazer um contraponto, primeiro para dizer que concordo plenamente com o que disse o deputado João Leite ao alertar V. Exa. A reunião foi terminada ontem em respeito a V. Exa. Como nosso maior líder, presidente do nosso Poder, houve respeito em acatar sua decisão. Mas o deputado Hely Tarquínio estava absolutamente correto. Olha que já tive outras cobranças em relação ao deputado Hely Tarquínio, mas faço aqui justiça a ele, porque havia 28 deputados em Plenário. Sr. Presidente, queremos que conste na ata, e este é o objeto da minha intervenção: ocorre que o deputado Rogério Correia não aguentou as cobranças das galerias, com as quais todos convivemos de forma harmônica. Em relação às acusações pessoais sofridas pelo deputado, também concordo, V. Exa. deve registrá-las na ata, a pedido do líder de governo. Concordo também que devem ficar registrados na ata os ataques pessoais sofridos pelo deputado Rogério Correia. Até porque, presidente, também é preciso registrar nas atas os ataques que o deputado Rogério Correia, às vezes, profere em desfavor do senador Aécio Neves com esse mesmo tom. É bom que V. Exa. faça constar na ata que isso também não pode ser feito da forma que está sendo feito. Digo e repito: é preciso esclarecer que eram 28 deputados presentes à reunião, que foi suspensa inicialmente por V. Exa., pela presidência, pela liderança que V. Exa. exerce em relação a todos nós. Ontem, presidente, ocorreu que o deputado Hely Tarquínio estava presidindo, e o deputado Rogério Correia, não suportando as pressões e cobranças, fez exatamente o que está fazendo com V. Exa. neste momento.

O presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte e não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

O deputado Rogério Correia - Art. 164.

O presidente - Será concedida a palavra a V. Exa. oportunamente.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **2ª Fase**

O presidente - Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### **Discussão e Votação de Proposições**

O presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 8/2015, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para revisão anual de vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram "sim":

Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Jorge - Arlen Santiago - Arlete Magalhães - Arnaldo Silva - Bosco - Cássio Soares - Celise Laviola - Cristina Corrêa - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dirceu Ribeiro - Doutor Jean Freire - Durval Ângelo - Emidinho Madeira - Felipe Attiê - Geisa Teixeira - Geraldo Pimenta - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Isaura Calais - Ivair Nogueira - João Leite - João Magalhães - Léo Portela - Luiz Humberto Carneiro - Marília Campos - Nozinho - Professor Neivaldo - Ricardo Faria - Roberto Andrade - Rogério Correia - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Tiago Ulisses - Tito Torres - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Wander Borges .

A deputada Ione Pinheiro - Sr. Presidente, voto "sim".

O presidente - Está computado. Votaram "sim" 45 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 8/2015 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

### **Declarações de Voto**

O deputado Sargento Rodrigues - Agradeço-lhe, presidente. Meu voto foi "sim", como todos os demais. O projeto do Ministério Público, que determina pequena recomposição salarial, foi aprovado, o que deveria ter ocorrido no ano passado. E vocês sabem quem obstruiu sua votação. Se o PT e o PMDB não tivessem obstruído sistematicamente, por três vezes, a votação, o projeto de vocês teria sido aprovado. E digo mais: o projeto estava aqui, em 2º turno, deputado Durval Ângelo, no dia 12 e no dia 18. Se o procurador-geral não enviou crédito... É engraçado, pois não enviou crédito para conceder 6% de reajuste para os servidores, mas o remeteu para pagar



o famigerado auxílio-livro, no valor de R\$13.000,00 por ano, a que este deputado votou contra. É uma vergonha promotores e procuradores receberem R\$13.000,00 de auxílio-livro. Esse dinheiro deveria ser empregado para atender outras necessidades do Estado. Sr. Presidente, quero aproveitar a presença do deputado Rogério Correia em Plenário para dizer que o questionamento que fiz a V. Exa. visa a que conste na ata que, quando V. Exa. se sentou nessa cadeira e suspendeu os trabalhos para entendimentos, havia 28 deputados presentes. Na semana passada, quando solicitei o encerramento de plano da reunião por falta de quórum, o deputado Hely Tarquínio procedeu à recomposição, e havia 25 deputados em Plenário. Mas, no momento em que ele ia encerrar a reunião, o deputado Rogério Correia insistiu em postergar a decisão do presidente até a chegada do deputado João Magalhães, perfazendo o total de 26 deputados, e a reunião não foi encerrada. Essa foi a estratégia que o deputado Rogério Correia usou na quinta-feira da semana passada para não encerrarmos a reunião naquele momento, porque ele tinha interesse em que os demais deputados usassem a tribuna, já que, pela ordem de inscrição, seria a vez dos deputados da base de governo. Mas ontem, pela ordem de inscrição, seriam os deputados da oposição. Aí o deputado Rogério Correia, mesmo havendo 28 deputados em Plenário, não permitiu que houvesse sequência e foi atrás de V. Exa., que acabou suspendendo os trabalhos para entendimentos. Queria deixar isso registrado porque o deputado Rogério Correia precisa entender que, se hoje ele está na base de governo e ela está sendo cobrada pelas galerias, esse é o ônus que quem é governo tem de começar a aprender a suportar. Caso contrário, acabará tendo um problema muito grave de saúde, porque não vai aguentar as pressões das galerias. Isso é natural. Quem está no governo tem de sustentar esse tipo de coisa. Com relação aos ataques pessoais, concordo com o deputado Durval Ângelo: devem ser registrados na ata. O deputado não pode ser desrespeitado pessoalmente da forma como ele o foi. Esse pensamento é unânime. Isso não pode ocorrer com deputado da base nem com deputado da oposição - e o deputado Durval Ângelo estava na reunião ontem. É ponto pacífico para todos nós que não podemos aceitar ataques pessoais aos parlamentares. Quanto à estratégia do deputado Rogério Correia de querer encerrar a reunião quando havia 28 deputados presentes, nós da oposição deixamos claro e registrado em ata que não vamos aceitar.

O deputado João Leite - Sr. Presidente, o PSDB votou favoravelmente. Aliás, desde o ano passado, o nosso bloco, com o PP, o PDT e o Democratas, tem estado aqui pronto para as votações, especialmente, daqueles projetos que interessam aos servidores públicos. Estivemos presentes na votação do reajuste de todo o funcionalismo público, o qual, lamentavelmente, já estava escolhido - por isso o governo impediu a sua votação. Ontem mesmo recebi alguns servidores públicos cujos vales-refeição foram cortados. Enfim, não houve reajuste. Tudo aquilo que foi prometido para os servidores públicos não foi concretizado. Infelizmente, os servidores do Ministério Público tiveram de fazer toda essa mobilização, sob a liderança do Eduardo, para haver a possibilidade de votarmos. Já era para ter sido votado, porém o governo e sua base não permitiram que o fizéssemos. E o mesmo está acontecendo com outros servidores. Há toda uma sinalização de greve na saúde e na educação, porque nenhuma das promessas feitas a eles está sendo cumprida. O entendimento que está sendo feito agora não atende aos aposentados da educação. Prometeram para a educação do Estado conceder o piso nacional para as 24 horas de trabalho, e não para as 40 horas, mas isso não foi feito. Haviam prometido descongelar a carreira e dar o piso na carreira descongelada, mas nada disso aconteceu. Na verdade, estão dando abonos. Aécio Neves concedeu aqueles 22%, depois o Anastasia baixou para 18%, e agora eles retiraram - os servidores reclamaram isso ontem. Por outro lado, eles têm uma nova arrecadação, pelo aumento da conta de luz, de R\$1.700.000.000,00. A arrecadação vai aumentar também com a conta de água. Ou sua conta de água não está subindo? Estou acompanhando a minha conta de água e também a minha conta de luz. É impressionante. Na conta de luz, só de imposto, vem 50%. A promessa do PT era tirar o ICMS da conta de luz, mas agora estão assim, e não governam. Agora há alguém da SS perseguindo os servidores, todos os dias ele concede uma entrevista. Acho que é o Spinelli, o homem caçador de marajás dos servidores do Estado. Parece que há 200 servidores que ele quer levar às barras do tribunal. O Sr. Spinelli é o inquisidor-mor do PT, que quer levar o servidor público... Quando a pessoa é muito má, aos olhos dela todos os outros também o são, então ele acha que os servidores públicos estão fazendo mal. Trouxeram o inquisidor, que não sei de onde veio, que vai fazer um inquérito com todos os servidores públicos. Eles deveriam governar. Não fizeram nada. Não acertaram a recomposição com os servidores. Não tem nenhuma obra. Paralisaram todas as obras do governo passado. E o Sr. Pimentel vai a Nova York para se encontrar com o pessoal da Dow Jones; vai a Pernambuco inaugurar sua grande obra, a Fiat, que retirou de Minas Gerais; depois vai inaugurar o Porto de Mariel, em Cuba; vai inaugurar o aeroporto de Cuba... Ele vai fazer, também, a inauguração do ar-condicionado no Palácio das Mangabeiras, porque a primeira-dama não gostou do ventilador. Há 12 anos há ventilador, mas agora vai haver ar-condicionado e um avião de 28 milhões. O avião que ele comprou vai ser inaugurado também. Não tem nada para o servidor público, mas, para viajar de avião, para ir para Nova York, para comprar ar-condicionado... Eles adoram essas coisas; é a esquerda caviar; amam *crème de la crème*; gostam dessa situação, de viver no bem bom.

O deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, queremos dizer que o nosso partido, o PTB, votou favoravelmente a esse projeto por ser extremamente justo: são funcionários que trabalham muito. Desde o ano passado, estávamos prontos para votar, mas a obstrução foi feita e, infelizmente, atrasou essa votação. Mas, felizmente, hoje temos o senhor na presidência, que, com a sua credibilidade nesta Casa, conseguiu que esse projeto fosse votado praticamente num tempo recorde e sem que nós, da oposição, obstruíssemos um projeto extremamente importante como esse. A nossa vontade, realmente, é de poder obstruí-lo, porque o que tem acontecido tem nos deixado muito preocupados. O orçamento trazido aqui diminuiu em R\$88.000.000,00 os recursos para o Ipsemg. Além disso, aprovamos um requerimento, que a Comissão de Saúde já enviou ao senhor, para que o governo do Estado faça voltar a autonomia do Ipsemg para resolver a questão dos recursos que são descontados dos pobres dos aposentados, que agora nem vão participar dos aumentos - como as professoras aposentadas que ensinaram as pessoas, deputado Bosco, que esteve na Comissão de Educação -, nem vão ter abono, que será só para alguns. Os pobres coitados dos efetivados têm dia certo para morrer, já foram para o INSS e não têm direito de ir para o Ipsemg, para o qual contribuíram por tanto tempo. Queremos dizer, Sr. Presidente, que a sua credibilidade ajudou muito a podermos votar esse projeto. Hoje todas as manchetes dos jornais dizem que, infelizmente, os salários dos trabalhadores estão diminuindo. Mais de um milhão e meio de trabalhadores no País já perderam emprego por causa de uma política econômica muito mal conduzida. Vimos também que diminuíram o dinheiro da vacinação das crianças no Orçamento que foi votado aqui. O que existe contra elas? Além disso, até hoje não foi enviado nenhum centavo para que os prefeitos possam transportar as crianças à escola. Os prefeitos não



aguentam mais. E vemos aí o pessoal do PCDoB, o mesmo partido do governo, como vimos na audiência pública de quinta-feira em Montes Claros. O prefeito de Francisco Sá disse, naquela audiência pública, que, se o reajuste não for concedido, infelizmente não terá mais condições de transportar as crianças. Então votamos favoravelmente a esse projeto. Quero mencionar também o assédio moral que tem sido praticado contra os funcionários da Fhemig. A direção entra na Fhemig com escolta policial militar para anotar quem faltou ao serviço. Ficamos muito preocupados com isso. Daqui a pouco teremos uma reunião. No dia 13, às 15 horas, teremos uma reunião da Comissão de Saúde, para a qual conclamamos todos os servidores para vermos o que está acontecendo. Além do assédio moral que a diretoria está praticando contra os funcionários, vemos também que estão querendo dar um abono de R\$100,00 e não discutir mais a reposição salarial. No dia 13, uma quarta-feira, às 15 horas, teremos uma reunião na Comissão de Saúde. Conclamamos todos a estarem aqui na Assembleia para discutirmos o assunto. No dia 20 teremos uma nova audiência na Comissão de Saúde para discutir a respeito do dinheiro que está sendo recolhido e que está ficando no tacho da cota única. Queremos que o pessoal de Uberlândia e de Juiz de Fora e toda a região venha participar da nossa reunião aqui, na nossa Assembleia. Já aprovamos requerimento. Tenho certeza de que, se eles não blindarem o governador, quando esse requerimento chegar, ele poderá cumprir talvez a primeira das suas promessas de campanha.

O deputado Rogério Correia - Presidente, em nome do Bloco Minas Melhor, quero dizer que votamos unanimemente para a aprovação do projeto de reajuste dos servidores públicos do Ministério Público. É óbvio que foi necessário ampla negociação com o governo do Estado, para que o Ministério Público tivesse o conjunto dos recursos este ano. Então, apesar de um orçamento com um déficit de R\$7.200.000,00, herdado de dívidas anteriores e, portanto, um orçamento muito longe da propaganda do déficit zero, o deputado Tiago Ulisses, relator do orçamento do governo do Estado, achou por bem não retirar o que foi solicitado no orçamento pelos Poderes constituídos. E nós aprovamos dessa forma. Assim o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e a própria Assembleia Legislativa têm um conjunto de recursos, apesar do rombo orçamentário. Educação, saúde e segurança pública também não sofreram cortes, apesar do déficit orçamentário herdado. Então, queria parabenizar o deputado Tiago Ulisses porque ele tem uma responsabilidade grande ao conseguir que a data-base do Ministério Público do ano passado fosse respeitada. Não fosse a garantia desses recursos, os trabalhadores do Ministério Público não poderiam ter esse reajuste. Então veja bem, presidente, esse reajuste só pôde existir porque se garantiu o repasse dos recursos financeiros solicitados ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Assembleia Legislativa, mesmo com o rombo. Então, não esqueçamos o esforço orçamentário que aqui foi feito. Ao mesmo tempo, presidente, também vamos conceder reajuste ao conjunto dos servidores, e não vai ser apenas de 4,5%, como estava na previsão. No ano passado, chegou a esta Casa Legislativa a ideia de que íamos preferir não votar. O reajuste será bem superior aos 4,5%, tanto no que diz respeito à educação e à saúde quanto à segurança pública. No caso da segurança pública, o reajuste será de 15%. Aliás, só está sendo possível dar essa garantia aos servidores em razão da negociação. Não sei se V. Exas. prestaram atenção aos jornais, mas ontem uma professora foi agredida no Estado do Paraná, que adota o choque de gestão. Ensanguentada, ela virou símbolo da resistência no Paraná. Por outro lado, aqui o que fizeram foi um roubo contra os servidores, retirando deles o dinheiro do fundo de previdência, tirado dos servidores públicos com o aval da maioria da Assembleia Legislativa. Ao contrário do que está acontecendo em São Paulo e no Paraná, onde os professores estão em greve e apanhando da polícia, aqui está havendo negociação. Aliás, haverá outra negociação hoje com o sindicato, que pode sentar-se à mesa de negociação com o governo todas as semanas. Quanta diferença... Ao invés de professores ensanguentados e de roubo a fundo de previdência aqui e no Paraná - o governador de São Paulo coloca polícia para perseguir os professores em greve -, aqui estamos em processo de negociação, o que é normal, mesmo com o rombo orçamentário que foi herdado. Presidente, demagogia tem perna curta. As pessoas medem a diferença na prática. Está havendo aqui alguma repressão? Houve, no dia 21 de abril, fechamento da praça em Ouro Preto para impedir a entrada de professores e trabalhadores? Não, pelo contrário. Eles entraram, participaram e aplaudiram. Quem quis aplaudir aplaudiu, quem quis protestar protestou. A praça estava aberta, como em 12 anos não esteve. Aqui existe respeito para com o servidor público e para com os trabalhadores. Não mais está havendo roubo a fundo de previdência, nem professores ensanguentados, nem ódio. Pelo contrário. Esse tipo de ódio reproduzido por deputados não existe no nosso governo, mas, sim, respeito para com os servidores. Aliás, o respeito é a arma para se fazerem melhores negociações. Concluindo, parabenizo o Ministério Público, que conquistou, neste governo, o pagamento daquilo que ficou para trás.

#### Questões de Ordem

O deputado Noraldino Júnior - Sr. Presidente, serei breve. Cheguei atrasado porque fiquei preso no trânsito, mas V. Exa. teria condição de registrar o meu voto favorável? Há possibilidade de se fazer isso? Caso não haja, peço a V. Exa. que faça constar em ata minha manifestação favorável. Estamos unidos aos servidores. Tenho vários amigos do Ministério Público e gostaria muito que constassem o meu apoio e o meu voto favorável a essa importante causa.

O presidente - Peço que conste na ata que V. Exa. torceu muito durante o tempo perdido no trânsito. Isso constará em ata. Com a palavra, pela ordem, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Meu problema também é com o trânsito de Belo Horizonte. Gostaria de comunicar a este Plenário que estive presente em toda a negociação. Tenho respeito muito grande para com os servidores do Ministério Público. Ontem subi à tribuna para lembrar uma saída honrosa para a presidenta, para este governo e para o Brasil. Estou falando de eleição geral para o próximo ano. Temos de começar esse movimento em Minas Gerais: uma eleição para eleger a Presidência da República, o Senado, a Câmara Federal, as assembleias, prefeituras e câmaras de vereadores. Todos nós temos de entregar nossos cargos e realizar uma eleição geral neste país. Não é preciso só trocar o presidente, mas os costumes dos políticos no Brasil. Por exemplo, não adianta emendas. Não adianta os deputados ficarem responsáveis por fazer emendas para aqui ou ali, o governo tem de ter programas sociais para os estados e de desenvolvimento para os municípios. Deputado é eleito para legislar e fiscalizar. Não podemos continuar da maneira como está. Eleição geral. Unificação das eleições. Temos de acabar com o voto proporcional, presidente. Aqui têm de estar os 77 mais votados. É isso o que tem de acontecer. É preciso fortalecimento dos partidos políticos, mas com as respectivas doutrinas. Não podemos ter esse monte de partidos de hoje. O Brasil precisa ser passado a limpo. Entendo que só vamos passá-lo a limpo



realizando eleições gerais no próximo ano, daqui a 12 meses, para elegermos nossos representantes. Deixo aqui a proposta de um deputado que vê que, se não começarmos a mudar hoje, nossos filhos, daqui a 20, 30 ou 50 anos, falarão as mesmas coisas. Temos de fazer uma mudança geral neste país. Os costumes dos políticos têm de mudar. Olhem os exemplos que vêm de fora, dos vários países com os quais temos intercâmbio com os parlamentares. Não podemos mais aceitar o Brasil do jeito que está. Muito obrigado, presidente.

#### Declarações de Voto

O deputado Léo Portela - Obrigado, presidente. Quero salientar que o PR, assim como toda a base do governo, votou favoravelmente ao aumento e vem votando favoravelmente a todo e qualquer tipo de benefício aos servidores públicos do nosso Estado. Presidente, é importante salientar que não é em quatro meses que se consegue reparar todas as mazelas de 12 anos de governo. Não é em quatro meses que se refaz a dignidade do servidor público. Não é em quatro meses que se conseguem os avanços que Minas Gerais tanto precisa e que não vieram de um governo que envelheceu em 12 anos. Mas temos de destacar os avanços que já conseguimos nesse período: os homicídios em Minas Gerais caíram 11%; em Belo Horizonte, 34%, e, na RMBH, 19%. Esse é um trabalho implementado, de maneira inovadora, corajosa, audaciosa, pelo PR, por meio do secretário Bernardo Santana, que já traz avanços ao Estado. Queremos avançar mais e iremos fazer isso. Devemos lembrar também que, nas últimas semanas, algumas pessoas preferiram apegar as discussões deste Plenário trazendo à baila assuntos como mérito de medalhas, se alguém merece ou não medalhas, se Stédile, Ratinho, Luciano Huck ou Eike Batista merecem medalhas, enquanto o servidor público não é atendido, enquanto as comunidades terapêuticas - CTs - não são atendidas. Precisamos avançar e não deixar que esta Casa se apegue nas discussões. Temos de trazer a este Plenário discussões do nível da Casa de leis das Alterosas, reconhecida em todo o Brasil pela produtividade, pelo trabalho sério e abnegado à população mineira. Também quero salientar que nós, do PR, embora estejamos junto com o governo e participando dessa transformação do nosso estado, também estamos atentos para cobrar aquilo com que não concordamos, o que não venha a favor do servidor público, da família e das vidas. É o que está para acontecer no Plano Estadual de Educação, presidente, que traz para si a discussão e a tentativa forte de trazer a ideologia de gênero para a educação do nosso estado, algo que já foi rejeitado no âmbito federal e que não trará nenhum benefício às famílias mineiras. Há o exemplo de uma escola da Prefeitura de Belo Horizonte, uma Umei, que já trouxe algumas medidas nesse sentido e misturou meninos e meninas no mesmo banheiro. Não permitiremos isso em nosso estado. Essa medida aumentou, multiplicou o índice de infecção urinária nas meninas dessa escola. Não podemos permitir que medidas que destroem a família e a educação em Minas e que de forma alguma se coadunam com o pensamento da família tradicional mineira venham para este estado. Não podemos deixar que aquilo que foi rejeitado em âmbito federal venha a macular a história de Minas Gerais e das famílias mineiras. É importante salientar que o governador Fernando Pimentel tem ligação com o cristianismo, mais especificamente com os cristãos de credo reformado, evangélicos, pois é filho de pastor. Saliento isso e rogo ao nosso governador que tenha sensibilidade e olhar demorado sobre essa questão de ideologia de gênero, para que de forma alguma implemente essa atrocidade em nosso estado. Na Assembleia Legislativa, da bancada evangélica, somos hoje 12 deputados. Essa é a maior bancada evangélica da história da Assembleia Legislativa. Mais do que dobramos o número de parlamentares evangélicos da última legislatura. Estamos atentos e não permitiremos que essa atrocidade venha para o nosso estado em prejuízo do servidor público e das famílias. Estaremos sempre atentos para que o governo avance cada vez mais, ouvindo a população e principalmente as famílias. Obrigado, presidente.

O deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, declaro o meu voto favorável aos servidores públicos do Ministério Público. Já disseram aqui os colegas do nosso Bloco Verdade e Coerência que, desde o ano passado, quando ainda éramos da situação, tentamos a aprovação desse projeto, o que não foi possível desde outubro até agora em razão da obstrução do PT e dos seus partidos aliados. Depois de ouvir o deputado Léo Portela, tive de mudar um pouco o rumo da minha declaração de voto, deputada Marília Campos. Primeiro, gostaria de parabenizar o deputado Léo Portela, que respeito mais agora por ter assumido, estando em um bloco independente, a posição que todos já conhecíamos, que era da maioria, ou seja, da corrente majoritária daquele bloco de defesa do governo. Não há bloco independente, há bloco de defesa do governo do PT. Faço a ele um questionamento. Quando questionamos os problemas, eles respondem que quatro meses é muito pouco tempo e não dá para fazer nada. Isso foi o que ele disse há pouco. Mas quando querem comemorar boas notícias da área da segurança, esses quatro meses já serviram para resolver e derrubar a taxa de homicídios. Essa é a palavra do governo. Para as boas notícias, foram eles, do governo do PT, que fizeram, mas, para as más notícias e para o que foi omitido e deixaram de fazer e resolver, quatro meses é muito pouco. De forma muito clara, esclareço que quatro meses foi tempo suficiente para comprar um avião de R\$28.000.000,00, para reformar o palácio onde mora o governador e para a farra de Carnaval em plena segunda-feira no restaurante mais caro do Rio de Janeiro, pago com o dinheiro do contribuinte mineiro. Agora fomos surpreendidos, pois eles eram contrários à PPP de Rio Manso, que viria para solucionar, como está sendo dito pelos novos gestores da Copasa e do governo do Estado, a situação hídrica de Minas Gerais e da região metropolitana. O deputado Rogério Correia, meu amigo e companheiro, está aqui sem saber o que fazer. Até seis meses atrás, batia nessa PPP como um louco, com o sindicato dos funcionários da Copasa, o Sindágua, dizendo: "Somos contra. Essa obra não é necessária agora, só depois de 2022". Temos tudo isso guardado. Estão ali três senhoras da Taquigrafia da Assembleia Legislativa que não nos deixam mentir. Não fosse o trabalho delas, o deputado Rogério Correia poderia levantar-se e dizer: "Não foi isso que falamos". A Taquigrafia tem isso tudo registrado. O PT era contra a PPP do Rio Manso. Mas sabem o que fizeram agora? Vocês são alunos de Ibirité, não é isso? PPP é uma parceria do governo, do poder público, com a iniciativa privada. Mas quem aporta o recurso, deputado Rogério Correia, é a iniciativa privada. Foi assim no Mineirão, que muitos dos senhores quiseram questionar por meio de CPI. Não sei porque essa CPI sumiu. No Mineirão, quem colocou dinheiro foi o agente privado. Agora, deputado João Leite, a PPP do PT é às avessas. E quem aporta R\$128.000.000,00 nessa obra da PPP do Rio Manso é o governador, é o governo do Estado, que se diz apertado. Senhoras e senhores, a PPP é uma parceria em que o poder privado entra com dinheiro e depois, a longo prazo, tem o retorno do que investiu e até um lucro a mais, previamente calculado. Mas o PT está fazendo diferente; chegou para os parceiros da iniciativa e disse o seguinte: "Não precisam colocar um tostão do bolso de vocês. Participem conosco, como companheiros e camaradas, nesse novo modelo de PPP que



nós do poder público entraremos com R\$128.000.000,00. Estamos com dinheiro sobrando”. É esse dinheiro que está bancando a reforma do palácio do governador, o novo jato do governador, a farra do carnaval do governador. O deputado João Leite acabou de dizer que as visitas ao Palácio da Liberdade foram proibidas. Vocês conhecem o Palácio da Liberdade? Até outro dia, todo mundo podia visitar e conhecer o Palácio da Liberdade, mas, agora, o governador do PT fechou as suas portas para a população, para os estudantes. Ninguém mais pode ir lá; só do lado de fora da grade. O PT não deixa mais ninguém entrar lá. Esse é o modelo PT de governar. Tem sido assim no Brasil, ao longo dos últimos 12 anos. Infelizmente, para a nossa tristeza, estão implementando isso em Minas Gerais. Deputado João Leite, o nosso coração vai ter que ser muito forte para aguentar tamanha confusão.

O deputado Bosco - Sr. Presidente, deputado Adalclever Lopes, inicialmente quero cumprimentar os alunos da nossa querida cidade de Ibirité, que nos brindam com a sua presença. Sejam sempre bem-vindos. Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido Trabalhista do Brasil - PtdoB -, quero declarar nosso voto favorável ao Projeto de Lei nº 8/2015, que votamos em 2º turno nesta manhã. Foi unânime a votação, porque entendemos que, de certa forma, esse projeto recompõe os vencimentos dos servidores do Ministério Público, classe que reconhecemos pelo trabalho, pela dedicação, assim como todas as outras classes trabalhadoras do Estado de Minas Gerais, que, obviamente, também terão o nosso parecer, o nosso apoio em outros projetos que o governo Pimentel encaminhará a esta Casa, visando à melhoria de salário. Presidente deputado Adalclever Lopes, quero cumprimentá-lo por sua atitude na reunião ordinária de ontem. Apesar de termos vindo para apreciar essa matéria, o que houve foi uma ampla discussão da ata, e não do projeto em si. Daí, alguns deputados pediram a palavra pelo art. 164. Em função do Regimento Interno, presidente, sabíamos que aquela reunião sairia do nada para chegar a lugar nenhum. Não iríamos votar o projeto no dia de ontem. Então, V. Exa. teve discernimento, sabedoria para chamar as lideranças e suspender a reunião para que houvesse entendimento. Está aí o fruto desse entendimento: a votação do projeto no dia de hoje. Então, cumprimento V. Exa. Esse é o papel do verdadeiro líder, é o papel do presidente desta Casa: por meio do diálogo, do entendimento com a situação e oposição, fazer com que os trabalhos possam avançar. Era o que gostaria de dizer. Muito obrigado.

O deputado Professor Neivaldo - Obrigado, presidente. Gostaríamos de declarar voto, mas acabamos ouvindo algumas considerações. Manifesto a minha felicidade em estar aqui votando o Projeto de Lei nº 8/2015. Em Uberlândia, na última semana, fui procurado por servidores do Ministério Público. Esses servidores nos pediram que intercedêssemos, para que houvesse a aprovação imediata desse projeto de lei. Em resposta a esses servidores, votamos favoravelmente ao projeto, considerando a importância do servidor público. Para que o servidor público exerça um bom trabalho, é necessário que seja valorizado. Sou professor da rede estadual e posso falar de carteirinha sobre o quanto os servidores públicos têm sido massacrados no Estado de Minas Gerais. O choque de gestão afetou sobretudo o servidor público. Amanhã, dia 30, vai haver uma paralisação nacional, chamada pela CNTE, que é a nossa confederação. Hoje, vai haver uma paralisação chamada pelo Sind-UTE, que está dialogando com o governo. O deputado Rogério Correia, na última semana, apresentou um pouco daquilo em que temos avançado para que haja diálogo com o governo. É bom dizer que, neste governo, não foram necessárias as paralisações para que houvesse diálogo. Nos últimos 12 anos, não se conseguia conversar com o governo sem que houvesse paralisações e greves. O governo tem dialogado, tem apresentado propostas. Um dos deputados que me antecedeu disse que estamos com quatro meses de governo. Então, após 12 anos de sacrifício, resolver o problema em quatro meses é quase impossível. O piso salarial profissional nacional dos trabalhadores de educação precisa ser implementado. Eu estava no governo Itamar Franco quando foi criado o plano de carreira que foi extinto nos últimos 12 anos. O Ipsemg, desde a época do ex-governador Azeredo, vem sofrendo rombos nos seus cofres. Em Uberlândia, por exemplo, há uma enorme dificuldade para conseguir um hospital que atenda ao Triângulo Mineiro. Há inúmeros problemas que estão sendo discutidos pelos servidores por meio do Sind-UTE. Hoje será realizada mais uma paralisação. Estamos junto desses servidores, desses trabalhadores em educação que, por nosso intermédio, estão dialogando com o governo, para que seja encontrada uma solução para os impasses, a fim de que a nossa categoria consiga os avanços que tanto espera. Há mais duas questões. Primeiro, a oposição falou sobre o financiamento do Mineirão. É bom deixar claro que a empresa buscou investimento para fazer a reforma do Mineirão, mas ele está sendo pago em sua totalidade pelo governo. A empresa captou o recurso, que está sendo devolvido em sua totalidade, e ainda tem garantido o lucro mínimo. Na verdade, o investimento no Mineirão foi totalmente público. A empresa recebe o recurso novamente. Várias polêmicas foram levantadas, e eu não poderia deixar de me posicionar em relação à medalha do Stédile. Na verdade, considero que, entre todos os homenageados, ele era o que mais se parecia com Tiradentes. Tiradentes só foi enforcado porque era pobre, porque não pertencia à elite. Era um alferes, sem patente, pobre, não era da elite mineira e era contra a exploração de terras feitas pela Coroa Portuguesa. O MST, com certeza, estaria junto com Tiradentes. Muito obrigado.

#### **Questão de Ordem**

O deputado Cristiano Silveira - Presidente, gostaria que constasse em ata minha posição favorável à aprovação do projeto de lei que trata do reajuste dos servidores do Ministério Público. Como eu estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos, não pude estar no Plenário para votar favoravelmente, como fiz no 1º turno. De qualquer forma, preciso fazer esse registro, pois o Ministério Público tem sido um parceiro importante. É claro que seu funcionamento depende da estrutura funcional da Casa, dos colaboradores, e eu não poderia deixar de fazer esse registro. A Comissão de Direitos Humanos sempre tem acionado esse órgão para apuração e investigação de denúncias sobre os mais diversos setores da sociedade, quando há violação de direitos humanos. A Comissão de Direitos Humanos é complexa como bem sabe esta Casa. Precisamos da parceria desses órgãos. Hoje, Sr. Presidente, precisamos registrar que aprovamos um requerimento de minha autoria, pedindo profunda investigação e providências quanto à tentativa de homicídio de dois prefeitos de Minas Gerais: o Denilson, de Ressaquinha, e o Joel, de Ibiracatu. Deputado Rogério Correia, não sei se por coincidência, ambos são do PT. Ainda que fossem do PSDB, do PMDB ou de qualquer outro partido desta Casa, a Comissão de Direitos Humanos se pronunciaria. Precisamos saber se há motivação política em relação aos crimes, com uma apuração profunda, identificação dos responsáveis e punição nos termos da lei. Mais uma vez, faço esse registro. Digo ainda da expectativa que temos de uma condução produtiva da Assembleia Legislativa. Acredito que esses primeiros meses de trabalho na Casa não foram à altura da expectativa do povo mineiro. É claro que votamos matérias importantes como a de hoje, a da Defensoria Pública, a do organograma do Estado, o



próprio Orçamento, mas acredito que a capacidade produtiva da Assembleia Legislativa pode ser maior e melhor. Precisamos estabelecer um ambiente de diálogo, com respeito ao papel que a oposição tem e deve ter no enfrentamento, no debate, mas sem perder de vista uma agenda positiva para Minas Gerais, pois é isso que a sociedade aguarda de todos nós. Mais uma vez agradeço, peço que conste em ata minha posição favorável ao projeto de lei.

#### **Declaração de Voto**

A deputada Marília Campos - Sr. Presidente, inscrevi-me apenas para reforçar o meu posicionamento em apoio ao Projeto de Lei nº 8/2015. Parabéns esta Casa pela aprovação que valoriza os servidores e respeita uma reivindicação antiga. Inauguramos uma agenda de trabalho que está sintonizada com o que a população quer desta Casa. Não poderia deixar de fazer algumas considerações, particularmente em função da minha participação ontem em assembleia realizada em Mário Campos, organizada pelo prefeito. Estivemos lá eu, a deputada Ione Pinheiro e o deputado Ivair Nogueira. A assembleia reuniu mais de 400 pessoas no salão paroquial da igreja, onde discutimos o transporte metropolitano. Discutimos muito nesta Casa as novas medidas do governo Pimentel, as novas iniciativas, os novos projetos que o governo tem implantado. A oposição faz bastante crítica e é seu direito fazê-las, mas gostaria apenas de alertar que ontem a população estava inflamada, demonstrando que estava insatisfeita e ressaltando com muita veemência, deputado João Leite, crítico e opositor do governo Pimentel, que o Fernando Pimentel herdou grande dívida social e a reorganização do Estado, que expressa a desorganização dos serviços públicos. Particularmente o transporte público, com a implantação do BRT - o senhor, deputado João Leite, participou da nossa audiência pública e pôde constatar isso -, é uma das grandes dívidas que temos com a Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas temos de dar tempo ao tempo. Acredito que, com a postura de diálogo, de ouvir a população - o que o governo Pimentel tem demonstrando particularmente agora, no processo de negociação com os servidores públicos -, vamos viver um novo tempo em Minas Gerais. Muito obrigada.

#### **Questão de Ordem**

O deputado Iran Barbosa - Presidente, infelizmente não poderei declarar o meu voto, porque não consegui chegar a tempo, devido ao trânsito de Belo Horizonte. Presidente, gostaria de deixar registrado o meu integral apoio ao projeto. Acho extremamente legítima a reivindicação dos servidores do Ministério Público. Estive aqui para aprovar o projeto em 1º turno. Espero estar nesta Assembleia como forte apoiador não apenas da causa deles, mas também de todos os servidores do Estado que passaram nos últimos 12 anos por um processo de sucateamento estatal, de desvalorização e de absoluto esquecimento no programa de governo, mas que agora vêm recebendo nova atenção. Peço desculpas por não ter conseguido chegar antes a esta Casa, mas quero deixar aqui registrado o meu integral apoio. Obrigado a todos os deputados que aprovaram o projeto. Obrigado, presidente.

#### **Registro de Presença**

O presidente - A presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Vila Ideal, de Ibitiré, que participa da Educação para a Cidadania.

Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Presidente, deputado Adalclever Lopes, solicitei ontem o art. 164 por ataques que sofri no Legislativo e que hoje permaneceram. Mas prefiro responder a esses ataques com a leitura de um texto, porque os ataques estão vinculados à medalha recebida pelo João Pedro Stédile, do MST, em 21 de abril, em homenagem a Tiradentes. Vou ler o texto. Quem veio aqui fazer ataque ao MST e aos trabalhadores rurais sem terra tem concepção político-ideológica, infelizmente eivada de ódio, de preconceito, e não respeita as opiniões divergentes. Essas pessoas querem impor a sua opinião, como se fosse um pensamento único, como se no campo não houvesse diferença, mas as diferenças no campo são muitas. Exatamente por haver diferença no campo, pela exploração dos trabalhadores do campo, por haver trabalhadores sem terra é que existe o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - há muito tempo. Antes dele, havia a Via Campesina e outros que lutaram pela reforma agrária. Portanto, aos ataques que Stédile sofreu aqui e que venho sofrendo dos setores conservadores do Parlamento e da sociedade, prefiro responder com a leitura de um texto escrito por Sandro Abreu, do meu gabinete, que considere interessante e expressa o sentimento de indignação de uma parcela da sociedade vinculada aos mais pobres do Estado. O texto é o seguinte: (- Lê:): “A Medalha da Inconfidência e a insatisfação da elite mineira. A indignação de pessoas conservadoras e de parte do empresariado mineiro com a Medalha da Inconfidência concedida ao líder do MST, João Pedro Stédile escancara o que está posto no Brasil neste momento: a elite não aceita mais o povo no poder. É isso. Isso é mais forte que a crise econômica e a corrupção que está sendo desvendada após décadas de assaltos aos cofres públicos. Não é por simples insatisfação que entidades empresariais gastaram uma boa grana para publicar uma nota de repúdio em jornais mineiros. Curiosamente, a nota saiu publicada na mesma página que trouxe a notícia da aprovação da terceirização. Políticos, artistas, juristas, empresários, jornalistas, ativistas e uma gama enorme de pessoas de todo o Brasil já foram condecoradas com a medalha, incluindo o amigo do rei, Luciano Huck, e o 'grande empresário' Eike Batista, que tanto explorou as riquezas de Minas Gerais, prejudicando gente simples e humilde das comunidades rurais do interior. Mas o Stédile não, esse não pode ganhar. O 'grande jornal dos mineiros' chegou a colocar como subtítulo da matéria sobre o evento: 'Bandido'. Alguns homenageados mais conservadores já anunciaram que irão devolver suas medalhas”. Hoje alguns da oposição lotaram a Assembleia Legislativa com uma claque, derrotados que foram pelo PT, e usaram cordas vermelhas no pescoço para continuar o lamento sobre a medalha concedida a um líder de movimento popular. Então é isto: a aristocracia pode receber, o rebelde não. O interessante é que foi justamente isso que aconteceu com Tiradentes. De todos os inconfidentes, ele foi o único sentenciado à morte. O motivo? Ao contrário dos outros, não tinha alta patente, era de classe baixa e não pertencia à elite das Minas Gerais. Os demais receberam penas mais brandas. Embora a Inconfidência Mineira tenha sido um movimento da elite mineira revoltada com a derrama, alguns ideais marcaram o movimento, como a luta contra a exploração das terras mineiras pela Coroa Portuguesa, luta pelo direito dos colonos e por liberdade. Bandeiras parecidas com as do MST. Tiradentes foi alçado à condição de herói após a Proclamação da República, e sua imagem trabalhada estrategicamente para associá-lo a Jesus e à simplicidade, reforçando-se a representação de homem do povo e do bem. Mas um homem do povo, um rebelde não pode receber a medalha. Além da medalha a Stédile, a cerimônia dos Inconfidentes promovida pelo governo petista, em Ouro Preto, no último dia 21, trouxe mais uma novidade: a praça foi aberta ao povo, após 12 anos de cerimônias



fechadas. O governador enfrentou manifestação, mas manteve sua postura democrática e popular. Stédile é povo. Esse foi o 21 de abril deste ano em Minas Gerais. Talvez Tiradentes, pelo menos a imagem forjada ao longo do tempo, esteja mais satisfeito agora...". Muito obrigado.

#### Encerramento

O presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16/2015, EM 19/3/2015**

Às 15h32min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Gil Pereira e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 665/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão Extraordinária das Mulheres para debater, em audiência pública, a referida proposta de emenda que dá nova redação ao §1º do art. 60 da Constituição do Estado.

Registra-se a presença da deputada Geisa Teixeira (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2015.

Gil Pereira, presidente – Celise Laviola – Fábio Cherem.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 25/3/2015**

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Iran Barbosa, Arnaldo Silva e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Alberto. Havendo número regimental, o presidente, deputado Iran Barbosa, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião desta comissão. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Carlos Eduardo Ferreira Pinto, coordenador do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais do Ministério Público publicado no *Diário do Legislativo* em 31/1/2015. A presidência designa como relator dos trabalhos (Relatório Final) o deputado Doutor Jean Freire e fixa reuniões ordinárias para as quintas-feiras, às 14h30min. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 779/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizado debate público conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre os "Desafios do gerenciamento e da utilização dos recursos hídricos em Minas Gerais";

nº 780/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada audiência pública, no Município de Águas Vermelhas, para debater o projeto de mineroduto "Vale do Rio Pardo", que se destina a transportar minério de ferro por tubulação usando água;

nº 785/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o panorama da atual crise hídrica no Estado de Minas Gerais, bem como soluções preventivas e corretivas que estão sendo implementadas pelas concessionárias de distribuição de água para garantir seu fornecimento;

nº 788/2015, do deputado Arnaldo Silva e do deputado João Alberto, em que solicitam seja realizada audiência pública, no Município de Frutal, para debater a execução de vários programas e ações de preservação promovidas pelo projeto Cidade das Águas da Unesco-Hidroex que visam contribuir para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais;

nº 791/2015, do deputado Iran Barbosa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a proteção das áreas de recarga no Sinclinal Moeda e, em especial, a implantação de empreendimentos imobiliários no entorno da Lagoa dos Ingleses.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária no dia 9 de abril, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2015.

Leandro Genaro, presidente – João Alberto – Doutor Jean Freire.

#### **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/3/2015**

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Paulo Lamac, Douglas Melo e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado o Requerimento nº 273/2015 com a Emenda nº 1. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:



nº 811/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada reunião audiência pública para debater a política aeroespacial em Minas Gerais, tendo em vista a política de desenvolvimento da ciência, tecnologia e da inovação;

nº 812/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja encaminhado ao Comandante do 33º Batalhão de Polícia Militar pedido de providências para que seja permanente o policiamento nas imediações da Escola Estadual Senador Teotônio Vilela, no Bairro Jardim Teresópolis, em Betim, por se tratar de área de alto risco de violência;

nº 813/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizado estudo técnico de aplicabilidade da Emenda nº 28 apresentada ao Projeto de Lei nº 5.706/2015 e seja informado se sua aprovação efetivamente trará mudança salarial;

nº 814/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os planos para a educação no Estado de Minas Gerais;

nº 815/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à chefia da Polícia Civil pedido de providências para que seja esclarecida a autoria de mensagens difamatórias e caluniosas enviadas para celulares em Juiz de Fora, as quais contêm informações inverídicas sobre a posição adotada pelos deputados Noraldino Junior e Isauro Calais em votação na Assembleia Legislativa e afirmam que ambos se negaram a ajudar os servidores da educação do Estado;

nº 816/2015, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Paulo Lamac, Douglas Melo, Ivair Nogueira, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a violência nas escolas do Estado, considerando-se as discussões já promovidas por esta Casa durante o fórum técnico Violência nas Escolas, realizado em 2011;

nº 817/2015, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Paulo Lamac, Douglas Melo, Ivair Nogueira, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação pedido de providências para que seja realizado concurso público para preencher os quadros de pessoal do Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear, bem como para que seja avaliada a possibilidade de que os recursos auferidos pela entidade por serviços prestados à iniciativa privada sejam destinados e gerenciados pelo próprio centro.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 818/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja implementado o aumento de 13,01% do piso profissional salarial nacional para os professores da educação básica do Estado, com valores atualizados com base na comparação da previsão do valor aluno-ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação dos dois últimos exercícios. A seguir, são aprovados relatórios das seguintes visitas realizadas nas datas mencionadas entre parênteses: Supremo Tribunal Federal (5/3/2015, às 13 horas); Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear (5/3/2015, às 14 horas) e Secretaria de Estado de Educação (12/3/2015), que seguem publicadas após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2015.

Paulo Lamac, presidente – Douglas Melo – Dalmo Ribeiro Silva – Ivair Nogueira.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local visitado: Supremo Tribunal Federal – Brasília – Distrito Federal

#### Apresentação

Atendendo a requerimento de autoria dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Douglas Melo e Ivair Nogueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 5/3/2015, o Supremo Tribunal Federal – STF –, em Brasília, com o objetivo de acompanhar o julgamento dos embargos de declaração interpostos à decisão dessa corte em relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4.876, que declarou inconstitucionais incisos do art. 7º da Lei Complementar nº 100, de 5 de novembro de 2007.

Esteve presente o deputado Douglas Melo, vice-presidente da comissão. O parlamentar foi recebido por Daiane Nogueira de Lima, chefe de gabinete do relator da matéria, Ministro Dias Toffoli.

#### Relato

A Lei Complementar nº 100, de 5 de novembro de 2007, dispõe que “em razão da natureza permanente da função para a qual foram admitidos, são titulares de cargo efetivo, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 64, de 2002, os servidores em exercício na data da publicação desta lei”.

Nos termos da decisão da suprema corte do País, foram considerados inconstitucionais os incisos I, II, IV e V do art. 7º da mencionada lei complementar, impactando, à época, a situação profissional de, aproximadamente, 98 mil servidores públicos. Ato contínuo, foram interpostos embargos declaratórios por servidores atingidos por essa decisão.

O deputado Douglas Melo, representando a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, visitou o Supremo Tribunal Federal com o objetivo de acompanhar o julgamento dos recursos interpostos à decisão da ADI nº 4.876, agendado para a reunião extraordinária do dia 5 de março.

No entanto, a matéria foi retirada da pauta, o que motivou a ida do parlamentar ao gabinete do relator Ministro Dias Toffoli, no intuito de obter informações referentes a essa retirada e à nova data de julgamento.

O parlamentar foi recebido pela chefe de gabinete, Daiane Nogueira de Lima, que informou que os embargos de declaração, assim como outros, foram retirados de apreciação pela necessidade de uma discussão mais ampla da matéria. A chefe de gabinete informou, ainda, que esses embargos de declaração não têm data definida para apreciação.

Durante sua permanência em Brasília, o parlamentar se encontrou com servidores mineiros afetados pela decisão do STF.



### Conclusão

O deputado Douglas Melo considerou profícua a visita, na medida em que se abriu um canal de diálogo com o Supremo Tribunal Federal, o que permitirá um acompanhamento e uma defesa mais eficaz dos citados embargos declaratórios.

Sala das Comissões, 26 de março de 2015.

Paulo Lamac - Ione Pinheiro - Douglas Melo - Ivair Nogueira.

### RELATÓRIO DE VISITA

#### Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local visitado: Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear – CDTN

#### Apresentação

A requerimento do deputado Paulo Lamac, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 5/3/2015, o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear – CDTN –, em Belo Horizonte, com o objetivo de conhecer os projetos desenvolvidos na área tecnológica.

Participaram da visita o deputado autor do requerimento e o deputado Celinho do Sinttrocel. Os parlamentares foram recebidos pelo diretor da entidade, Waldemar Augusto de Almeida Macedo, que conduziu a visita com a participação de professores e pesquisadores da equipe do CDTN.

#### Relato

Antes de serem conduzidos às dependências do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear – CDTN –, onde puderam conhecer os laboratórios, as pesquisas desenvolvidas e os serviços prestados pela entidade, os parlamentares assistiram a uma apresentação do seu diretor, Waldemar Augusto de Almeida Macedo, sobre a história da instituição, os projetos nela desenvolvidos e os seus atuais desafios.

Segundo as informações transmitidas, o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear é uma instituição de pesquisa na área nuclear, subordinada à Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEM – e vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do governo federal.

A unidade fica instalada em uma área de 240.000m<sup>2</sup> dentro do *campus* Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. O espaço reúne cerca de 50 laboratórios de ensaios físicos e químicos em 35.000 m<sup>2</sup> de área construída, que abriga uma instalação nuclear de pesquisa, além de instalações radiativas, entre elas a Unidade de Pesquisa e Produção de Radiofármacos e o Laboratório de Irradiação Gama. Segundo o diretor do Centro, o patrimônio total do CDTN é hoje avaliado em mais de US\$ 1 bilhão.

Originário do antigo Instituto de Pesquisas Radioativas – IPR –, de 1952, o CDTN sempre esteve na vanguarda da pesquisa científica de energia nuclear e materiais radioativos e ainda hoje é referência na área, o que se comprova pelo fato de a entidade participar de cinco Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia<sup>1</sup> – INCT –, que são a congregação dos melhores grupos de pesquisa do País em áreas de fronteira da ciência e em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável, cujo objetivo é impulsionar a pesquisa científica básica e estimular o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas de ponta, bem como de promover a inovação em articulação com empresas inovadoras.

- Principais atividades do CDTN

Atualmente, o centro atua nas áreas de capacitação e ensino, pesquisa e desenvolvimento na área nuclear e correlatas e prestação de serviços.

Na área de capacitação e ensino, desde 2003 o centro oferece cursos de formação de técnicos para a operação de reatores nucleares, e cursos de mestrado e doutorado em ciência e tecnologia das radiações, minerais e materiais.

A instituição desenvolve pesquisa e desenvolvimento nas seguintes áreas:

- radiação gama na irradiação de alimentos (desinfestação de frutas e grãos e conservação), indução de cores em gemas etc;
- medicina em radiologia, radioterapia e medicina nuclear, salientando-se a produção de radiofármacos para aplicação em tomógrafos, utilizados para diagnósticos em oncologia e outros;
- desenvolvimento de combustíveis nucleares;
- desenvolvimento de técnicas e métodos de suporte à implantação de repositórios de rejeitos radioativos.

Quanto aos serviços prestados pelo CDTN, a instituição atende os setores mineral e metalúrgico locais, presta serviços radiológicos, produz radiofármacos, além de atender indústrias dos setores nuclear, elétrico, petroquímico e de meio ambiente de outros estados brasileiros.

- Visita aos laboratórios

Os parlamentares conheceram as instalações do reator nuclear da unidade, o setor de tecnologia mineral, a unidade de pesquisa e produção de radiofármacos e o laboratório de irradiação gama.

O reator Triga (*training research isotope general atomic*) é o primeiro reator nuclear brasileiro; ainda hoje, representa o maior investimento em ciência e tecnologia já realizado no País. Foram gastos US\$100 mil em sua instalação em 1960, apenas oito anos após a criação do Instituto de Pesquisas Radioativas da Escola de Engenharia da UFMG. De pequeno porte, o reator é utilizado para realização de pesquisas e treinamento de pessoal. Em suas instalações foram treinados os primeiros técnicos que trabalham atualmente na Usina Nuclear de Angra 1, no litoral do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> INCT Medicina Molecular, INCT Reatores Avançados e Inovadores, INCT Aqqua, INCT Nanomateriais de Carbono e INCT Metrologia das Radiações na Medicina.



No setor de Tecnologia Mineral, há laboratórios de minério e de extração de solventes, onde são reproduzidos em menor escala os processos de beneficiamento de minerais. O setor busca aperfeiçoar técnicas e desenvolver novas tecnologias na área da mineração, motivo pelo qual grandes empresas que operam no Estado são clientes do CDNT.

Na Unidade de Pesquisa e Produção de Radiofármacos, os deputados puderam conhecer um acelerador de partículas ciclotron, ponto de partida da linha de produção de droga usada em exames da medicina nuclear, com aplicações sobretudo no diagnóstico de doenças como o câncer. O CDTN é hoje o único fornecedor desse tipo de insumo para os principais laboratórios de diagnóstico mineiros.

No Laboratório de Irradiação Gama, os parlamentares puderam conhecer as diversas aplicações desse tipo de tecnologia, entre elas o tratamento de alimentos e a desinfestação de frutos e grãos, o tratamento de sangue e hemoderivados e ainda a indução de cores em gemas, processos utilizados pelas empresas que integram a cadeia produtiva de gemas e metais preciosos e semipreciosos. Dessa forma, são clientes do CDTN grandes empresas do ramo.

- Principais desafios da instituição

O diretor do CDTN apontou os principais problemas enfrentados atualmente pela entidade, que, segundo ele, são consequências das escolhas da política nacional adotada para a energia nuclear brasileira.

De acordo com Waldemar Macedo, hoje o governo federal concentra os recursos da área para a construção do submarino nuclear, em parceria pactuada em 2008 com o governo francês, e para a construção de um polo de desenvolvimento e produção de radioisótopos para medicina nuclear em São Paulo. Para atingir essa segunda meta, o governo federal tem contado com a grande *expertise* dos técnicos do CDTN.

Apesar de sua excelência, o CDTN atravessa uma crise bastante séria. O seu quadro de pessoal foi reduzido em 38% nos últimos 30 anos, além de não ter sido renovado – 56% dos seus 330 servidores, quase um terço deles doutores, já poderiam se aposentar. Ademais, o orçamento disponível para a entidade tem sido gradualmente reduzido. Segundo informa o gestor da unidade, de 2010 até hoje houve redução de 35% dos recursos destinados anualmente para o CDTN. Essa situação pode significar em breve a inviabilização de suas atividades.

Diante do cenário que se apresenta, o diretor do centro advoga o fortalecimento da instituição para que se torne, com o apoio da Assembleia de Minas, o braço forte do Ministério da Ciência e Tecnologia em diversas outras áreas estratégicas nos Estados, como os setores de meio ambiente, metalurgia e nanotecnologia, por exemplo.

Questionado pelo deputado Paulo Lamac se há alguma parceria do CDTN com o Estado por meio da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, o diretor informou que atualmente tais iniciativas inexistem, mas que seriam possíveis se houvesse apoio político.

O diretor afirmou ainda que há a possibilidade de o CDNT perder espaço para um novo centro de pesquisas a ser construído em São Paulo e solicitou intervenção urgente dos deputados para que a instituição receba mais investimentos e novos profissionais por meio de concurso.

Outra questão apontada pelo diretor da instituição foi a não reversão para o caixa do CDTN dos recursos obtidos pela prestação de serviços da instituição à iniciativa privada. Em vez de serem destinados ao CDTN, os recursos são destinados aos órgãos ao qual a instituição se vincula, à Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEM – e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do governo federal. Se o centro pudesse administrar diretamente esses recursos, poderia mitigar o problema da restrição orçamentária.

O deputado Paulo Lamac se comprometeu a mobilizar a comissão para prestar o apoio necessário para aumentar a interação do CDTN com o setor produtivo, a indústria e o governo do Estado e para que este centro de pesquisa de Minas Gerais não perca mais espaço para centros de pesquisa de outros estados.

Já o deputado Celinho do Sintrocet acenou com a possibilidade de agendar uma visita do ministro da Ciência e da Tecnologia, Aldo Rebelo, seu colega de partido, ao CDTN, além de mobilizar a bancada mineira no Congresso para viabilizar novos recursos por meio de emendas parlamentares.

### Conclusão

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia constatou a necessidade de divulgação do trabalho realizado pelo CDTN à sociedade mineira. Além disso, ficou clara a necessidade de suporte político para garantir mais recursos para a entidade, de modo a promover o reconhecimento da sua importância estratégica para o desenvolvimento econômico e científico do Estado.

Sala das Comissões, 26 de março de 2015.

Paulo Lamac - Ione Pinheiro - Douglas Melo - Ivair Nogueira.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local visitado: Secretaria de Estado de Educação

#### Apresentação

A requerimento do deputado Paulo Lamac, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 12/3/2015, a sede da Secretaria de Estado de Educação, em Belo Horizonte, para assistir à palestra "Os Planos Estaduais e Municipais de Educação em consonância com o Plano Nacional de Educação", com a finalidade de acompanhar a discussão sobre a elaboração dos planos estadual e municipais de educação.

Participaram da visita o deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e o deputado Douglas Melo.

### Relato

A palestra foi precedida de encontro entre o deputado Paulo Lamac e a Sra. Augusta Aparecida Neves de Mendonça, subsecretária de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação – SEE. Na ocasião, foram trocadas informações acerca da conjuntura atual e do planejamento da SEE quanto aos procedimentos para a elaboração ou revisão do plano estadual de educação, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.005, de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, bem como acerca das possibilidades de formalização de parceria com a Assembleia Legislativa no processo de elaboração e discussão do projeto, mediante a formação de uma equipe interinstitucional para tratar o tema, e da realização de fórum técnico para subsidiar a discussão da proposição na ALMG.

Posteriormente os parlamentares se dirigiram ao local do evento, que contou com a participação da Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação, e de diversos membros do corpo diretivo da pasta.

Na abertura do evento, a secretária de Estado de Educação e o secretário adjunto Antônio Carlos Ramos Pereira ressaltaram que um diagnóstico para a preparação do plano está sendo elaborado em parceria com os municípios, mas que já havia elementos para concluir que ainda há grandes desigualdades educacionais entre as regiões e que seria desejável que a construção das metas e estratégias adotasse critérios de regionalização.

A palestra foi ministrada pelo Sr. Arnóbio Marques de Almeida Júnior, secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação. Ele teceu diversas considerações sobre o contexto de construção e aprovação do Plano Nacional de Educação e os requisitos essenciais a serem atendidos no processo de elaboração ou revisão dos planos estaduais e municipais, destacando:

- a adoção, como referência para concepção das metas e estratégias, da noção de território do estado ou município, e não das redes próprias de cada ente federativo, levando-se em conta a articulação entre os sistemas de ensino e com outros setores, especialmente a saúde, a assistência social e o trabalho;
- a participação da sociedade na discussão e elaboração dos planos, por meio da realização de consultas públicas e outros meios que viabilizem essa participação;
- o cumprimento do prazo estabelecido na Lei nº 13.005, de 2014, para revisão do plano estadual e dos planos municipais de educação, que se encerra no final de junho de 2015;
- o alinhamento às metas e estratégias constantes no Plano Nacional de Educação.

Segundo o palestrante, 90% dos municípios de Minas Gerais estão atrasados quanto ao cumprimento do cronograma recomendado pelo Ministério da Educação. No caso do Estado, em razão de ter apenas três meses para elaborar ou revisar o plano de educação vigente, o secretário sugeriu que se proceda a uma avaliação do atual plano com vistas à produção de um documento-base, a ser submetido a uma consulta pública e posteriormente encaminhado à aprovação da ALMG.

Durante a apresentação, os deputados Paulo Lamac e Douglas Melo salientaram a importância de os Poderes Executivo e Legislativo estabelecerem uma parceria sólida para empreender os esforços necessários à elaboração, discussão e aprovação do plano estadual de educação, o que foi corroborado pela secretária Estadual de Educação e pelo representante do Ministério da Educação. O deputado Paulo Lamac, em nome da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, se comprometeu a buscar os meios para promover uma ampla discussão do projeto com a sociedade no âmbito do Poder Legislativo, de forma a conferir legitimidade às decisões tomadas pelos parlamentares. O deputado Douglas Melo enfatizou que a valorização dos profissionais de educação e a melhoria da infraestrutura da rede de ensino devem ser prioridades na construção de um novo plano de educação.

No dia 18/3, foi realizada reunião do Fórum Estadual de Educação visando à aprovação de um cronograma de trabalho para viabilizar o cumprimento, em tempo hábil, das etapas necessárias à elaboração e discussão do plano estadual de educação, tendo sido apresentado também um diagnóstico sobre a situação do Estado nas metas do Plano Nacional de Educação.

### Conclusão

Como desdobramento da visita, foi realizada, no dia 20/3/2015, uma reunião entre o gabinete do deputado Paulo Lamac e setores técnicos da SEE e da ALMG, com o objetivo de compartilhar informações, definir a forma de parceria para a discussão do plano e estabelecer prazos. Ficou acordada a realização de um fórum técnico no âmbito da ALMG para subsidiar a tramitação do projeto, cuja data de protocolo está condicionada a definições da SEE, em conjunto com o Fórum Estadual de Educação, a serem comunicadas oportunamente.

Sala das Comissões, 26 de março de 2015.

Paulo Lamac - Ione Pinheiro - Douglas Melo - Ivair Nogueira.

### ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/3/2015

Às 10h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Antônio Jorge, Cristiano Silveira, Isauro Calais, Luiz Humberto Carneiro e Cabo Júlio (substituindo o deputado João Alberto, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Cristiano Silveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 490, 496, 503, 520, 531, 537, 541, 548, 555, 563 e 567/2015 (Antônio Jorge); Projeto de Lei Complementar nº 5/2015, Projetos de Lei nºs 488, 500, 513, 515, 545, 551, 556, 562 e 570/2015 (Bonifácio Mourão); Projeto de Lei Complementar nº 4/2015 e Projetos de Lei nºs 498, 512, 516, 519, 523, 528, 540, 554, 558, 559 e 565/2015 (Cristiano Silveira); Projeto de Lei Complementar nº 6/2015 e Projetos de Lei nºs 502, 505, 511, 529, 538, 550, 564, 568, 573 e 574/2015 (Isauro Calais); 493, 495, 508, 526, 530, 549, 557, 560 e 569/2015 (João Alberto); 489, 501, 514, 527, 535, 544, 547, 553 e 571/2015 (Leonídio Bouças); Projetos de Lei nºs 491, 494, 504, 506, 509, 539, 546, 552, 561, 566, 572 e 575/2015



(Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nº 289, 111, 69, 183 e 313/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão, a requerimento dos deputados Antônio Jorge (os dois primeiros) e Isauro Calais (os três últimos). Durante a discussão do parecer do deputado Isauro Calais, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 160/2015, é aprovado requerimento do deputado Antônio Jorge em que solicita seja adiada a discussão da referida matéria. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 195/2015, em turno único, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, deputado Isauro Calais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 224/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira). Registra-se a saída do deputado Cabo Júlio. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 225 e 260/2015, este último na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais); 226, 230 e 252/2015, este último na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças); 274 na forma do Substitutivo nº 1 e 287/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira); 283/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Antônio Jorge). Registra-se a saída do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 55/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais); 57 e 75/2015, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro, sendo o primeiro em virtude de redistribuição); e 166/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 85 e 91/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro em virtude de redistribuição). Registra-se a presença do deputado Cabo Júlio. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 241/2015 (relator: deputado Cabo Júlio, em virtude de redistribuição); e 298/2015 (relator: deputado Isauro Calais). Em seguida, após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 278 e 309/2015, ambos na forma do Substitutivo nº 1, e 484/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o último em virtude de redistribuição); 284/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro, em virtude de redistribuição). Registra-se a saída do deputado Cabo Júlio. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 393/2015, em turno único, é retirado da pauta por deliberação da comissão, a requerimento do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 267/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira); 271 e 272/2015 (relator: deputado Isauro Calais); 472/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição) e 561/215 (relator: Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 268, 269, 270, 276, 290, 293, 295 e 296/2015, que instruem as referidas proposições com a documentação necessária a sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de março de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - João Alberto - Luiz Humberto Carneiro - Tito Torres.

### **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/3/2015**

Às 11h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Mário Henrique Caixa e Fábio de Avelar, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Mário Henrique Caixa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 821/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater, em audiência pública, a segurança da imprensa nos estádios e ginásios.

nº 822/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os efeitos para o futebol mineiro da realização de jogos com torcida única, notadamente nas disputas entre Atlético e Cruzeiro.

nº 823/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a venda de bebidas alcoólicas nos estádios de Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente - Fábio de Avelar - João Vítor Xavier.

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2015**

Às 15h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Cabo Júlio e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, dispensa a leitura da ata da reunião anterior nos termos do art. 120, III do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Renzo Sansoni, recebido através do "Fale com a Assembleia", em 31/5/2015, demonstrando sua indignação com a autorização de mais um curso de medicina na Faculdade de Adamantina (SP); e ofício do Sr. Oldair José Paiva, provedor da Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, solicitando apoio na sensibilização do governo estadual para inclusão da entidade na destinação das verbas de subvenção para a saúde, em 18/3/2015. Comunica também o recebimento de ofício da Sra. Mariah Brochado, secretária adjunta de Casa Civil e Relações Institucionais, publicado no *Diário do Legislativo* em 27/3/2015. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 350 e 368/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 783/2015, do deputado Roberto Andrade, em que solicita seja realizada reunião conjunta com as Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Segurança Pública para debater, em audiência pública, a realização de eventos com bebidas liberadas ("Open Bar") ou similares no Estado;

nº 786/2015, dos deputados Ricardo Faria, Carlos Pimenta e Arlen Santiago, em que solicitam seja realizada reunião com a presidente da Fundação Renato Azeredo para debater a descontinuidade do Canal Minas Saúde, programa realizado em parceria com a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais;

nº 787/2015, das deputadas Rosângela Reis, Ione Pinheiro e Cristina Corrêa, em que solicitam seja realizada visita conjunta com a Comissão Extraordinária das Mulheres à Secretaria de Estado de Saúde para debater e solicitar a ampliação e fortalecimento dos programas dedicados à saúde da mulher;

nº 789/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja realizada visita técnica ao Hospital Nossa Senhora das Graças, no Município de Sete Lagoas, para averiguar a demanda de recursos financeiros do nosocômio para investir em infraestrutura;

nº 790/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja realizada audiência pública para debater medidas para reabertura do Hospital Lindouro Avelar (Santa Casa de Lagoa Santa);

nº 792/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o transporte aeromédico do Samu, enviando a esta comissão, mensalmente, o roteiro das viagens efetuadas e o motivo e, em especial, o esclarecimento do motivo de viagem realizada no dia 19 de março de 2015 por um helicóptero que saiu de Belo Horizonte e foi a João Monlevade e Janaúba e o valor gasto. Requer, ainda, informações relativas à previsão de aquisição, até o ano de 2017, de aeronaves para o transporte aeromédico do Samu (emendado pelo deputado Antônio Jorge).

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 910/2015, dos deputados Ricardo Faria, Wander Borges, Glaycon Franco e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Administração Pública para debater, em audiência pública, a pauta de reivindicação dos trabalhadores da rede pública de saúde do Estado de Minas Gerais, em especial, da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015.

Carlos Pimenta, Presidente - Ricardo Faria - Glaycon Franco.

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2015**

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho e Rogério Correia (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Agostinho Patrus Filho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* da Sra. Luciana dos Santos, denunciando o envolvimento do Cefet com o controle de qualidade de análise de óleo e água para a Petrobras; e do Sr. José Martins do Nascimento Júnior, vereador no Município de Raposos, solicitando apoio desta Casa e denunciando a falta de repasse financeiro da prefeitura para a Apae. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 309/2015, no 1º turno (Cristina Corrêa), e 349/2015, em turno único (Fábio Cherem). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 307 e 367/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 938/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja estabelecida negociação com os servidores daquela corte com vistas a compensar os dias parados por conta da adesão à greve, ou movimentos reivindicatórios, realizados pelo sindicato da categoria em 2011; e para evitar novas paralisações dos servidores da 1ª e 2ª instâncias, tendo em vista os protestos das categorias previstos para o mês de abril. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Agostinho Patrus Filho, presidente - Gustavo Corrêa - Rogério Correia - Sargento Rodrigues.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2015**

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Felipe Attiê, Fábio de Avelar e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Felipe Attiê, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio de Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 359/2015 (deputado Antônio Lerin) e 333/2015 (deputado Fábio de Avelar), em turno único. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 698/2015, do deputado Antônio Lerin, em que solicita seja realizada reunião em Uberaba para discutir, em audiência pública, o projeto de implantação do gasoduto Betim-Uberaba, seus contextos e impactos, em especial no que se refere à fábrica de amônia;

nº 702/2015, do deputado Antônio Lerin, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Grupo Tércio Wanderley por ocasião dos 90 anos de fundação da empresa.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 942/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a situação da indústria automobilística de Minas Gerais;

nº 943/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, os programas e as ações a serem realizados em todos os circuitos turísticos do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais;

nº 947/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, com convidados, para esclarecer quais os rumos a serem adotados pelo governo para o programa de fomento à economia criativa e à inovação tecnológica, em face do fechamento do escritório de prioridades estratégicas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Felipe Attiê - Roberto Andrade.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2015**

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão e Tito Torres (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Suspende-se a reunião. Às 16h15min são reabertos os trabalhos, com a presença dos deputados Duarte Bechir, João Leite (substituindo o deputado Bonifácio Mourão por indicação da liderança do BVC) e Tito Torres (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC). A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. José Martins do Nascimento Júnior, vereador do Município de Raposos, denunciando falta de repasse de verbas à Apae de Raposos; e ofícios da Sra. Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência solicitando realização de licitação pública para contratação de tradutores de Libras para as reuniões realizadas na ALMG e solicitando o envio ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de dois exemplares do relatório sobre as atividades das Apaes em Minas Gerais. O presidente acusa o recebimento, em turno único, do Projeto de Lei nº 432/2015 e avoca a si a relatoria da proposição. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 956/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para que sejam criadas linhas de incentivo próprias para o trabalho de natureza cultural com a pessoa com deficiências intelectual e múltipla nos fundos de cultura;

nº 958/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam oferecidos cursos de capacitação aos professores que atuam nas Apaes e ainda que avalie a possibilidade de aumento do número de professores cedidos em adjunção, cessão de servidores para os cargos de assistente técnico de educação básica, auxiliar de secretaria e auxiliar de serviços gerais, criação de um programa específico para a formação e a qualificação de mão



de obra de pessoas com deficiência intelectual para o mercado de trabalho, especialmente dirigido aos alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos, e ainda adjunção de professores substitutos;

nº 960/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à bancada mineira da Câmara dos Deputados pedido de providências para que sejam envidados esforços para apresentação de projeto de lei que altere a Lei nº 10.880, de 2004, com a finalidade de incluir, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, mecanismo de financiamento para aquisição de veículos para escolas privadas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público que atendam exclusivamente pessoas com deficiências;

nº 961/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa Estadual pedido de providências para que envie esforços para firmar parcerias com a Federação das Apaes do Estado com o objetivo de oferecer cursos de capacitação dos profissionais que atuam nas Apaes e em outras entidades que atendam pessoas com deficiências;

nº 963/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de informações acerca da interrupção do repasse financeiro à Apae da capital e ainda seja dada ciência do requerimento à Federação das Apaes do Estado e ao vereador de Raposos, Sr. José Martins do Nascimento Junior;

nº 966/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para debater, em audiência pública, a assistência integral à pessoa com deficiências intelectual e múltipla em processo de envelhecimento que não possui tutela familiar.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Duarte Bechir, presidente - Bonifácio Mourão - Arnaldo Silva.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/4/2015**

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo, Carlos Pimenta e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: em turno único, os Projetos de Lei nºs 225/2015(Carlos Pimenta) e 260/2015 (Durval Ângelo). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 975/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Delegacia Regional de Teófilo Otoni pedido de providência acerca da denúncia recebida por esta comissão, da Pastoral Indígena da Diocese de Teófilo Otoni, sobre a morte da índia Daldina Maxakali, atropelada por um motoqueiro na cidade de Ladainha;

nº 976/2015, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Cultura para debater, em audiência pública, a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais de fechar o Teatro Klaus Vianna a partir de julho de 2015;

nº 977/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada audiência pública em Montes Claros, para debater eventual violação dos direitos humanos na execução, por parte da prefeitura local, do programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal;

nº 978/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Secretaria de Estado de Governo pedido de providência acerca da denúncia recebida por esta comissão sobre a situação do Sd. PM Wilson Mendes Vieira, lotado no 2º BPM da cidade de Juiz de Fora, que responde a processo administrativo disciplinar em que é solicitada sua demissão;

nº 979/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhada às centrais sindicais manifestação de apoio pela oposição ao Projeto de Lei nº 4.330/2004, que pretende traçar regras para terceirização de trabalhadores no País.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2015.

Cristiano Silveira, presidente - Paulo Lamac - Carlos Pimenta.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/4/2015**

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Glaycon Franco e Carlos Pimenta (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dilzon Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, com convidados, a situação em que se encontra a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - e a programação para a execução de pequenas e médias barragens já aprovadas ou projetadas por esse órgão, a conhecer quais barragens foram construídas nos governos anteriores e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:



nº 995/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a Tarifa Branca, modelo em que a energia elétrica é cobrada de acordo com o horário de consumo;

nº 996/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada audiência pública para debater, no Município de Montes Claros, a construção da Barragem de Berizal;

nº 997/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada audiência pública para debater, no Município de Montes Claros, a construção da Barragem de Congonhas nos Municípios de Itacambira e Grão Mogol; e

nº 998/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o reajuste salarial dos trabalhadores da Cemig, que desde 2012 não recebem aumento real.

Registra-se a presença dos deputados Tony Carlos, Inácio Franco e Fabiano Tolentino. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Luiz Afonso Vaz de Oliveira, presidente da Ruralminas; Paulo Afonso dos Santos, prefeito municipal de Engenheiro Navarro e diretor da Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco, representando o presidente dessa associação; Natalino Pereira Rodrigues, prefeito municipal de Cônego Marinho, representando o presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene; Amilton José Rodrigues Reis, assessor da presidência da Ruralminas; Luiz Flávio Farnezi, coordenador da área técnica da Ruralminas; e Orlando Caixeta Fialho, diretor de Planejamento e Gestão da Ruralminas, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos demais deputados e convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2015.

Gil Pereira, presidente - Bosco - Dilzon Melo - Glaycon Franco.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/4/2015**

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Felipe Attiê, Thiago Cota e Cristiano Silveira (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Raquel de Andrade Lima Coelho, publicado no *Diário do Legislativo* em 26/3/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 284/2015 (Thiago Cota) e 484/2015 (Rogério Correia), no 1º turno. O deputado Cristiano Silveira retira-se da reunião. Registra-se a presença dos deputados Arnaldo Silva e Tito Torres. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 284/2015 (relator: deputado Thiago Cota). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Thiago Cota - Vanderlei Miranda - Paulo Lamac.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/4/2015**

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Celinho do Sinttrocel e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as condições das estradas MG-462, que liga o Município de Patrocínio ao Município de Perdizes; e MG-187, que liga o Município de Patrocínio ao Município de Ibiá. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício dos Srs. Murilo de Campos Valadares, indicando o Sr. Célio Dantas de Brito, diretor-geral do DER-MG, para representá-lo nesta audiência pública; Lucas Campos de Siqueira, prefeito de Patrocínio, e da Sra. Marly Fátima de Souza Ávila, presidente da Câmara Municipal de Patrocínio, em que justificam ausência nesta reunião e ressaltam a importância do tema a ser debatido. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Patrícia Metz Peixoto, coordenadora regional da 18ª Coordenadoria Regional do Departamento de Estradas de Rodagem Minas Gerais - DER-MG -, em Monte Carmelo; e os Srs. Célio Dantas de Brito, diretor-geral do DER-MG, representado esse departamento e a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas; Hamilton Tadeu de Lima, delegado da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Danny Eduardo Soares, comandante da 46ª Batalhão da Polícia Militar; Fábio de Paulos dos Reis, vice-presidente da Câmara Municipal de Patrocínio; Nelson Gonçalves Soares Filho, assessor de gabinete do prefeito de Patrocínio, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:



nº 948/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada audiência pública em Dores do Indaiá para debater a situação da Rodovia MG-176, no trecho entre Luz e Dores do Indaiá;

nº 949/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Vivo Telefonia pedido de providências para celeridade no cumprimento do Chamamento Público nº 001/2014 do Minas Comunica II, o qual destinou fornecimento de telefonia móvel para o Distrito de Cava Grande, em Marliéria;

nº 950/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas, ao Departamento de Estradas de Rodagem e à Concessionária Nascentes da Gerais pedido de providências para execução eficiente do contrato de parceria público privado celebrado cujo objeto é a concessão patrocinada da Rodovia MG-050 e a realização da obra com a urgência que o interesse público demanda;

nº 952/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas, ao Departamento de Estradas de Rodagem e à Concessionária Nascentes da Gerais pedido de informações sobre as metas e cronogramas pactuados acerca da construção dos trevos no entrocamento da Rodovia MG-050 com a Avenida Arlindo Figueiredo e com o Distrito Industrial 2, decorrentes do contrato de parceria público-privada;

nº 953/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as falhas técnicas apresentadas nos viadutos construídos na Avenida Pedro I, em Belo Horizonte, e os transtornos causados aos moradores da região;

nº 954/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para retomada das obras de reforma e ampliação do Aeroporto de Patrocínio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Deiró Marra, presidente - Anselmo José Domingos - Celinho do Sinttrocel - Sargento Rodrigues - Neilando Pimenta.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/4/2015**

Às 10h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 320/2015, em turno único, do qual designou como relatora a deputada Marília Campos. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 893/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja realizada audiência pública, no Município de São José da Barra, para debater o impacto ambiental e social das atividades executadas pela Furnas Centrais Elétricas S.A. e as ações de preservação e sustentabilidade desenvolvidas pela empresa, com a participação da diretoria da hidrelétrica e as prefeituras dos municípios que abrigam o Lago de Furnas;

nº 894/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizado debate público conjunto com as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Participação Popular sobre a legislação e a gestão das regiões metropolitanas em Minas Gerais, haja vista a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.089, de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 980/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 695/2015, que dispõe sobre a remarcação da área e do perímetro do Parque Estadual Serra do Ouro Branco, nos Municípios de Ouro Branco e Ouro Preto, e dá outras providências;

nº 981/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o processo de licenciamento ambiental no Estado;

nº 982/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 695/2015, que dispõe sobre a remarcação da área e do perímetro do Parque Estadual Serra do Ouro Branco, nos Municípios de Ouro Branco e Ouro Preto, e dá outras providências;

nº 983/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública, no Município de Paracatu, para debater a contaminação provocada pela atividade da mineradora canadense Kinross Gold Corporation no referido município; e

nº 984/2015, do deputado João Vítor Xavier, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o desassoreamento e a limpeza da Lagoa da Pampulha.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2015.

Cássio Soares, presidente - Dilzon Melo - Marília Campos - Inácio Franco.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/4/2015**

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco, Ricardo Faria e Antônio Jorge, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Cristina Corrêa e o deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da



reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater medidas para reabertura do Hospital Lindouro Avelar (Santa Casa de Lagoa Santa) e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos deputados Doutor Wilson Batista, encaminhando sugestões de temas que possam contribuir para o debate das condições de saúde no Estado, com base em reclamações que recebe de usuários do SUS, relatando suas dificuldades cotidianas; e Duarte Bechir, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, convidando para participar de audiência pública a ser realizada no dia 14 de abril, terça-feira, às 15h30min, no Plenarinho I, com a finalidade de debater ações de conscientização do autismo e a necessidade da implementação de políticas efetivas em relação ao transtorno do espectro autista. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Lorena Aguiar, assistente da Subsecretaria de Atenção à Saúde, representando o secretário de Estado de Saúde; Vivian Caroline Moraes Valle, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Lagoa Santa; Adriana Marques, ex-enfermeira do Hospital Lindouro Avelar; e os Srs. Tadahiro Tsubouchi, presidente da Comissão de Direitos Sanitários da OAB/MG, representando o promotor de justiça coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Estado de Minas Gerais; Fernando Pereira Gomes Neto, prefeito Municipal de Lagoa Santa; Fabiano Moreira da Silva, secretário Municipal de Saúde de Lagoa Santa; Leandro Cândido da Silva, cidadão de Lagoa Santa e usuário do SUS, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Ricardo Faria, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.000/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada audiência pública para debater perícias médicas, no dia 28/4/2015, dia internacional em memória às vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho;

nº 1.001/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o Hospital João Penido, de Juiz de Fora, quanto aos seguintes aspectos: 1) quando será finalizada a obra do CTI; 2) se o atendimento ambulatorial pode ser realizado de modo improvisado em outro local do hospital até que sejam finalizadas as obras do CTI; 3) qual a posição da Fhemig sobre a reabertura do atendimento ambulatorial da entidade; e 4) quais as etapas necessárias para a reabertura do atendimento de porta do hospital;

nº 1.002/2015, dos deputados Ricardo Faria, Glaycon Franco e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para agilizar a indicação de membro para integrar a Comissão de Intervenção do Hospital Santa Casa de Lagoa Santa;

nº 1.003/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para realizar processo seletivo para admissão de profissionais de saúde no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu - da Macrorregião Norte de Minas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2015.

Arlen Santiago, presidente - Carlos Pimenta - Ricardo Faria - Glaycon Franco - Doutor Jean Freire.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/4/2015**

Às 15h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira e Isauro Calais, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Alberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 766, 773 e 761/2015 (Antônio Jorge); 765, 772 e 760/2015 (Bonifácio Mourão); 768, 774 e 764/2015 (Cristiano Silveira); 767, 771 e 763/2015 (Isauro Calais); 769, 775 e 734/2015 (João Alberto); 758 e 776/2015, (Leonídio Bouças) e 745, 770 e 759/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 401, 421 e 205/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado João Alberto. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado João Alberto, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 3/2015 na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Bonifácio Mourão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 400/2015 com a Emenda nº 1 e 422/2015 na forma do Substitutivo nº1 (relator: deputado Leonídio Bouças) e 420/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 15/2015 na forma do Substitutivo nº1 e 31/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Alberto). É convertido em diligência à Secretaria de Estado de Saúde o Projeto de Lei nº 89/2015 (relator: deputado Isauro Calais). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 326, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 378/2015 (relator: deputado Cristiano



Silveira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 427/2015 (relator: deputado Isauro Calais). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados em que solicitam pedido de informações, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 418, 419, 426, 428 a 430/2015, para que os processos sejam instruídos com a documentação necessária a sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Isauro Calais - Luiz Humberto Carneiro - Bonifácio Mourão.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/4/2015**

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Bosco e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 57/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Thiago Cota.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o seguinte requerimento:

nº 999/2015, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Cultura, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, para debaterem, em audiência pública, a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais de fechar o Teatro Klauss Vianna, a partir de de julho de 2015.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2015.

Bosco, presidente - Cristina Corrêa - Thiago Cota - Wander Borges.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/4/2015**

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Cabo Júlio e Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Noraldino Júnior, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 55/2015, no 1º turno, do qual avocou a si a relatoria da matéria. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 806/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o preço abusivo e a qualidade dos uniformes vendidos no Colégio Tiradentes, bem como o monopólio exercido pela empresa Citerol na comercialização dos uniformes;

nº 807/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a questão que envolve o ICMS sobre o álcool e o custo do álcool para o consumidor; a composição do preço final do combustível para o consumidor à luz da tributação incidente no setor, bem como toda a respectiva cadeia produtiva;

nº 1.009/2015, dos deputados Sargento Rodrigues e Noraldino Júnior, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a atuação da empresa Via 040, para que esta preste informações sobre a cobrança do pedágio antes de fazer qualquer tipo de benfeitoria na rodovia e se os procedimentos estão de acordo com a Lei nº 8.987, de 1995;

nº 1.010/2015, dos deputados Sargento Rodrigues e Noraldino Júnior, em que solicitam seja realizada visita desta comissão à Rodovia BR-040, administrada pela Via 040;

nº 1.011/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Aneel pedido de informações acerca dos argumentos jurídicos e fáticos que permitiram os reajustes de tarifa de energia elétrica no ano de 2014, nos termos do art. 6º, § 1º, e art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.987, de 1995, c/c o disposto na Lei nº 12.527, de 2011;

nº 1.012/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações acerca do lucro líquido obtido por essa empresa nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.987, de 1995;

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.013/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações acerca da relação de municípios que receberam transferência de ativos de iluminação pública da Cemig, dos municípios que ainda não receberam essa transferência e qual o motivo do atraso da transferência de ativos;



nº 1.014/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à operadora Claro pedido de informações acerca dos investimentos previstos por parte da empresa no Município de Juiz de Fora; qual o reflexo desses investimentos no que diz respeito à melhoria da qualidade e à expansão da cobertura e que bairros e regiões do município serão contemplados;

nº 1.015/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à operadora Tim pedido de informações acerca dos investimentos previstos por parte da empresa no Município de Juiz de Fora; qual o reflexo desses investimentos no que diz respeito à melhoria da qualidade e à expansão da cobertura e que bairros e regiões do município serão contemplados;

nº 1.016/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à operadora Vivo pedido de informações acerca dos investimentos previstos por parte da empresa no Município de Juiz de Fora; qual o reflexo desses investimentos no que diz respeito à melhoria da qualidade e à expansão da cobertura e que bairros e regiões do município serão contemplados;

nº 1.017/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à operadora OI pedido de informações acerca dos investimentos previstos por parte da empresa no Município de Juiz de Fora; qual o reflexo desses investimentos no que diz respeito à melhoria da qualidade e à expansão da cobertura e que bairros e regiões do município serão contemplados;

nº 1.018/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à empresa Vivo pedido de informações sobre os motivos pelos quais o sinal da operadora não está funcionando nos Distritos de Sarandira, Torreões e Rosário de Minas, em Juiz de Fora; se o não funcionamento das antenas tem relação com a morosidade ou problemas com a Cemig e, caso seja esse o motivo da falta de sinal da operadora nos referidos distritos, qual o número do protocolo e os comprovantes de pagamento dos procedimentos da instalação da antena pela operadora à Cemig para o seu funcionamento; se a ausência do sinal da antena instalada entre os Distritos de Penido e Valadares deve-se ao mesmo motivo pelo qual as antenas dos demais distritos citados não estão funcionando e se há alguma outra razão que justifique o problema.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2015.

Elismar Prado, presidente – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/4/2015**

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Ione Pinheiro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a violência nas escolas do Estado, considerando as discussões já promovidas por esta Casa durante o fórum técnico Violência nas Escolas, realizado em 2011, e a discutir e votar a matéria constante na pauta e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 220/2015, em turno único, para o qual designou como relator o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado por unanimidade o Requerimento nº 339/2015. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, defensora pública classe especial, representando Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; Augusta Aparecida Neves de Mendonça, subsecretária de Estado de Educação; Ana Maria Belo de Abreu, presidente da Associação de Diretores de Escolas Oficiais de Minas Gerais; Janine Maria Nogueira, advogada, representando Joana Darc Gontijo, presidente da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais; Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG -; e Mércia Lúcia Diniz Souza, secretária municipal de Educação de Sete Lagoas; e os Srs. Antônio Carlos Ramos Pereira, secretário adjunto, representando Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação; e o Major PM Hudson Matos Ferraz Júnior, representando o cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência faz suas considerações iniciais e concede a palavra à deputada e aos deputados presentes para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.019/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião da comissão, em conjunto com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, para debaterem, com convidados, o Programa de Fomento à Economia Criativa e Inovação Tecnológica do Estado, haja vista o fechamento do Escritório de Prioridades Estratégicas;

nº 1.020/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, as mudanças de regras no Fies e o atraso no repasse do Pronatec pelo governo federal às entidades executoras;

nº 1.021/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada reunião da comissão, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública, para debaterem, em audiência pública, a violência a que estão sujeitos os estudantes universitários de Sete Lagoas;

nº 1.022/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião dessa comissão para debater, em audiência pública, a proposta do governo do Estado de promover a redução do quadro de professores da educação básica;

nº 1.023/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada visita dessa comissão à Escola Estadual Paulo Campos Guimarães no Município de Pompéu para verificar as condições de funcionamento;

nº 1.024/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado da Educação pedido de providências para que seja reformada e revitalizada a Escola Estadual Paulo Campos Guimarães, do Município de Pompéu;



nº 1.025/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado da Educação pedido de providências para que se reiniciem as obras de construção da Escola Estadual do Bairro Riacho da Mata no Município de Sarzedo;

nº 1.026/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado da Educação pedido de providências para que seja construída, com urgência, a quadra poliesportiva da Escola Professora Elza Cardoso Rangel, situada no Bairro Marilândia, em Ibitité, no terreno limítrofe à escola, doado pela prefeitura local;

nº 1.027/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado da Educação pedido de providências para que se reiniciem as obras de construção da Escola Estadual Pedro Thysen, do Município de Piedade dos Gerais, conforme Termo de Compromisso nº 23.235, de 2014, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

nº 1.028/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que, até a conclusão dos efeitos da ADI nº 4.876, que declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar nº 100, de 2007, sejam mantidos os quadros de profissionais da educação nas escolas indígenas situadas em comunidades quilombolas, se necessário, por meio de regime de adjunção de servidores, no caso de escolas municipais;

nº 1.029/2015, da deputada Cristina Corrêa, em que solicita seja encaminhada à direção e aos corpos docente e discente da Escola Estadual Elias Salomão, localizada no Município de Mateus Leme, manifestação de aplauso pela obtenção do Prêmio Bom Exemplo, que valoriza iniciativas de incentivo à cidadania e que é concedido pela TV Globo Minas, pela Fundação Dom Cabral, pela Fiemg e pelo jornal *O Tempo*;

nº 1.030/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a professora Irene de Melo Pinheiro pelo seu reconhecido e relevante trabalho prestado, com amor e dedicação, durante anos no comando da Fundação Helena Antipoff.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Dalmo Ribeiro Silva - presidente - Cristiano Silveira - Arnaldo Silva.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/4/2015**

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Durval Ângelo (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM). Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Angelo, declara aberta a reunião, dá por aprovada a ata e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação e a garantia dos direitos previdenciários aos servidores atingidos pela decisão do STF de considerar inconstitucional a Lei Complementar nº 100, de 2007. Registra-se a presença da deputada Marília Campos e dos deputados Rogério Correia, Celinho do Sinttrocel, Tito Torres, Duarte Bechir (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG). Estão presentes, ainda, os deputados Sargento Rodrigues e Professor Neivaldo. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Alessandro Antonio Stefanutto, procurador-geral do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS -, representando a Sra. Elisete Berchiol da Silva Iwai, presidente desse instituto; Carlos José do Carmo, superintendente regional do INSS; Wieland Silberschneider, secretário adjunto de Planejamento e Gestão, representando o Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário dessa pasta; e Antonio Carlos Pereira, secretário adjunto de Educação, representando a Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária dessa pasta, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a saída dos deputados Durval Ângelo, Sargento Rodrigues e Professor Neivaldo. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.031/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado pedido de informações às Secretarias de Planejamento e Gestão e de Educação, solicitando o número atual dos servidores atingidos pela ADI 4876, que declarou a inconstitucionalidade parcial do art. 7º da Lei Complementar nº 100, de 2007, bem como o tempo de designação dos servidores mais antigos;

nº 1.032/2015, do deputado Duarte Bechir, da deputada Marília Campos e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado pedido de informações ao grupo de trabalho instituído entre o Estado e o INSS para discutir as implicações da ADI 4876 na questão previdenciária dos servidores designados atingidos pela referida ação, solicitando que tal grupo encaminhe às Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, de Educação Ciência e Tecnologia, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Participação Popular relatórios periódicos contendo o andamento dos estudos realizados.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2015.

Geisa Teixeira, presidente - Wander Borges - Antônio Carlos Arantes.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/4/2015**

Às 14h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Fred Costa, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por



aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a qualidade e as condições de trabalho dos artesãos da Feira de Artes e Artesanatos da Avenida Afonso Pena, conhecida como Feira Hippie, no período das chuvas, as ações referentes aos editais de licitação para instalação de 33 novas feiras nas 9 regiões de Belo Horizonte e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cleide Aparecida Nepomuceno, defensora pública, representando a defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; Nilza Maria Noronha Ferreira, representante dos idosos da Feira de Artesanato da Avenida Afonso Pena; Vanessa Cristina Pereira, coordenadora da Feira do Barreiro; Ludmila Lage Ottoni, gerente da Coordenadoria de Direitos Humanos de Belo Horizonte; Sandra Maria Souza Amaral, presidente da Associação dos Expositores da Feira da Avenida Silva Lobo; Carla Martins Freitas Ferranti Diniz, advogada da Feira de Artesanato da Avenida Afonso Pena; e os Srs. Luiz Augusto Pianetti, presidente da Federação Mineira de Artesãos e representante da Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil; Helson Pereira Rezende, advogado da Associação dos Expositores de Minas Gerais; e o vereador Adriano Ventura, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Registra-se a presença do deputado Fabiano Tolentino no recinto. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Retira-se o deputado Fabiano Tolentino. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Wander Borges, presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Geisa Teixeira.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/4/2015**

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Rogério Correia, Wander Borges e Paulo Lamac. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os planos e ações de governo relativos aos aspectos ambientais a serem apresentados pelas seguintes instituições: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad -, Instituto Estadual de Florestas - IEF -, Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam -, Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - e Copasa e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Marília Carvalho de Melo, secretária adjunta da Semad; Zuleika Stela Chiacchio Torquetti, presidente da Feam; Adriana Araújo Ramos, diretora-geral do IEF; Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral do Igam; Maria Dalce Ricas, superintendente executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente; e os Srs. Luiz Sávio de Souza Cruz, secretário da Semad; Wagner Soares Costa, gerente de meio ambiente, representando o Sr. Olavo Machado Júnior, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Paulo Simões, consultor corporativo, representando o Sr. Lázaro Luiz Gonzaga, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais; Bruno do Carmo Silva, diretor de meio ambiente, representando a Sra. Sinara Inácio Meireles Chenna, diretora-presidente da Copasa; Emílio Mouchrek, assessor da presidência e presidente da Sociedade Mineira dos Engenheiros Agrônomos, representando o Sr. Jobson Nogueira de Andrade, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais; Hideraldo Buch, coordenador-geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias; Carlos Alberto Oliveira, assessor de meio ambiente, representando o Sr. Roberto Simões, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais; Eduardo Nascimento, assessor de meio ambiente da Fetaemg; e Luiz Márcio Viana, assessor de relações institucionais do Sindixtra, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, logo em seguida, concede a palavra aos deputados Inácio Franco, Dilzon Melo, Wander Borges e Marília Campos, também autores do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.033/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo, Rogério Correia, Inácio Franco, Wander Borges e Paulo Lamac, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater as atividades minerárias na Serra da Neblina, em Cataguases;

nº 1.034/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo, Rogério Correia, Inácio Franco, Wander Borges e Paulo Lamac, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater as proposições da força-tarefa criada pelo Decreto nº 46.733, de 2015, no que se refere às propostas de reestruturação do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

nº 1.035/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo, Rogério Correia, Inácio Franco, Wander Borges e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências acerca da distribuição das superintendências e escritórios regionais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e respectivas áreas de atuação e análise a possibilidade de descentralização dos processos de licenciamento;

nº 1.036/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo, Rogério Correia, Inácio Franco, Wander Borges e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que suplemente os recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais;



nº 1.037/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo, Rogério Correia, Inácio Franco, Wander Borges e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos pedido de informações sobre os avanços realizados e as propostas de modernização do Cadastro Ambiental Rural;

nº 1.038/2015, dos deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo e Wander Borges, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater o processo de descentralização de licenciamento ambiental relativo aos processos de supervisão do sistema governamental de meio ambiente quanto aos aspectos locais e de adequação às diretrizes de proteção ao meio ambiente;

nº 1.039/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo, Inácio Franco e Wander Borges, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a situação das unidades de conservação do Estado, com ênfase na estruturação, regularização fundiária, destinação de recursos da compensação financeira e gestão compartilhada;

nº 1.040/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo, Inácio Franco e Wander Borges, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a regulamentação do Projeto de Lei nº 20922/2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado, com foco no artigo que trata da proteção das áreas prioritárias para a proteção da biodiversidade;

nº 1.041/2015, dos deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo e Wander Borges, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater o Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, em relação aos seguintes aspectos: estrutura, implementação, orçamento e execução;

nº 1.042/2015, dos deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo, Wander Borges e Paulo Lamac, em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater, em audiência pública, a implementação do Cadastro Ambiental Rural;

nº 1.043/2015, dos deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo, Wander Borges e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que se encaminhe relatório da execução orçamentária do programa Bolsa Verde, desde a sua criação, para subsidiar audiência pública a se realizar nesta Casa.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.044/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a atual situação do Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais com relação aos seguintes aspectos: precariedade e sucateamento de sua estrutura; situação dos funcionários e possibilidade de implantação de plano de carreira; morosidade dos processos de licenciamento e suas consequências, e formas de solução elencadas pelo governo do Estado;

nº 1.045/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 695/2015, que dispõe sobre a remarcação da área e do perímetro do Parque Estadual Serra do Ouro Branco, em Ouro Branco e Ouro Preto.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2015.

Cássio Soares, presidente - Dilzon Melo - Tiago Ulisses.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/4/2015**

Às 9h2min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Pier Senesi Filho, secretário municipal de Serviços Urbanos de Belo Horizonte, publicado no *Diário do Legislativo* em 7/4/2015. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 378, 379, 395 a 397, 402, 403, 405 a 410, 413 e 418/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.058/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o sistema de revista íntima de visitantes em estabelecimentos penais do Estado de Minas Gerais;

nº 1.059/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o alto índice de trotes para o telefone 190, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;

nº 1.060/2015, dos deputados Wander Borges, Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a proposta de alteração da maioria penal, considerando a tramitação de projeto com essa finalidade no Congresso Nacional, bem como as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente;

nº 1.061/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências tendo em vista que os agentes de segurança penitenciários da Unidade Prisional de Visconde do Rio Branco estariam realizando escolta de presos em número bastante reduzido, por vezes em área externa, em total afronta ao princípio da supremacia de força, norteador das ações policiais;

nº 1.062/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada visita ao Centro de Remanejamento do Sistema Prisional Centro-Sul com o objetivo de verificar as condições de trabalho do efetivo ali lotado, bem como as condições estruturais das instalações e a logística de solução porventura adotada.



Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - João Leite - Cabo Júlio.

#### **ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/4/2015**

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio e Rogério Correia (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Durval Ângelo, Antônio Carlos Arantes e Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as medidas necessárias ao alcance das reivindicações de valorização das carreiras administrativas de analistas, auxiliares e assistentes do sistema prisional e socioeducativo, piso salarial digno e igualdade no tratamento dado à segurança pública. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Lígia Maria Alves Pereira, chefe de gabinete e subsecretária de gestão de pessoas em exercício, representando Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário de Estado de Planejamento e Gestão; e Janaína Luiza Del Bissoni, representando Bernardo Santana de Vasconcellos, secretário de Estado de Defesa Social; e o Sr. José Lino Esteves dos Santos, diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais – Sindpúblicos-MG – e diretor da Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais – Fesempre –, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.065/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Rogério Correia e Cabo Júlio, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para avaliar a possibilidade de convocação dos candidatos excedentes aprovados no concurso público para provimento dos cargos de analista e assistente do sistema prisional e socioeducativo, realizado em 2013, e para fixação do cronograma de previsão de provimento dos cargos, bem como seja convidado representante do Sindpúblicos para participar do referido estudo;

nº 1.066/2015, dos deputados Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, em que solicitam seja encaminhado à Subsecretaria de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para a revogação da Portaria Suapi 039/2014, por ofender os princípios da legalidade e da igualdade;

nº 1.067/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja enviado projeto de lei à Assembleia Legislativa para regulamentar as carreiras de analista, auxiliar e assistente do sistema prisional e socioeducativo estadual, versando especialmente sobre a fixação de piso salarial, fixação de jornada de trabalho em 40 horas semanais e progressão nas carreiras por formação acadêmica de servidor;

nº 1.068/2015, dos deputados João Leite e Sargento Rodrigues, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater o plano municipal de segurança pública e de defesa social, bem como para debater a violência no município e região metropolitana de Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – Carlos Pimenta – Elismar Prado.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/4/2015**

Às 10h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Isauro Calais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado João Alberto, informando que estará ausente na reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça no dia 14/4/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei Complementar nº 12/2015 e Projetos de Lei nºs 658, 663, 664, 672, 686, 730, 740, 747, 751, 753, 792, 809, 823 e 834/2015 (Antônio Jorge); Projeto de Lei Complementar nº 10/2015 e Projetos de Lei nºs 657, 660, 690, 695, 723, 729, 736, 739, 748, 752, 800, 805 e 810/2015 (Bonifácio Mourão); Projeto de Lei Complementar nº 13/2015, Projeto de Resolução nº 5/2015 e Projetos de Lei nºs 659, 666, 691, 738, 744, 746, 757, 786, 793, 802, 808 e 821/2015 (Cristiano Silveira); Projetos de Lei nºs 543, 661, 665, 687, 722, 727, 731, 741, 742, 778, 784, 798, 804, 827 e 837/2015 (Isauro Calais); Projetos de Lei nºs 542, 667, 733, 735, 743, 756, 779, 787, 794, 801, 806, 811, 818 e 831/2015 (João Alberto); Projetos de Lei nºs 532, 534, 642, 685, 688, 703, 732, 750, 754, 796, 797, 807, 824, 829 e 832/2015 (Leonídio Bouças); e Projetos de Lei nºs 662, 724, 728, 737, 749, 755, 788, 799, 803, 828 e 833/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3/2015 é retirado da pauta por deliberação da



comissão a requerimento do deputado João Alberto. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 27/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Alberto); 440 e 476/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro, sendo o primeiro em virtude de redistribuição); e 519/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 92/2015, na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Luiz Humberto Carneiro. Registra-se a saída do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 357 (relator: deputado Leonídio Bouças) e 551/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 473/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados que solicitam pedido de informações, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nº 431, 433, 452, 459, 462 a 464, 466, 467, 470, 471, 535 e 591/2015, para que os processos sejam instruídos com a documentação necessária a sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - João Alberto - Antônio Jorge - Cristiano Silveira.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/4/2015**

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Thiago Cota e Paulo Lamac (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 8/2015 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de hoje, às 16h30min, para apreciação do Projeto de Lei nº 8/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Thiago Cota – Tito Torres.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/4/2015**

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco, Glaycon Franco e Dilzon Melo (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* da Sra. Márcia Aparecida da Mata Almeida, recebido por meio do *Fale com a Assembleia* em 7/4/2015 com apelo para a preservação da Serra do Gandarela.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 995/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião para debater, com convidados, a tarifa branca, modelo em que a energia elétrica é cobrada de acordo com o horário de consumo;

nº 996/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada audiência pública, no Município de Montes Claros, para debater a construção da Barragem de Berizal;

nº 997/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada audiência pública, no Município de Montes Claros, para debater a construção da Barragem de Congonhas nos Municípios de Itacambira e Grão Mogol;

nº 1.117/2015, dos deputados Carlos Pimenta, Gil Pereira, Glaycon Franco e Dilzon Melo, em que solicitam seja realizada visita ao governador do Estado para tratar da liberação de recursos financeiros e reposição de pessoal para a Ruralminas, haja vista a crise hídrica atual, agravada ainda mais no Norte, Nordeste, Noroeste do Estado bem como na região do Alto Paranaíba (emendado pelo deputado Bosco);

nº 1.119/2015, dos deputados Gil Pereira, Glaycon Franco e Dilzon Melo, em que solicitam seja realizada visita ao Ministério da Integração Nacional para tratar da situação atual das Barragens de Jequitaiá, Congonhas, Berizal, entre outras, bem como do convênio firmado entre esse Ministério e o governo do Estado relativo ao programa Água para Todos, em 2013;

nº 1.120/2015, dos deputados Gil Pereira, Carlos Pimenta, Fabiano Tolentino, Glaycon Franco e Dilzon Melo, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para reapresentar, urgentemente, o projeto de lei que trata da



reformulação do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro, ex-Projeto de Lei nº 5.272, de 2014, arquivado ao final da legislatura passada sem ter tido sua apreciação concluída por este Parlamento;

nº 1.121/2015, dos deputados Carlos Pimenta, Dilzon Melo, Glaycon Franco e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para liberar imediatamente os recursos relativos às indenizações de desapropriações referentes às obras de construção da Barragem de Jequitaiá, uma vez que os recursos federais já foram repassados, dependendo porém, da contrapartida do Estado hoje contingenciada;

nº 1.122/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para agilizar o processo de regularização fundiária (emissão de títulos) para os beneficiários de projetos de ocupação e colonização promovidos em áreas urbanas de propriedade da Fundação Ruralminas em Jaíba e Itabira;

nº 1.123/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 616/2015, que trata da Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores;

nº 1.125/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada reunião para debater, com convidados, o aumento da tarifa de energia elétrica para os irrigantes da área mineira da Sudene e do Norte de Minas;

nº 1.126/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada audiência pública, no Município de Montes Claros, para debater o aumento da tarifa de energia elétrica para os irrigantes da área mineira da Sudene e do Norte de Minas;

nº 1.127/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita que seja encaminhado à Cemig pedido de providências para viabilizar a extensão da rede de energia elétrica na Ilha da União, zona rural do Município de São Francisco, que beneficiará cerca de 80 famílias que ali residem;

nº 1.129/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para priorizar a aprovação de projeto destinado ao aproveitamento da energia solar, tendo em vista que a Aneel realizará no dia 14/8/2015 leilão sobre o tema.

Registra-se a presença do deputado Tiago Ulisses. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Gil Pereira, presidente – Glaycon Franco – Dilzon Melo.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/4/2015**

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* da Sra. Márcia Aparecida da Mata Almeida, que critica a mineração na Serra da Gandarela, e do Sr. Valdir Braz de Azevedo, pedindo aos membros desta comissão o apoio a um projeto de lei que trate do incentivo à carona solidária. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: em turno único, Projetos de Lei nºs 370/2015 (Cássio Soares) e 422/2015 (Inácio Franco); e no 1º turno, 15/2015 (Marília Campos) e 483/2015 (Dilzon Melo). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 980/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 695/2015, que dispõe sobre a remarcação da área e do perímetro do Parque Estadual Serra do Ouro Branco, em Ouro Branco e Ouro Preto;

nº 981/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o processo de licenciamento ambiental no Estado;

nº 982/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 695/2015, que dispõe sobre a remarcação da área e do perímetro do Parque Estadual Serra do Ouro Branco, em Ouro Branco e Ouro Preto;

nº 983/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública em Paracatu para debater a contaminação provocada pela atividade da mineradora canadense Kinross Gold Corporation no referido município;

nº 984/2015, do deputado João Vítor Xavier, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o desassoreamento e a limpeza da Lagoa da Pampulha;

nº 1.044/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a atual situação do Sisema com relação aos seguintes aspectos: precariedade e sucateamento de sua estrutura; situação dos funcionários e a possibilidade de implantação de plano de carreira; morosidade dos processos de licenciamento e suas consequências e formas de solução elencadas pelo governo do Estado;

nº 1.045/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 695/2015, que dispõe sobre a remarcação da área e do perímetro do Parque Estadual Serra do Ouro Branco, em Ouro Branco e Ouro Preto.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2015.  
Cássio Soares, presidente - Dilzon Melo.

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/4/2015**

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Gustavo Valadares. O presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir o assoreamento e a poluição das Lagoas Central e Vargem Bonita, especialmente em razão da operação e das obras de ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, e a discutir e votar proposição da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Douglas Gameiro, gestor de qualidade em meio ambiente, representando o Sr. Paulo César de Souza Rangel, presidente da BH Airport; Ricardo de Magalhães Barbalho, gestor da APA Carste Lagoa Santa; e Aysser Lopes Daher, vereador da Câmara Municipal de Confins, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Gustavo Valadares, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e apresenta os requerimentos originados das sugestões do debate. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015  
Inácio Franco, presidente - Dilzon Melo - Marília Campos.

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA  
DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16/2015, EM 16/4/2015**

Às 9h39min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Gil Pereira e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.146/2015, do deputado Fábio Cherem, em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater as contribuições oriundas da audiência pública realizada no dia 7 de abril de 2015, em conjunto com a Comissão Extraordinária das Mulheres.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.  
Fábio Cherem, presidente – Marília Campos – Rosângela Reis.

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
18ª LEGISLATURA, EM 16/4/2015**

Às 15 horas, comparecem no Auditório do Banco do Brasil em Juiz de Fora os deputados Arlen Santiago e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Jorge, Lafayette de Andrada, Missionário Márcio Santiago, Noraldino Júnior e Isauro Calais. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as dificuldades e demandas dos hospitais do interior e o impacto da judicialização da saúde nos municípios. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ana Lúcia Gouvêa Leite Marcolino, defensora pública e coordenadora de Juiz de Fora e Regional da Zona da Mata; e os Srs. Adilson Stolet, secretário municipal de Saúde, representando o prefeito de Juiz de Fora; Hitler Vagner Cândido de Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora; Rogério Pinheiro Nunes, analista em saúde pública, representando o coordenador regional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde da Macrorregião Sudeste; Oleg Abramov Junior, superintendente regional de Saúde de Juiz de Fora; Jorge Montessi, diretor da Seccional Interior, representando o presidente do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Estado de Minas Gerais; José Nalon de Queiroz, conselheiro do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais - Delegacia Regional em Juiz de Fora, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, coautor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos demais parlamentares coautores e convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.  
Carlos Pimenta, presidente – Doutor Jean Freire – Glaycon Franco – Antônio Jorge.



## ORDENS DO DIA

**ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,  
EM 5/5/2015****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 154/2015, do deputado Duarte Bechir, que solicita seja encaminhado aos secretários de Planejamento e de Educação pedido de informações sobre as providências adotadas pelo governo do Estado em favor dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 4.876. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 251/2015, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado ao comandante-geral de Polícia Militar e ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre o andamento das investigações relativas às mortes e às ameaças a servidores da área de segurança pública. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 287/2015, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações acerca de supostas ações violentas de policiais em ocupações por moradia nesta capital e na região metropolitana, com enfoque especial em ações ocorridas em 12/2/2015, na região de Izidoro, em desfavor de Manoel Ramos de Souza, o "Bahia", morador e membro da liderança da ocupação Vitória. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 288/2015, do deputado Antônio Jorge, que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a nomeação da agente de segurança penitenciária Samanta Demônico Garcia, classificada na 11ª posição para a vaga JD 12.127 na 5ª Risp de Uberaba, com publicação verificada em 10/3/2015 no diário oficial do Estado, em razão de ser a única nomeada em um universo de 170 remanescentes e haver, segundo representantes desse grupo, indícios de inversão da ordem de classificação na nomeação supracitada; e, ainda, informações relativas à previsão para nomeação dos demais aprovados no certame. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 297/2015, do deputado Dirceu Ribeiro, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o número de pacientes de Ubá e sua microrregião em atendimento oncológico nos Municípios de Juiz de Fora, Muriaé e outros, se houver; e o número de casos novos diagnosticados no ano de 2014, em Ubá e em sua microrregião de saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 300/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre os recursos financeiros despendidos pelo Estado, nos últimos 10 anos, em decorrência de ações judiciais interpostas por terceiros referentes a demandas objetivando atendimento na área da saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 316/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações sobre as previsões de revisão da tabela salarial dos servidores do sistema prisional e socioeducativo, alteração nas carreiras, melhoria das condições de trabalho desses servidores e melhoria da infraestrutura do sistema socioeducativo e prisional. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 318/2015, da Comissão de Cultura, que solicita seja encaminhado ao secretário de Educação pedido de informações sobre o cronograma das obras de restauração e reforma da Escola Estadual Paula Rocha, localizada em Sabará. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 319/2015, da Comissão de Educação, que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento pedido de informações consubstanciadas na folha de desenvolvimento da carreira, incluindo a ficha financeira, de todos os servidores atingidos pela decisão de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 5/11/2007, no que se refere aos profissionais da educação básica, das universidades (Uemg e Unimontes) e cedidos às instituições conveniadas (Apaes e congêneres). A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 340/2015, do deputado Sávio Souza Cruz, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações acompanhado de cópia do contrato que rege a utilização de veículo de clínica do Estado de São Paulo para prestação de serviço oftalmológico ambulante do programa Ver Minas, do governo do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 349/2015, da Comissão de Educação, que solicita seja encaminhado aos secretários de Educação e de Transportes pedido de informações sobre o processo de restauração do Palacete Santa Mafalda, que abriga atualmente a Escola Estadual Delfim Moreira, em Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 355/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao subsecretário de Medidas Socioeducativas da Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre o número de menores em conflito com a lei que, atualmente, são atendidos na unidade de atendimento às medidas socioeducativas situada na Rua Monte Castelo, Bairro Itapoã, em Belo Horizonte; o regime de cumprimento das medidas em execução nessa unidade e os atos infracionais praticados pelos menores ali recolhidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 356/2015, da Comissão de Educação, que solicita seja encaminhado ao Secretário de Educação pedido de informações sobre os procedimentos adotados para a aquisição de câmeras de segurança para a Escola Estadual Ana Salles, no Município de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 358/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações solicitando esclarecimentos sobre resposta enviada em atenção ao Requerimento nº 9.303/2014, de autoria dessa comissão, em especial quais programas credenciados pelo Ministério da Saúde tiveram os pagamentos regularizados e quando foram feitos os pagamentos; e qual o cronograma de pagamento dos incentivos em atraso repassados pelo Estado aos municípios através da Fonte 10 para financiamento dos programas das redes assistenciais de saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 359/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e aos secretários de Fazenda e de Saúde pedido de informações sobre o cancelamento de convênios na área da saúde, bem como sobre os convênios já empenhados e não executados entre os municípios e o governo estadual. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 360/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, que solicita seja encaminhado ao secretário de Trabalho pedido de informações sobre a implementação do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Minas Incluir, por meio de envio de relatório das ações executadas em 2013 e 2014. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 375/2015, das Comissões de Participação Popular e de Assuntos Municipais, que solicitam seja encaminhado ao presidente da empresa Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. pedido de informações sobre a situação do projeto do metrô em Belo Horizonte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 3/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Roberto do Nascimento Rodrigues para o cargo de presidente da Fundação João Pinheiro – FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 5/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Evaldo Ferreira Vilela para o cargo de presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

#### **2ª Fase (das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 260/2015, do deputado Paulo Lamac, que institui a Comenda da Liberdade Chico Rei. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 420/2015, do deputado Gustavo Valadares, que institui o 22 de setembro como o Dia sem Carros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.265/2015, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2015 e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

### **ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 5/5/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/5/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 426/2015, do deputado Tony Carlos; 455/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 506/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.



Discussão e votação de pareceres de redação final.  
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 5/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nºs 797/2015, do deputado Tadeu Martins Leite.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 39 e 49/2015, do deputado Fred Costa; 86/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 93 e 99/2015, do deputado Fred Costa; 130 e 131/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 133, 143, 193 e 202/2015, do deputado Fred Costa; 210/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos; 212, 217, 221, 231, 233, 319, 322, 330, 341, 344, 368, 375 e 443/2015, do deputado Fred Costa; 447/2015, do deputado Arlen Santiago; 461/2015, do deputado Fred Costa; 478 e 487/2015, do deputado Arlen Santiago; 493, 576 e 585/2015, do deputado Fred Costa; 618 e 619/2015, do deputado Gustavo Valadares; 644/2015, do deputado Fred Costa; 663 e 664/2015, da deputada Rosângela Reis; 671/2015, do deputado Gustavo Valadares; 699/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 756 e 758/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 768/2015, do deputado Fred Costa; 829/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 852/2015, do deputado Ivair Nogueira; 886/2015, do deputado André Quintão; 974/2015, do deputado Braulio Braz; 1.016/2015, do deputado Wander Borges; e 1.248/2015, do deputado Lafayette de Andrada.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 764/2015, do deputado Braulio Braz.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 5/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 434/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 5/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 513/2015, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da comissão.



Finalidade: debater, com a presença de convidados, o plano de desenvolvimento do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, na Pampulha, os novos voos nacionais que passaram a operar no terminal, a transferência dos voos regionais para o Aeroporto Internacional Presidente Tancredo Neves, em Confins, e a prestação dos serviços aéreos pela Azul Linhas Aéreas.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 5/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 432/2015, do deputado Wander Borges.

Requerimento nº 414/2015, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 6/5/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 9/2015, do deputado Fred Costa; 320/2015, do deputado Fred Costa e do deputado Noraldino Júnior; e 422/2015, do deputado Fred Costa.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 15/2015, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.620**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Agostinho Patrus Filho, Gustavo Corrêa, Tiago Ulisses e Vanderlei Miranda, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/5/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente *ad hoc*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Missionário Márcio Santiago, Leandro Genaro e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/5/2015, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a presença de convidados, com a finalidade de debater a relevância dos trabalhos para a recuperação de dependentes químicos realizados pelas igrejas evangélicas e entidades a elas ligadas e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2015.

Antônio Jorge, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Especial da Comissão Especial para Indicação do Nome de Michele Abreu Arroyo para o Cargo de Presidente da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cristiano Silveira, Gustavo Valadares, Neilando Pimenta e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/5/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2015.

Celise Laviola, presidente *ad hoc*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação da Sra. Júlia Amélia Mitraud Vieira para o Cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Elismar Prado, Glaycon Franco e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/5/2015, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2015.

Ione Pinheiro, presidente *ad hoc*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leandro Genaro, Arnaldo Silva, Doutor Jean Freire e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/5/2015, às 10 horas, no Anfiteatro Unesco Hidroex, em Frutal, na Av. Professor Mário Palmério, 1.000, Bairro Universitário, com a presença de convidados, com a finalidade de debater a execução dos programas e ações de preservação promovidas pelo projeto Cidade das Águas Unesco-Hidroex e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2015.

Iran Barbosa, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1.265/2015****Mesa da Assembleia****Relatório**

De autoria deste colegiado, o projeto de lei em epígrafe dispõe “dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2015 e dá outras providências”.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 1º/5/2015, a proposição foi distribuída à Mesa da Assembleia para, nos termos do art. 79, VIII, “a”, do Regimento Interno, receber parecer.

**Fundamentação**

A proposição sob exame dispõe sobre a revisão da remuneração e dos proventos dos servidores desta Casa, autoriza a cessão de um delegado e um inspetor do quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado à Assembleia Legislativa, instituindo a consequente retribuição financeira a esses policiais, e revoga a Lei nº 13.722, de 20 de outubro de 2000.

A primeira medida é necessária ao restabelecimento do poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores da Casa diante da inflação apurada no período desde o último reajuste concedido, que se deu em 1º de abril do exercício passado. Do ponto de vista formal, essa data está em conformidade com a determinação contida no art. 2º da Lei nº 19.838, de 2 de dezembro de 2011, o qual prevê que a revisão será realizada anualmente, no mês de abril e sem distinção de índices, em atendimento ao disposto no *caput* do art. 24 da Constituição do Estado e do inciso X do *caput* do art. 37 da Constituição da República. O percentual definido para o reajuste, de 8,13%, decorre do cálculo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – para a inflação do período em questão, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Do ponto de vista constitucional e legal, a recomposição proposta está em conformidade com o disposto no art. 25, § 1º, da Constituição da República, e no art. 61, VIII, da Constituição Estadual, pelos quais se atribui ao estado federado a competência para fixar, por meio de lei, a remuneração dos respectivos servidores. Atende, também, ao disposto no inciso IV do *caput* do art. 51 da Constituição Federal, o qual, desde o advento da Emenda à Constituição nº 19, de 4 de junho de 1998, demanda a edição de lei material e formal para a fixação e a alteração da remuneração de servidores das casas legislativas.

As gratificações previstas no § 1º do art. 3º do projeto de lei em análise configuram a retribuição financeira ao delegado e ao inspetor da Polícia Civil do Estado cedidos à Assembleia Legislativa. Essas gratificações também dependem de edição de lei para sua instituição, conforme preceituam o inciso X do art. 37 da Constituição da República e o *caput* do art. 24 da Carta Mineira.

Os aspectos orçamentários da matéria em análise estão em conformidade com os requisitos legais. Primeiramente, porque a Lei nº 21.447, de 1º de agosto de 2014, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências, autoriza, expressamente, a revisão geral anual, conforme se depreende da leitura de seu art. 5º, a seguir reproduzido:

“Art. 5º – As despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do TCEMG terão como parâmetro, na elaboração de suas propostas orçamentárias, a despesa com a folha de pagamento do mês de abril de 2014, excluídas despesas sazonais e extraordinárias, projetada para o exercício de 2015, considerando a revisão geral anual de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição da República e eventuais acréscimos legais, observadas as limitações dispostas no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000”.

Isso significa que o impacto financeiro decorrente da medida em questão se encontra devidamente estimado na Lei Orçamentária para 2015.



Além disso, os gastos com pessoal da Assembleia Legislativa encontram-se em nível bastante inferior ao limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 1,9% da Receita Corrente Líquida – RCL. Conforme se pode verificar no Demonstrativo da Despesa de Pessoal relativo a 2014, o gasto da Assembleia Legislativa na área de pessoal foi de 1,1710% em relação à RCL, com a dedução de inativos e pensionistas, e de 1,4782%, sem essa dedução. Por isso, a correção que se propõe não tem o condão de comprometer o equilíbrio fiscal nem as metas estabelecidas na lei orçamentária vigente.

Outra medida de elevada importância para a administração pública, pois permite racionalizar os trabalhos de controle, operação e créditos em contas bancárias, sem causar nenhum prejuízo a direito do servidor público, é a revogação da Lei nº 13.722, de 20 de outubro de 2000, que dispõe sobre o pagamento de militares, de servidores públicos e de pensionistas do Estado. Vale dizer que a mencionada lei se tornou desnecessária após a edição da Resolução do Banco Central nº 4.292, de 20 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a portabilidade de operações de crédito realizadas com pessoas naturais, altera a Resolução nº 3.401, de 6 de setembro de 2006, e dá outras providências.

Destaque-se, a propósito, trecho da decisão do Tribunal de Justiça, em relação ao pleito de uma servidora aposentada para que fosse alterada a instituição bancária por meio da qual ela percebe seus proventos:

“Em consonância com os princípios da supremacia do interesse público e da eficiência, não é possível exigir que a Administração deixe à escolha de seus servidores o sistema de pagamento dos vencimentos, uma vez que deve observar a forma que oportunize maior eficácia e qualidade da atividade administrativa” (Apelação Cível nº 1.0024.13.255786-9/002 - Comarca de Belo Horizonte - apelante: Stela Padua Coelho Jorge - apelado: Estado de Minas Gerais - autoridade coatora: superintendente de pessoal Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais).

Assim, a medida proposta encontra-se em consonância com o entendimento que nos leva a propor a revogação sob comento.

#### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.265/2015 no 1º turno, na forma original.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de maio de 2015.

Adalclever Lopes, presidente - Lafayette de Andrada, relator - Hely Tarquínio - Bráulio Braz - Ulysses Gomes - Alencar da Silveira Jr. - Doutor Wilson Batista.



## **PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES**

### **30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA**

#### **Discursos Proferidos em 23/4/2015**

O deputado Glaycon Franco\* - Sr. Presidente, demais deputados, distinto público que nos acompanha pelas galerias e pela TV Assembleia. Inicialmente, gostaria de comunicar a este Plenário que o Bloco Independente fez uma reunião na última quarta-feira e, unanimemente - V. Exa. é um dos baluartes do nosso bloco e deferiu esse pedido -, pediu que fosse iniciada nesta Casa uma pauta positiva para discutir temas relevantes para o povo mineiro. Que possamos serenar os ânimos, dar respostas às pessoas, aos cidadãos que confiaram nestes deputados, nesta nova legislatura.

A população de Minas não aguenta mais ficar assistindo na TV Assembleia esse debate que não leva nada e ninguém a lugar nenhum. Discutir o que o governo passado fez ou deixou de fazer não é o melhor caminho, presidente. Precisamos discutir propostas, consertar os rumos que não tiveram seus objetivos alcançados, aperfeiçoar os acertos. Precisamos discutir inúmeros projetos de vários deputados, de extrema importância para o povo mineiro, que estão nesta Casa para serem votados. O Bloco Independente quer caminhar nesta Casa. Nosso presidente, com sua sensibilidade, já está agendando essa reunião e vai atender nosso pedido. Espero que, o mais rápido possível, esta Casa discuta temas relevantes, como o retorno das obras.

Gostaria de cumprimentar e agradecer ao nosso governador por declarar que vai reiniciar as obras. Eu, por ser do Alto Paraopeba, do Vale do Piranga, da minha querida Conselheiro Lafaiete, fiquei muito feliz em saber que a obra do nosso hospital regional, um dos oito que estão sendo construídos no Estado, vai continuar. Fiquei muito feliz em saber do nosso governador que concluirá a MG-383, que liga a BR-040 a Jeceaba, facilitando o escoamento da produção. Fiquei muito feliz em saber que nosso governador, com todas as dificuldades financeiras que o País está passando, vai retornar às trezentas e tantas obras paradas. Como cidadão do Alto Paraopeba, agradeço essa bela atitude.

Gostaria e vou agradecer ao nosso governador por colocar no seu plano de governo o retorno do ensino médio noturno. Isso precisava ser feito. Sabemos que inúmeros jovens, a partir de dados estatísticos, na faixa de 15 a 17 anos, estão fora da escola por não terem oportunidade de estudar à noite. Essa é uma atitude de sensibilidade do nosso governador. Gostaria de cumprimentá-lo porque há muitos jovens querendo completar seus ensinos, fazer sua faculdade e não têm essas condições. Gostaria de cumprimentar o nosso governador pela sensibilidade com nossos servidores da Cidade Administrativa, levando para lá um restaurante popular. Aliás gostaria de solicitar que esse projeto fosse estendido às cidades-polo de Minas Gerais, proporcionando um preço mais acessível à alimentação, um berçário ou uma creche. Isso demonstra a sensibilidade do governo.

Concedo aparte ao meu querido deputado que representa a nossa Zona da Mata, especialmente minha querida Juiz de Fora, deputado Noraldino Júnior.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)\* - Deputado Glaycon Franco, quero enfatizar as palavras de V. Exa. trazendo uma reflexão a todos os pares desta Casa.

Durante todo o meu mandato como vereador e também agora como deputado, eu trabalho com uma interação direta com a população por meio das redes sociais e por meio de todas as tecnologias que nos possibilitam ouvir um pouco mais os anseios e a expectativa da população nos nossos mandatos. Quero aqui apresentar uma reflexão.



Ontem recebemos oito mensagens *in box*. Por que, deputada Marília? Quando assumimos esta Casa, deputado Glaycon Franco, eu convidei a todos para participar dos debates, para assistir à TV Assembleia, presidente Hely Tarquínio, para ouvir as discussões, para ouvir as pautas e para participar opinando, favorável ou contra, em todas as matérias discutidas nesta Casa. Eu não sei de todos os que escutaram a nossa sugestão e acompanharam a TV Assembleia, mas eu digo a esses oito que não mais acompanham a TV Assembleia. Eles receberam convite para participar de debates que vão fazer avançar Minas Gerais, para discutir daqui para a frente, e demonstraram total descontentamento com as discussões, com as rixas que aqui fazem oposição e situação.

Eu não quero aqui, Sr. Presidente, ser o baluarte de discussões. Estamos numa Casa democrática, respeito todas as manifestações, cada um tem sua legitimidade e foi colocado aqui legitimamente, mas também tenho o direito de dizer que estamos retrocedendo. As discussões aqui têm chegado à população de forma negativa. É uma rixa entre PT e PSDB, situação e oposição que não tem fim.

Parabéns, deputado Glaycon Franco. As palavras que V. Exa. proferiu nesta tribuna hoje, tenho certeza, são o anseio de toda a população que tem acompanhado esta Assembleia Legislativa, de toda população que tem acompanhado as discussões nesta Casa, a oposição de um lado, a situação de outro lado. Eu escolhi o bloco independente, Glaycon Franco, exatamente para isto: quero discutir os avanços, apoiar tudo que for bom para Minas Gerais e discordar de tudo que achar que for prejudicial para o povo mineiro.

Peço aos nobres deputados para evoluirmos nas discussões. Entendo as diferenças partidárias, mas o povo mineiro espera muito mais de nós. Muito obrigado.

O deputado Glaycon Franco\* - Obrigado, deputado Noraldino Júnior. Como V. Exa. apresentou muito bem, deputado, nós não podemos trabalhar olhando pelo retrovisor. O que nós temos de fazer neste momento, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é desmanchar os palanques, serenar os ânimos, olhar para a frente, buscar soluções na saúde, na educação e, principalmente, Sr. Presidente, trabalhar um tema que, na minha opinião, é de extrema importância para esta Casa, que é a desigualdade regional.

Para se ter uma base, hoje Minas Gerais é o 2º estado que mais atrai investimentos privados, perdendo apenas para o Rio de Janeiro. E esses investimentos, na maioria das vezes, vêm para a região central e para o Sul de Minas. Nós temos de criar, discutir e debater temas nas comissões desta Casa; temos de sensibilizar o nosso governo para minorar nesta Minas, que sabemos são várias, ou tentar, pelo menos, minorar a desigualdade regional. Então a minha fala é nesse sentido, nesse rumo.

Vamos, sim, debater, mas debater temas que são relevantes e propositivos, e não assuntos que não farão com que a família ou o povo mineiro tenha reflexo positivo, ou seja, que não impactem positivamente em sua vida.

Sr. Presidente, quero tratar rapidamente de dois assuntos. O primeiro deles é a questão da BR-040. Muitos dos senhores sabem que eu presidi a frente da BR-040. Recentemente tivemos uma audiência e, por meio da Concessionária 040, que ganhou a licitação, percebemos que existem algumas pendências principalmente em relação àquelas cidades que são cortadas pela rodovia. Então, já entrei com requerimento na Comissão de Transporte para realizarmos uma nova audiência a fim de discutir essas questões, as vias de acesso e dos entornos, principalmente nessas cidades que são cortadas pela BR-040.

Nessa oportunidade, convidaremos todos os prefeitos dessas cidades, porque, como foi dito muito bem, infelizmente, no nosso entendimento, a licitação foi feita de modo equivocado. A concessionária vencedora já está para começar a cobrar os seus pedágios. São 10 praças de pedágio em Minas Gerais - aliás, uma é fora do Estado. O povo mineiro já começará a pagar o pedágio. Aliás, a minha assessoria já está estudando porque sabemos que, em outras praças de pedágio e outras concessões, existem isenções para aquelas populações que moram no entorno das cidades-polo. Quero também fazer essa proposição à concessionária nessa audiência porque considero um absurdo que as pessoas que vão e vêm naquele trecho da cidade-polo fiquem pagando pedágio.

Para finalizar, Sr. Presidente, tivemos uma reunião na Associação Mineira dos Municípios com a Comissão de Minas e Energia, quando fomos informados da situação calamitosa em que se encontram as cidades mineradoras e as que estão no entorno. Temos a informação por meio da Amig, que é composta pelos prefeitos das cidades mineradoras, de que estão querendo parar a atividade minerária em suas cidades se não votarmos nem pressionarmos os nossos deputados federais a votar o marco regulatório da mineração.

Portanto, Sr. Presidente, realizaremos uma grande audiência pública aqui, convocando e convidando todos os deputados federais de Minas Gerais, para dar celeridade a esse marco, que será um divisor de águas na vida do povo mineiro. Porque hoje sabemos que essas cidades vêm enfrentando sérias dificuldades, inclusive em relação à dívida das mineradoras que ainda não acertaram com elas, como a Vale, a CSN e outras que lhes devem certos recursos. Posso citar como exemplo a minha querida cidade de Congonhas, onde o prefeito teve de cortar orçamento principalmente em consequência da diminuição da arrecadação, uma vez que sabemos que a tonelada do minério caiu vertiginosamente, está na casa dos US\$50,00. Com isso, essas cidades foram muito penalizadas. Temos, sim, de sensibilizar os nossos deputados para realizar uma audiência pública e votar o marco o mais rápido possível porque melhorará a vida não só das cidades mineradoras, mas também do seu entorno. Sabemos que existe um artigo que cria um fundo que beneficiará também as cidades no entorno.

Portanto, é um tema, na minha opinião, premente. Esta Casa tem de entrar nesse debate porque sabemos que o minério de ferro é uma das principais *commodities* deste estado e, com isso, tem de ser tratado com certa prioridade por nós, parlamentares, principalmente os estaduais, que sabemos *in loco* a situação que essas cidades vêm enfrentando principalmente com a perda de receita. Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção. Era o que tinha a dizer.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira\* - Exmo. Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas. Cumprimento também os trabalhadores da Fhemig aqui presentes, acompanhando os trabalhos da Assembleia.

Presidente, tenho uma boa concordância com os deputados Glaycon Franco e Noraldino Júnior a respeito da preocupação com a capacidade de produção legislativa da Assembleia de Minas. Sou deputado de primeiro mandato, acredito que até o final de abril completem os três primeiros meses e confesso que foram poucas as oportunidades de votação de matérias relevantes de interesse do povo mineiro. Por causa dos embates internos, naturais da democracia - e é assim que tem que ser o parlamento, *parla*, o debate -, a Casa tem uma vida mais intensa, pelas discussões e ideais. Por outro lado, não se pode perder de vista a agenda política para o nosso



estado. Então, com muito respeito a todos que têm travado aqui os embates, às vezes mais calorosos e exaltados, outras vezes mais comedidos - isso faz parte da democracia -, acho que esse já é um sentimento comum da grande maioria dos parlamentares da Assembleia de Minas, especialmente dos mais novos. Permitam-me os companheiros que também são deputados de primeiro mandato dizer que temos compartilhado, nos corredores da Assembleia, o quanto nos preocupa a falta de uma agenda mais propositiva.

Presidente, é claro que isso não significa que o debate não deve acontecer e que os campos políticos não devem ter suas opiniões. Ontem também tive muita vontade de fazer intervenção durante os debates travados, especialmente quando se discutiu, deputado Rogério Correia, a questão da medalha a João Pedro Stédile, do MST. É natural e democrático que alguns deputados não achem que o homenageado tenha o mérito, sob seu ponto de vista. Mas, se formos fazer a discussão sobre o ponto de vista particular e tentar universalizá-lo, aí teremos que fazer uma revisão de várias medalhas que foram entregues ao longo dos anos, porque, mesmo eu não estando presente na Casa durante todo esse tempo, ainda me permito ter discordância de alguns nomes que foram homenageados. Mas é preciso respeitar a decisão do governador.

O que o João Pedro fez para Minas Gerais, deputado Rogério Correia? João Pedro é o líder maior do movimento sem-terra em nosso país. Ainda que muitos queiram negar a importância do movimento sem-terra como instrumento de tensionamento com o governo, e tem que se tensionar inclusive com o nosso próprio governo, boa parte da reforma agrária em nosso país se deu por meio da luta desses trabalhadores. E o João Pedro é liderança que inspira os trabalhadores em todo o território nacional, ainda que alguns não concordem e até o demonizem, como se o João Pedro fosse uma liderança maior do o próprio presidente da República. Algumas falas aqui demonstram o temor que se tem do João Pedro, como se ele fosse a reencarnação do comunismo que assombra o mundo todo. Não vi todo esse fantasma nem todo esse poderio numa liderança do movimento sem-terra; o que vi foi um grande simbolismo de uma trajetória de luta reconhecida pelos movimentos sociais.

O governador Fernando Pimentel tem feito, desde o início do mandato, gestos fortes no sentido dos movimentos populares. Votamos a reforma administrativa, a criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Com quem o governador está dialogando quando cria uma secretaria importante, que cuidará de 3,5 milhões de famílias de agricultores familiares? Ele dialoga com os sindicatos dos agricultores, com as federações, com o movimento sem-terra, com a reforma agrária. Com quem o governo dialoga quando cria a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, com todas aquelas minorias que não tiveram voz ao longo dos anos em Minas Gerais? Alguém tenta falar que o governador quer implementar uma ditadura. Ora, todo mundo que acompanhou a política mineira nos últimos anos sabe que Minas Gerais viveu uma grande blindagem do governo anterior, e os companheiros que compunham o chamado Bloco sem Censura eram o único frente de resistência que havia em Minas Gerais, porque a imprensa não falava.

Deputado Rogério Correia, alguns deputados gostam de pegar o celular e colocar vídeo e vão e voltam pelo corredor. Podemos colocar aqui um vídeo de um documentário, inclusive americano, em que os repórteres de Minas Gerais falam sobre a ditadura que Minas viveu e a censura.

É disso que Minas foi liberta, foi liberta de uma grande ditadura.

A homenagem de 21 de abril, tendo como o símbolo a homenagem a Tiradentes, faz com que a gente pense um pouco sobre as circunstâncias da morte de Tiradentes. Os que condenaram Tiradentes, acredito, deveriam ter uma postura muito parecida com a que temos visto aqui hoje, do ódio, da intolerância e da incompreensão da luta contemporânea que se trava.

Então, quero dizer novamente que o governador Fernando Pimentel tem o meu aplauso e a minha consideração pelo importante gesto de homenagear uma liderança importante, como o companheiro João Pedro Stédile, que tem lutado pela reforma agrária. Alguns, aqui, vão dizer o seguinte: "Não, Minas Gerais inteira se indignou, o Brasil inteiro se indignou". Falo por mim, represento uma parcela significativa do eleitorado mineiro, componho a direção do PT em Minas Gerais, e acredito, tenho a permissão de falar também em nome dos companheiros do PT: quem disse que todo o povo mineiro se indignou? Não, os que vieram dos movimentos sociais, da luta social, reconheceram a importância do que foi feito, da homenagem prestada pelo nosso governador. Aí tentam dizer que João Pedro está numa cruzada para dividir o mundo, para dividir o Brasil, a sociedade. Mas que poder tem João Pedro para fazer tamanha divisão, que poder? A divisão já existe, presidente. Existe uma divisão, neste país, entre os que sempre se beneficiaram do Brasil, dos meios de produção, da política, e os que emergiram, nos últimos anos, no governo do PT, no início do primeiro mandato do ex-presidente Lula; no segundo mandato do ex-presidente Lula e nos mandatos da presidenta Dilma. Ainda que alguém diga, Rogério, e tente dizer para o povo mineiro que é questionável o nosso governo, fazendo um recorte de quatro meses, de problemas temporários, a história do partido está contada, e os resultados são questionáveis.

Não se trata apenas da retórica que se faz, aqui, da tribuna. Trata-se de duas coisas fundamentais: primeiro, dos números, que em qualquer área demonstra o quanto o Brasil avançou, do número de trabalhadores que tiveram o emprego garantido, do número de pessoas que saíram da miséria, do número de pessoas que tiveram a sua moradia, quase 4 milhões, através do Minha Casa Minha Vida, da recomposição, da valorização, do salário mínimo. Poderia enumerar uma série de dados sociais e econômicos, mas não tem nada que se iguale à percepção. O povo mineiro, o povo brasileiro, sente que este Brasil mudou e precisa continuar mudando.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Obrigado, deputado Cristiano. Em primeiro lugar, mais uma vez, queria saudar os companheiros da saúde. Depois voltarei ao assunto da saúde, mas antes, deputado Cristiano, quero concordar com V. Exa. sobre a importância da luta pela reforma agrária e pela agricultura familiar.

Hoje o Glênio, secretário de Desenvolvimento Agrário, noticiou que conseguimos um convênio com o Ministério de Desenvolvimento Agrário de R\$8.800.000,00, para a reforma agrária em Minas, por meio do programa de crédito fundiário, um dos melhores programas que eu, como delegado federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário, vi no Brasil. É um complemento da reforma agrária em terras mais próximas da cidade e não nos latifúndios afetos à reforma agrária. O governo, através do banco, compra a terra de quem quer vender, com recursos imediatos. Conseguimos R\$8.800.000,00, o que vai dar para assentar milhares de famílias, em Minas Gerais, por meio do programa fundiário. Trata-se de um programa excepcional, faz parte do programa da reforma



agrária. É uma luta espetacular, porque, quando você consegue fazer com que a pessoa fique no campo e trabalhe para produzir alimento com qualidade de vida, melhora também a vida na cidade.

Durante o regime militar, na década de 1970 e um período da década de 1980, 80 milhões de brasileiros foram expulsos da terra por latifundiários e grileiros.

Então, a luta pela reforma agrária se tornou uma luta necessária para o conjunto do povo brasileiro. Se tivéssemos feito a reforma agrária anteriormente no Brasil, com certeza não teríamos o grau de pobreza que há hoje no País. Entregar uma medalha a quem representa a luta pela reforma agrária, como João Pedro Stédile, é uma honra. Acho que Minas Gerais fez uma belíssima entrega.

Discordo de outras medalhas que foram entregues. Queria falar a V. Exa. que as pessoas daqui cismam com uma coisa, mas não analisam a história das medalhas. Por exemplo, sabem quem recebeu medalha aqui? Luciano Huck, amigo do Aécio. Sabem quem recebeu medalha das mãos do Aécio Neves? Ratinho. Sabem outro que recebeu medalha e está foragido? Tenho a foto do Aécio colocando a medalha nele, com um deputado olhando todo orgulhoso. Sabem quem foi? Ricardo Teixeira. Esse recebeu a mesma medalha, e o deputado lhe entregou junto com o Aécio. O Ricardo Teixeira está foragido, mas foi medalhado. O João Pedro Stédile teve esse problema porque é um lutador da reforma agrária. É como se eu entregasse uma medalha a um trabalhador da área da saúde ou do sindicato e alguém achasse ruim. Essa pessoa merece, assim como o João Pedro Stédile mereceu.

Já entreguei medalha, por exemplo, à Bia, presidente do Sind-UTE, e acho que foi uma boa medalha. Tem gente que pode discordar disso, mas é uma luta justa. Sabem o que vou propor para a próxima medalha oferecida pela Assembleia Legislativa? Vou propor dá-la a grupos que lutam contra o preconceito aos homossexuais. Acho que é uma causa justa. Por que não? Por que deve haver intolerância contra eles? Por que esses não podem e devem ser discriminados na sociedade? Os pobres da reforma agrária têm de ser discriminados? Não tem lógica, Marília. Com a medalha, você homenageia um setor, e é justo homenagear a reforma agrária. É isso que eu acho.

Sabem quem recebeu medalha das mãos do Aécio também? O Léo Portela está me falando: Eike Batista. Esses chiques receberam medalhas, e ninguém ficou indignado. Ninguém veio aqui falar por que Ricardo Teixeira, foragido, recebeu medalha das mãos do Aécio. Ninguém ficou indignado com isso, mas um pobre, que luta pela reforma agrária e pelos mais pobres, causa essa indignação aos coxinhas, à pequena burguesia que está indo para o fascismo. Eles ficam indignados porque é uma luta dos trabalhadores e do povo.

V. Exa. tem razão em fazer essa defesa, pois isso passou a ser um debate ideológico. O que era uma simples medalha passou a ser um debate ideológico, porque aqueles presunçosos que acham que mandam em tudo não podem suportar que os mais pobres também tenham os seus direitos. É impressionante isso no Brasil. Uma parte da sociedade brasileira está mirando para o fascismo. Isso é muito ruim e não pode ser alimentado.

Todos nós, parlamentares de todos os partidos, somos democratas e não podemos alimentar intolerância, pois ela é irmã gêmea do autoritarismo. Então, vamos viver a diversidade como ela é. Essas pessoas merecem homenagem, como o presidente da Fiemg e da Faemg a receberam. Por que os latifundiários podem receber e os trabalhadores rurais sem terra não? Sabem a quem dei uma medalha uma vez, Cristiano, e aqui termino minha fala? Para a menina do MST que, na época do Fernando Henrique Cardoso, fez uma ocupação de terra e foi reprimida pela Polícia Federal. E achei que foi justo. Então, queria dar parabéns a V. Exa.

O deputado Cristiano Silveira\* - Obrigado, deputado Rogério. Para concluir, presidente, queria dizer que corroboro suas palavras, deputado. Acho que a manifestação contrária ao recebimento da medalha pelo Stédile que tivemos é a manifestação que temos visto por este país afora, do quanto é insuportável para a elite brasileira ver a ascensão dos mais pobres. A única coisa que está acontecendo, Rogério, é que está sendo desfraldada essa falsa hipocrisia de que suportavam e achavam bacana a emersão dos mais pobres em nosso país. Agora, não. Agora dizem o que realmente pensam.

Receio, presidente, que, na discórdia do recebimento da medalha pelo líder do MST, se todos aqueles que têm imposições divergentes daquela que temos forem questionados do recebimento das honrarias, talvez alguém aqui sugira que o presidente do Supremo, ministro Lewandowski, também deva ter sua medalha cassada por sua imparcialidade no julgamento do processo do mensalão.

Por falar em mensalão, esse é o mensalão que completou mais de um ano que voltou para Minas Gerais e não foi julgado até hoje, Marília. Poderíamos também nos indignar com o mensalão tucano, que deveria ser julgado. Já vou concluir, Sr. Presidente.

A divisão deste país, conforme eu disse, presidente, já vem acontecendo. Não é o João Pedro que vai à Venezuela ou à Colômbia para promover uma luta ou qualquer outro tipo de enfrentamento em nosso país. O golpe já vem sendo planejado, e não virá pelas mãos do líder do MST, mas pelas mãos da direita conservadora deste país. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Léo Portela - Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, companheiros da saúde da Fhemig, quero saudar a presença de todos vocês nessa luta tão válida por dignidade. Registro meu lamento porque, enquanto esta Casa se apequena em discussões tão reles sobre quem deve ou não receber medalhas, o pleito de vocês não tem sido atendido. Lamento que a Assembleia das Alterosas tenha-se rebaixado ao nível de discutir se Stédile ou se Ratinho deve ou não receber medalhas. Onde chegamos!

Esse não é o tema de meu pronunciamento nesta tarde. Seguindo a linha do deputado Rogério Correia, que falou sobre intolerância, meu pronunciamento hoje é justamente sobre a intolerância religiosa, um mal que persiste em existir na nossa sociedade, em nosso país.

Quanto à intolerância religiosa, hoje falo especificamente em relação aos evangélicos. Quando se fala em intolerância religiosa, as pessoas sempre se lembram das religiões afrodescendentes, dos cultos afro-ameríndios. Eles defendem com unhas e dentes essas pessoas, mas quando os evangélicos são perseguidos, veem isso como algo normal, usual.

Quando acontece a “crentefobia”, a “evangelicofobia”, ninguém fala nada. Quando um representante da comunidade LGBT se posiciona de alguma forma contrária àqueles que têm ideologias cristãs, ele não é ofendido, ele não é chamado de “crentofóbico”. Peço perdão por causa do neologismo. Quando nós, evangélicos, com posições democráticas, baseados numa ideologia que



fundamentou o mundo ocidental, a ideologia judaico-cristã, nos levantamos com ponto de vista democraticamente contrário, somos ofendidos, somos chamados de homofóbicos. Não podemos compactuar com esse tipo de mal em nossa sociedade.

Sou evangélico de berço. Sou pastor e filho de pastor. Cresci num lar evangélico numa época em que Minas Gerais, extremamente conservadora, ainda tinha cidades no interior cujos cemitérios não aceitavam, deputado João Leite, os chamados protestantes. É isso que somos. Somos os protestantes. A imprensa quer fazer com que o povo acredite que existe uma separação entre evangélico e protestante. É exatamente a mesma coisa. Quando a imprensa se refere a países desenvolvidos, a países industrializados de cultura protestante, ela noticia dizendo “tal país, de matriz religiosa protestante”. Ela quer fazer com que o povo acredite que o crente é subdesenvolvido, que o evangélico é ultrapassado e retrógrado. Não podemos compactuar com esse tipo de perseguição, com esse tipo de crime de ódio na hodiernidade brasileira. Não podemos compactuar com isso.

Estudei durante toda a minha infância no Colégio Batista, uma instituição centenária, que educa em Belo Horizonte, há 97 anos, especificamente. Estudei no Colégio Batista, deputado João, não apenas pela excelente qualidade de ensino, mas também porque ali eu estava protegido da perseguição que os filhos de pastores e que os evangélicos sofriam nas escolas comuns, porque eles eram chamados de bíblia e sofriam todo tipo de *bullying*. E é algo que ainda persiste na realidade brasileira. Meu Deus!

Quando um homossexual é assassinado, toda a comunidade se indigna, e com razão. Eles não estão errados de se indignarem. Mas há um mês, o pastor Flaviano Ferreira da Costa, um grande amigo meu, foi executado na porta de casa quando chegava do culto no Bairro Concórdia, em Belo Horizonte. Ele foi abordado por um homem e, à queima-roupa, foi executado. Ninguém disse que era “crentefogia” nem “evangelicofogia”, mas, se fosse um homossexual, veríamos vozes gritando que os homossexuais estavam sendo perseguidos no Brasil. Ninguém grita mais pelos evangélicos. Ninguém grita mais, indignadamente, quando acontece esse tipo de perseguição e de intolerância.

No início do mês passado, o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, ao escolher seus assessores e seus cargos de confiança na Câmara dos Deputados, optou por chamar uma evangélica. O nome dela é Maria Madalena. Essa evangélica foi tão escorraçada como a Maria Madalena da Bíblia, porque a imprensa se baseou num *site* sério, que tenho costume de acompanhar e que presta cobertura jornalística de qualidade. Deixou-se seduzir por uma prestação jornalística de baixíssimo nível.

O *site* Congresso em Foco publicou a seguinte matéria: “Eduardo Cunha nomeia evangélicos para cargos de comando na Câmara”. Queria ver o que iria acontecer se o *site* colocasse “Eduardo Cunha nomeia homossexuais para cargos de comando na Câmara”. A Comissão de Direitos Humanos iria se levantar, os grupos sociais iriam se levantar, mas, quando esse tipo de perseguição é instaurada contra evangélicos, ninguém fala nada.

Deputado Cristiano, nosso companheiro de base, homem de bem, deputado que presta uma atuação parlamentar de altíssima qualidade como presidente da Comissão de Direitos Humanos, espero que o tema sobre a perseguição que os evangélicos sofrem seja motivo de debate nessa comissão. Isso é real, é sério, e eu já senti na pele. Cresci sentindo isso na pele. Hoje em dia, muitos pastores e filhos de pastores ainda sentem isso na pele.

Essa reportagem do Congresso em Foco atacou, especificamente, a nomeação dessa mulher, baseando-se na confissão religiosa dela. Ela é uma servidora pública de carreira da Câmara dos Deputados, reconhecidamente séria, competente, advogada e encarregada de dirigir o setor de Recursos Humanos daquela casa. Ela foi questionada, única e exclusivamente, por ser evangélica. Onde nós chegamos? Queria ver se fosse no passado. Se hoje o deputado Eduardo Cunha é presidente da Câmara, no passado todos os outros eram do credo católico. Todos os outros deputados eram católicos ou espíritas e, quando eles nomeavam seus assessores, espíritas ou católicos, nenhum órgão de imprensa se levantava indignado dizendo: “Deputado 'x' nomeou colega de igreja, colega de religião para cargo de confiança”. Onde estamos?

Será que ainda existe espaço na nossa sociedade para esse tipo de perseguição? Será que ainda existe espaço na nossa sociedade para esse tipo de comportamento? Isso não pode ser aceitável, não podemos nos conformar com esse tipo de comportamento. Estamos sendo perseguidos, estamos sendo linchados, estamos sendo atacados, e ninguém fala nada. Que mundo é esse? Que pluralidade é essa? A pluralidade só existe quando se trata da comunidade LGBT, a pluralidade só existe quando diz respeito a cultos afro-ameríndios. Onde estamos?

Quando se trata de evangélicos, parece que falamos de uma subcategoria, mas não, estamos falando de 30 milhões de brasileiros, que daqui a 10 anos serão maioria neste país; estamos falando de instituições educacionais; estamos falando de universidades; estamos falando de um grupo cultural que oferece música, educação, corais. Não é possível.

Agora, estamos vivendo uma realidade que me causa espanto: as comunidades ligadas às igrejas evangélicas estão sofrendo perseguição de pessoas inseridas no atual governo, que apoio, do qual sou vice-líder. Não acredito que o governador Fernando Pimentel compactue com isso, porque são as pessoas que estão na Secretaria de Saúde. Devo dizer, em repúdio, que essa secretaria não mandou nenhum representante para a audiência pública que realizamos esta manhã com as comunidades terapêuticas - CTs - evangélicas. As pessoas que lá estão não representam a forma de governar do governador Fernando Pimentel, que chegou onde está com o seguinte mote: ouvir para governar. E as pessoas que lá estão não querem nos ouvir. O secretário Fausto se furtou a enviar um representante para cá, prometeu o pagamento do Cartão Aliança pela Vida e não cumpriu.

O que está acontecendo? O governador Fernando Pimentel certamente não sabe disso. Então, quero dizer a V. Exa., governador, que existem pessoas trabalhando contra o nosso governo, existem pessoas que não querem ouvir para governar, existem pessoas que pregam a intolerância religiosa no governo. CTs ligadas às igrejas estão sendo perseguidas. Há pessoas no governo dizendo que essas comunidades são pequenas empresas, grandes negócios. Aonde vamos chegar? Não acredito que o governador Fernando Pimentel compactue com isso porque é filho de pastor, é homem de base educacional cristã, é homem que escuta os movimentos populares.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)\* - Não irei demorar, presidente. Quero reiterar as palavras de V. Exa. Independentemente de religião ou crença, é necessário respeito pelo trabalho e pela eficácia dos outros. As pessoas que agem de outra forma devem começar a visitar as CTs, a ver o que está acontecendo, a visitar os hospitais. Tenho certeza, deputado Léo Portela, de que, se elas saírem dos gabinetes e começarem a enxergar a realidade, haverá mudança de percepção.

O deputado Leo Portela - Esta Assembleia deve se levantar como voz de inconformados, não deve aceitar essa realidade nefasta do nosso país. Como em Romanos 12, o apóstolo Paulo: “Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, a fim de provardes a boa, a perfeita, a agradável vontade de Deus”. Que Minas Gerais prove a boa, a perfeita, a agradável vontade de Deus; que o Brasil prove a boa, a perfeita, a agradável vontade de Deus.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

### **31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA**

#### **Discursos Proferidos em 28/4/2015**

O deputado Dilzon Melo - Sr. Presidente e caros deputados que aqui se fazem presentes, corajosos - porque a oposição, afugentada, se acovardou e saiu do Plenário -, estamos aqui em plena terça-feira para darmos continuação aos trabalhos da Assembleia, já que pouca coisa tem acontecido. Hoje, como podem verificar, representando Minas Gerais com esse laço vermelho no pescoço, mostro a insatisfação do povo de Minas contra a medalha dada àquele bandido, o Stédile, que não representa nada para o Estado de Minas Gerais e nunca me representou naquela medalha. Já fui agraciado com aquela honraria, mas hoje fico preocupado e às vezes envergonhado de tê-la recebido, porque não posso me igualar a um facínora daqueles, que veio a ser homenageado pelo Fernando da Morte Pimentel, que acha que o povo de Minas Gerais engole isso às avessas. Que esse nosso ato se transforme em ato público de Minas Gerais. Realmente, o governo de Minas deixou os brasileiros com um nó na garganta por causa da vergonha.

Hoje também nos resta falar da inauguração da Fiat em Pernambuco, empresa que foi roubada de Minas Gerais por aqueles que dizem que se interessam por Minas e que deveriam fazer aqui os investimentos necessários. Eles roubam de Minas Gerais aquilo que já é tradicionalmente dos mineiros porque temos mão de obra, qualificação e funcionários precisando de emprego. A Fiat vai iludida para Pernambuco, onde está sendo inaugurada.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* - Muito obrigado, deputado Dilzon Melo. Quero cumprimentar essa brava gente brasileira aqui presente, mineiros e mineiras que não aguentam mais conviver com tanta mentira, com tanta farsa, com tanta enganção. Peço esse aparte a V. Exa. para mostrar, de maneira muito clara, aos povos mineiro e brasileiro como o PT tem governado. Tenho dito que a presidenta Dilma não tem 39 ministérios, o que já seria um exagero, mas 40. O 40º ministério é o ministério da propaganda enganosa, o ministério da mentira, o ministério do Goebbels, que vende a mentira ao povo brasileiro para tentar construir uma verdade.

Parece que esse ministério da propaganda enganosa está construindo uma sucursal aqui em Minas Gerais. Na semana passada fiz uma cirurgia, mas acompanhei de casa as reuniões da Assembleia. Uma posição do secretário de Ciência e Tecnologia, deputado federal do PT, Miguel Correa, deixou-me estarecido. Ele veio a esta Casa dizer que o HidroEx, o maior projeto de águas da América Latina, é desnecessário. Estamos vivendo a maior crise hídrica do Brasil, a maior crise hídrica dos últimos séculos em nosso país, e vem um secretário do PT dizer que um projeto como esse não vale nada. É um projeto construído pelo governo de Minas, pelo governo federal e pela Unesco. A ONU chancela o projeto HidroEx em Minas Gerais. Para quem não o conhece, o HidroEx é um projeto construído no Pontal do Triângulo, na região de Frutal, onde se concentra o maior polo da América Latina de estudo das águas. É o maior da América Latina. É o Centro de Referência II da Unesco. Esse projeto é administrado pelo governo de Minas, pela Agência Nacional de Águas - ANA -, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, pelo governo federal, além da Unesco.

Assusta-me quando o secretário Miguel Correa vem a esta Casa desconstruir esse projeto. Sabem por quê? Porque isso demonstra que o PT não está preocupado em trabalhar por Minas, e sim em falar mal do que passou e até do que é bom. Eles querem fazer como tentaram com o Plano Real: falar, falar, falar mal para ver se a mentira se transforma em realidade. Aí pergunto: num país como o nosso, onde falta educação, oportunidade, é crime construir uma universidade como a Uemg, que atende 1.500 alunos no Pontal do Triângulo? Crime é roubar da Petrobras; crime é não abrir vaga para os estudantes na Uemg.

Não quero autoelogio ao nosso governo. Quem elogia os projetos da Uemg e do HidroEx em Frutal, no Triângulo? O primeiro a elogiar é o governo federal. Sabem por quê? Deputados João Leite e Dilzon Melo, quando o governo mineiro apresentou o projeto ao governo federal, sabem quem o chancelou junto às Nações Unidas? O próprio governo federal, do PT. Sabem quem assinou a carta para que esse projeto funcionasse? O ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, do PT. Sabem quem colocou esse projeto para funcionar? O ministro da Educação, Henrique Paim, do PT. Sabem quem assinou um convênio de R\$20.000.000,00 para esse projeto, que hoje oportunamente o PT mineiro critica? O ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, do PT. Pasmem, acreditem se quiserem. Sabem quem apresentou uma emenda de R\$10.000.000,00 para esse projeto? O ex-deputado federal Miguel Correa Júnior, relator do orçamento da União. Hoje ele veio a esta Casa e falou contra o projeto. Pergunto se ele foi leniente com o dinheiro dos brasileiros ao colocar R\$10.000.000,00 no projeto, como relator do orçamento, ou está sendo apenas demagogo neste momento. Deputado Miguel Correa, façamos política com “p” maiúsculo, façamos política de gente grande, porque criticar um projeto de água num momento de crise hídrica beira o oportunismo, criticar uma universidade que só no ano passado formou 3 mil alunos beira o oportunismo.

Então, os elogios ao projeto do HidroEx não são do deputado João Vítor, e sim do próprio governo federal, do PT, que colocou mais de R\$80.000.000,00 nesse projeto. Algum dia o PT tinha de fazer alguma coisa boa, não é? Mas até quando faz uma coisa boa depois a critica. Bom para eles não é apoiar a educação, não é apoiar a ciência e a tecnologia, não é apoiar o desenvolvimento. Eles devem estar insatisfeitos porque o dinheiro que colocaram lá não voltou ao cofre do partido. Esse deve ser o problema do PT, esse deve ser o mal do PT. O projeto do HidroEx é reconhecido pelo presidente da ANA, Vicente Andreu, que disse textualmente que, se a construção ocorresse em São Paulo ou no Rio de Janeiro, o secretário de Estado Inácio Rodrigues seria tratado como gênio. O deputado Miguel Correa, que veio a esta Casa hoje de maneira demagógica criticar o projeto, nele colocou R\$10.000.000,00. Como ele explica isso, se o projeto é ruim, é megalomaniaco, não serve? Por que, como relator do orçamento, colocou R\$10.000.000,00 no projeto? A emenda



foi aprovada. Ele sabe que o projeto é bom, mas a demagogia não permite ser tratado como tal. Sabem o que ouvi de um funcionário da atual Secretaria de Ciência e Tecnologia? Que ele foi convidado para assumir o comando do HidroEx, que ele reconhecia a importância do projeto, mas não assumiria porque foi informado de que o PT tem plano de acabar com esse instituto.

Ou seja, o PT quer acabar com o maior centro de pesquisa do setor hídrico da América Latina, que está às margens do Rio Grande, do Aquífero Guarani, que é o maior do nosso continente, só por questões políticas. Vamos fazer política grande. Vamos fazer política pensando nas pessoas, e não nos partidos. Vamos fazer política pensando nas próximas gerações, e não nas próximas eleições. Não é com demagogia que vão conseguir sair do fundo do poço. Se querem sair do mar de lama em que se meteram, vão trabalhar e governar Minas Gerais, porque não é com mentira que vão governar o nosso estado. Muito obrigado, deputado Dilzon.

O deputado Dilzon Melo - A mentira, deputado João Vítor, é a marca registrada do PT. Vejamos as promessas de campanha feitas o ano passado. A presidenta, num descabro, quis comparar uma engenheira formada dizendo que ela teria de ser formada no Pronatec, nem esse programa funcionou no primeiro semestre deste ano, foi transferido para julho. Nem o Pronatec, que dizem que é cria do PT, está funcionando.

Mais ainda, hoje está estampado em todos os jornais que o governo cancelou o financiamento da casa própria para imóveis usados, limitando-se a 50% do financiamento. Pergunto: quem tem de completar 50% de financiamento vai lá e faz a casa, não precisa de fazer financiamento. Cancelaram, prejudicando aqueles que realmente precisam de casa própria.

O deputado João Leite (em aparte) - Muito obrigado, líder Dilzon Melo. V. Exa., com sua experiência de sete mandatos na Casa, conhece cada um de nós e tem visto a mentira que esse partido tem trazido para o nosso país. Imagine, V. Exa. lembrou bem, e todos os que vêm e se manifestam aqui hoje também lembraram, que a expansão da Fiat iria para o Norte de Minas ou para o Jequitinhonha, obra tão necessária para aquele povo. Mas hoje temos de parabenizar o governador Pimentel, na primeira obra do seu governo. Ele está em Pernambuco inaugurando a fábrica da Fiat naquele estado. Depois virá uma outra obra de Pimentel: vai ser a inauguração do ar-condicionado no Palácio das Mangabeiras. A namorada não gostou e está fazendo uma reforma. Depois irá inaugurar o avião de R\$28.000.000,00. Disse que Minas está quebrada, mas comprou um avião de R\$28.000.000,00 para viajar. Hoje está lá comemorando. Betim, a cidade mais industrializada de Minas Gerais, está com a Fiat hoje, líder Dalmo Ribeiro Silva, em férias coletivas. Quando será a inauguração do polo acrílico de Ibirité? Deverá ser lá na Bahia, para onde o tal de Gabrielli levou.

O PT traiu Minas Gerais. A prefeitura de Betim foi obrigada a reduzir em 20% o salário do prefeito, secretários e funcionários. Houve um rombo de R\$30.000.000,00 o ano passado. Esse é o PT. Tirou de Minas Gerais a fábrica da Fiat. É até conveniente o nome do jipe que estão fazendo lá: Renegado. O PT renegou Minas Gerais. Estou trocando meu carro. Tenho um Doblô e vou trocar por outro carro. São R\$7.000.000,00 investidos pela Fiat em Pernambuco. Foi Lula que liberou não para a Sudene de Minas Gerais, mas para Pernambuco. O PT nos traiu. Agora há lá 3 mil empregos, 10 mil postos de trabalho nas 15 empresas fornecedoras de peças e acessórios. O PT, líder Dilzon Melo, tirou a Fiat de Minas Gerais e levou para Pernambuco. Muito obrigado.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Agradeço a presença nas galerias dos movimentos Basta Brasil, Brava Gente Brasileira, Movimento Pró-Brasil, Minas sem PT, Indignados e Patriotas.

Aos servidores do Ministério Público, fique claro que já votamos e já estivemos aqui. Enquanto éramos da base do governo, no passado, estivemos em Plenário para votar diversas matérias com o movimento dos sem-terras e com o Sind-UTE jogando até moeda em nossas cabeças, mas aqui ficamos para votar matérias. Depois não acreditem quando a base do governo disser que quer votar o projeto. Estamos aqui para votar o projeto de vocês, assim que encerrar o Grande Expediente. A oposição se faz presente aqui para a votação.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Não entendo o desespero do deputado Rogério Correia, que sempre teve a galeria cheia aqui. A galeria sempre ficou cheia, portanto não entendo o desespero de V. Exa., deputado Rogério Correia. Não entendo o desespero do PT. Não entendo o desespero do deputado Tiago Ulisses, do PT, que chegou aqui e saiu. Não entendo o desespero da bancada de apoio do PT, que estava nesta Casa e saiu correndo, seguindo ordens do deputado Rogério Correia. Não sei o que o deputado Rogério Correia vai fazer quando as galerias estiverem cheias de professores solicitando que sejam cumpridas as promessas feitas pelo Pimentel. Não sei como ele vai fazer, se agora ele está nesse desespero todo, querendo recomposição de quórum.

Deputados e deputadas, subo a esta tribuna hoje para dizer que o Brasil tem de ser passado a limpo.

Acho que a saída da presidente Dilma é só uma: eleição geral no próximo ano. A população não entendeu isso. Não adianta tirar a Dilma e colocar o Temer, porque vai continuar no mesmo. Não adianta trocar a Presidência da República, temos de fazer uma reforma geral nesse Brasil. É preciso eleição geral. A saída da presidente Dilma é uma só, bater a mão na mesa, chamar o Congresso e dizer: "Vamos fazer uma eleição geral: para presidente da República, deputado federal e estadual, vereador e prefeito. Eleição única". Um novo Brasil, precisamos de um novo Brasil e de uma eleição geral, sem partido político. Precisamos de uma eleição geral, vamos entregar os nossos cargos, vamos passar o Brasil a limpo, porque só assim nosso país tem jeito. Não adianta ficar falando hoje: "Fora isso ou fora aquilo". Fora essa política antiga que está aí.

A Assembleia hoje para, porque temos um governo que não deixa votar, temos um governador que não tomou posse até hoje. O Sr. Pimentel até hoje não mostrou o que veio fazer. É isso que temos de ter nesse Brasil, temos de ter a unificação das eleições, economizar R\$1.000.200.000,00. Temos de colocar o governador de Minas para trabalhar por Minas Gerais, inaugurar obras e fazer as coisas no Estado, temos de ter uma Assembleia Legislativa independente. Não podemos ter um bloco independente, que é o bloco de sustentação do PT. Por que isso? Porque sabem perfeitamente que, se não ficarem ajudando o PT, não terão as emendas, não terão as obras em seus municípios. Deputado é eleito para legislar e para fiscalizar, para fazer leis, não para ficar mamando em governador a fim de levar obra para o interior. Façam boas leis, que serão reeleitos.

Vivemos neste Plenário uma coisa inédita: o que era bom ontem é ruim hoje. O pior é o seguinte: são os mesmos. O que é bom, no futuro, será ruim também para outros. Porque, se amanhã o governo muda, eles também mudam de lado. Isso não pode acontecer, e não é só aqui. Se não acabar com as emendas de Brasília, se o deputado federal não começar a fiscalizar e a legislar... Porque ele é



eleito para isso, fica preocupado em fazer o que o governo pede, em votar com o governo federal, porque senão não é liberada emenda para ele. A população tem de entender isso.

Temos de imaginar que, nesta Casa, temos de ter a vontade popular mostrada numa eleição geral, acabando-se com o voto proporcional. Os mais votados estarão nesta Casa e estarão no Congresso Nacional. Esta é a saída: eleição geral para a Presidência da República, para deputado federal e estadual, para vereador, para síndico de prédio, para presidente do sindicato. Vamos passar o Brasil a limpo. Não podemos aceitar mais. Tenho 28 anos de vida pública e o que acontecia 28 anos atrás está acontecendo hoje. Daqui a 50 anos, os nossos filhos, se não começarmos a mudar isso agora, verão as mesmas coisas que acontecem hoje. Temos de pensar nisso para um Brasil melhor, um Brasil em que teremos um Senado responsável, legislando, fiscalizando, com bons programas; um governo federal trabalhando para cada município. Teremos estados fortes, municípios sadios. Precisamos disso. Chega de emenda aqui, chega de emenda ali. A população tem de entender também que o deputado não é para levar ambulância. “Ah, mas se eu não levar ambulância, não tenho voto, não serei reeleito.” Na semana passada, estive, mais uma vez, no senado norte-americano, desta vez no senado do Colorado. Ali conversamos com vários deputados. Deputados esses, deputado João Leite, que dizem assim: “Deputado, V. Exa. tem de entender uma coisa. Aqui lutamos por um país melhor, por um estado melhor, fazemos leis”.

Vamos lembrar: o que o deputado estadual pode fazer hoje? As nossas prerrogativas foram tomadas, não temos muito o que fazer aqui. Essas mudanças precisam acontecer, senhoras e senhores deputados. Não podemos mais continuar assim. Queremos eleição geral no próximo ano. Se a população agora for falar “Fora, Dilma”; “fora, isso ou aquilo”, será “fora” para todos os políticos. Quem tiver *pedigree*, quem tiver condição, vai continuar votando nesta Casa, vai continuar votando no Congresso. A saída, deputado João Leite, é a eleição geral. Coloque seu mandato à disposição, para a população reconduzir V. Exa. a esta Casa, para reconduzir um governador que realmente trabalhe, para colocar na Presidência da República quem trabalha.

Vamos mudar, porque senão, daqui a 20, 30, 50 anos, nossos filhos estarão fazendo o mesmo discurso, pedindo mudança. Vamos começar a pensar nisso. Vamos começar a refletir sobre o fato de que não podemos só pensar no nosso umbigo. Vamos pensar para fora. Vamos pensar num Brasil melhor. Vamos pensar nas mudanças que precisam ser feitas: unificação das eleições, fim do voto proporcional e eleição geral agora e já.

O deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, deputado Alencar da Silveira Jr. Neste aparte, quero agradecer a presença de tantas cidadãs e tantos cidadãos que vieram à Assembleia Legislativa fazer a sua manifestação democrática e respeitosa. Quero saudar todos vocês. Vocês dão força a nós, deputados que fazemos oposição na Assembleia Legislativa. Fazemos oposição a um governo, a um partido que roubou a esperança do povo brasileiro, que roubou a esperança dos jovens. Imaginem que, no governo passado, eles eram o Bloco Minas sem Censura. Vocês viram como eles são. Eles não estão permitindo que a gente fale. Eles querem censurar. Vêm com um papo de que a praça em Ouro Preto estava aberta. Nós sabemos que ela não estava.

Esse partido é só blá-blá-blá. Criticaram tanto 12 anos de trabalho sério em Minas Gerais. Agora, só na segurança pública, em três meses, há 7% mais crimes violentos em Minas Gerais. É só papo. Na pesquisa que saiu hoje, 50% dos mineiros não conhecem o governador Pimentel, porque ele não trabalha, porque ele não faz nada. Onde está o governador? O que ele fez? Ele só fez promessas. Prometeram que podiam fazer tudo. E agora vemos que eles não cumprem nada. O pior: não governam, não trabalham. Querem impedir que a oposição fale na Assembleia, mas não vão nos calar. A presença de vocês aqui hoje deu mais força para a oposição. Muito obrigado pela presença de vocês.

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Gostaria também, desta tribuna, de registrar o aniversário do ex-deputado, jornalista, companheiro, deputado Dirceu Pereira, homem que fez uma bela passagem por esta Casa. Hoje, ele está completando - acho - quase 100 anos. A imprensa mineira parabeniza-o. Desta tribuna, gostaria de registrar o aniversário do Dirceu e, acima de tudo, registrar o bom parlamentar que foi, nesses quase 100 anos de vida do nosso amigo Dirceu Pereira.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) - Sr. Presidente, quero dizer que estamos ocupando este tempo para dizer que enforcaram a nossa Medalha Tiradentes, o nosso colar, o grande orgulho de Minas Gerais, o patrono da Polícia Militar.

Nós assinamos o decreto que susta essa medalha concedida ao Sr. João Pedro Stédile. Só acontece no Brasil, deputados João Vítor Xavier e Alencar da Silveira Jr., porque se fosse na China - não concordo com o regime chinês - o Sr. João Pedro Stédile não estaria sendo agraciado com medalha, já o teriam metido no paredão e lhe dado um tiro, e teriam enviado a bala para a família pagá-la. Esse é o modelo chinês, com o qual não concordo, o modelo comunista. Se fosse em Cuba, estaria preso; na Rússia, outro modelo autoritário e violento com o qual não concordo, estaria preso na Sibéria; no Japão, estaria detido; nos Estados Unidos, seria considerado terrorista e enviado para Guantánamo. Mas aqui em Minas Gerais é homenageado com o Colar do Grande Mérito Tiradentes.

Destrói a agroindústria, que é o que salva Minas Gerais hoje. Minas dá a maior contribuição para as exportações no País, com o café e o minério, e com seus produtos agrícolas e as *commodities*, que fazem o Brasil ter dinheiro para importar o iPhone que está na mão dos deputados. O superávit líquido de São Paulo na balança comercial brasileira é negativo, e Minas e o Pará - pelo seu minério e pelas castanhas - têm superávit líquido positivo.

É uma vergonha homenagear um desordeiro como esse, uma pessoa que só faz pregar revolta e o ódio de classes, que quer a luta armada, que quer colocar fogo em fazenda, matar os fazendeiros e tomar as terras. Eu citei vários países - China, Rússia, Cuba, Estados Unidos. Em todos ele estaria detido, mas aqui no Brasil recebe uma homenagem como um rei. É lamentável, vamos derrubar essa medalha para esse cidadão que não a merece, porque seus feitos são negativos e destrutivos para a sociedade brasileira.

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Gostaria apenas de explicar a V. Exa. que no início perdi 2 minutos pela confusão. Quero apenas completar. Fica aqui o meu repúdio pelo que se passa no Brasil e na classe política. Está na hora de a presidenta bater a mão na mesa e pedir eleição geral para o próximo ano, para presidente, senador, deputado estadual, deputado federal, vereadores e prefeitos. Teremos 9 meses para preparar uma grande eleição, sem mentira e com um futuro melhor para este país.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/5/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

**Gabinete do Deputado Dilzon Melo**

exonerando Wânia Aparecida Vinhal do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
nomeando Cláudia Adriana Elias Malta para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista**

exonerando Custódia da Penha Souza Roriz do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 4 horas;  
nomeando Custódia da Penha Souza Roriz para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas.

**Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta**

nomeando Ana Paula Ferreira Soares para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;  
nomeando Andrez Wesley Machado para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;  
nomeando Bárbara Ravena Martiniano de Assis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
nomeando Carlos Alberto Braighi Júnior para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;  
nomeando Eduardo Parpinelli Cortez para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;  
nomeando Eliene Ferreira de Carvalho para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;  
nomeando Flávio Manoel Rodrigues para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;  
nomeando George Souza Cardoso para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;  
nomeando Geraldo Magela Filogônio para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;  
nomeando Giovana Cremasco Baracho para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;  
nomeando Juarez Alvarenga Lage para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;  
nomeando Nádia Maria de Carvalho Barbosa para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 4 horas;  
nomeando Rafael Último Caldeira Martins para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;  
nomeando Rose Mary T de Freitas Soares para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;  
nomeando Valdeir Mateus Nascimento de Sena para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
nomeando Yolanda Beatriz Abreu Martins para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

**Gabinete do Deputado João Magalhães**

exonerando Francisco de Assis Argolo Souza do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;  
exonerando Helena Rocha de Oliveira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;  
exonerando José Wenio de Lanes do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;  
nomeando Cássia Nunes Coelho Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
nomeando Francisco de Assis Argolo Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
nomeando Helena Rocha de Oliveira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;  
nomeando José Wenio de Lanes para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;  
nomeando Milton Trindade Vieira para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;  
nomeando Samuel Borges de Amorim para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Thiago Cota**

nomeando Wânia Aparecida Vinhal para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda**

exonerando Otávio Guilherme Silva e Souza do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;  
exonerando Walter de Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;  
nomeando Henrique Sales Silveira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;  
nomeando Walter de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargos em comissão de recrutamento amplo:

nomeando Daniela Silveira da Cunha para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2015****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 12/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 18/5/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de impressoras de crachá.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 4 de maio de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 39/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Dimas de Melo Pimenta Sistemas de Ponto e Acesso Ltda. Objeto: prestação de serviço técnico de manutenções preventiva e corretiva em 12 relógios de ponto modelo Micropoint. Objeto do aditamento: distrato contratual. Vigência: a partir de 26/3/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122-2.009.3.3.90-10.1.

**ERRATAS****ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 5/5/2015**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/4/2015, na pág. 19, no título, onde se lê:

“7ª REUNIÃO ORDINÁRIA”, leia-se:

“6ª REUNIÃO ORDINÁRIA”.

**ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/5/2015, na pág. 19, sob o título “Decisão da Presidência”, onde se lê:

“a anexação do Projeto de Lei nº 1.126/2015 ao Projeto de Lei nº 1.168/2015”, leia-se:

“a anexação do Projeto de Lei nº 1.168/2015 ao Projeto de Lei nº 1.126/2015”.